



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ADRIANO JOSÉ GERMANO DE OLIVEIRA**

**SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O PRINCÍPIO DA EQUIDADE NA  
FEDERAÇÃO BRASILEIRA: DESEQUILÍBRIO  
DISTRIBUTIVO NA ESFERA ESTADUAL E SUAS  
IMPLICAÇÕES**

**VITÓRIA**

**2015**

**ADRIANO JOSÉ GERMANO DE OLIVEIRA**

**SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O PRINCÍPIO DA EQUIDADE NA  
FEDERAÇÃO BRASILEIRA: DESEQUILÍBRIO  
DISTRIBUTIVO NA ESFERA ESTADUAL E SUAS  
IMPLICAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.  
Linha de pesquisa: História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilda Cardoso de Araujo.

**VITÓRIA  
2015**

[RESERVADO PARA A FICHA CATALOGRÁFICA A SER ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA]

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Oliveira, Adriano José Germano de.

**Salário-educação e o princípio da equidade na federação brasileira:  
desequilíbrio distributivo na esfera estadual e suas implicações/** Adriano José  
Germano de Oliveira – 2015

Orientador: Gilda Cardoso de Araujo.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Educação.

[RESERVADO PARA A FOLHA DE APROVAÇÃO A SER FORNECIDA PELO  
PROGRAMA APÓS A DEFESA DO TRABALHO]

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por mais uma oportunidade de aprendizado, de crescimento e de realização pessoal.

À Edinéia, minha esposa, pelo inabalável incentivo; pela enorme tolerância; pelo incondicional apoio e pelo imenso carinho.

À Tayná e Fernanda, minhas filhas, pelo amor e carinho que recebo de ambas e pela grandiosa compreensão em razão de minhas ausências durante o período de dedicação a este projeto.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gilda Cardoso de Araujo, minha orientadora, pela oportunidade de ter sido seu orientando; por seu inestimável conhecimento e sua reconhecida dedicação.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Gouvea e ao Prof. Dr. Edson Pantaleão pela generosidade de terem aceitado o nosso convite para participar do processo de qualificação e defesa desta dissertação, com a qual contribuíram de forma extremamente decisiva e valiosa.

Às inesquecíveis colegas Flávia e Andreza, pela disponibilidade e desprendimento com que sempre se prontificaram a nos ajudar na árdua tarefa de pesquisar.

Às colegas Andréia e Cybele, pela solicitude com que sempre se dispuseram a colaborar.

Ao amigo Polney, pela generosidade pessoal, intelectual e profissional com as quais sempre pude contar.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a dinâmica de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação para o financiamento da educação básica em face do princípio da equidade, a partir dos critérios constitucionais e infraconstitucionais. A justificativa para analisarmos a quota parte do salário-educação que é distribuída aos estados e respectivos municípios se dá em razão de o referido valor ser proporcional ao montante arrecadado com este tributo por cada estado federado, o que nos despertou o interesse em investigar se essa sistemática está de acordo com o princípio da equidade expressamente previsto constitucionalmente para a distribuição dos recursos públicos aplicados no ensino obrigatório. Para tanto, utilizamos no desenvolvimento desta análise a Constituição Federal de 1988 e toda a legislação infraconstitucional que regulamenta o tributo e sua distribuição, bem como os referenciais teóricos de Emerson Gabarra e Gilberto Bercovici para a fundamentação do princípio da equidade. A nossa pesquisa é do tipo descritiva, quanto à forma de estudo; bibliográfica, quanto à coleta de dados; e exploratória, quanto ao objetivo. Com a adoção da perspectiva teórico-metodológica descrita acima, e utilizando a referida base teórica de análise, obtivemos como resultados deste trabalho a constatação de diferenças consideráveis entre os valores absolutos e relativos do salário-educação recebidos pelos estados e respectivos municípios, bem como a inexistência de norma constitucional que determine a distribuição da quota-parte do referido tributo de forma proporcional à arrecadação de cada estado, o que nos possibilitou inferir a inobservância do princípio constitucional da equidade na referida distribuição.

**Palavras chave:** Salário-educação; princípio da equidade; financiamento da educação básica.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics of distribution of state share / municipal for education for financing basic education in the face of the principle of equity, from the constitutional and infra-constitutional criteria. The rationale for analyzing the share for education that is distributed to the states and their municipalities occurs because of this value is proportional to the amount raised from this tax for each federated state, which aroused the interest in investigating whether this systematic conforms to the principle of equity. Constitution expressly provided for the distribution of public resources invested in compulsory education. Therefore, we use in the development of this analysis the Federal Constitution of 1988 and the whole infra legislation regulating the tax and its distribution, as well as the theoretical frameworks of Emerson Gabarra and Gilberto Bercovici to the grounds of the principle of equity. Our research is descriptive, how to study; literature concerning the collection of data; and exploratory, as the goal. With the adoption of theoretical and methodological approach described above, and using said theoretical basis of analysis, obtained as a result of this work the realization of considerable differences between the absolute and relative values for education received by the states and their municipalities, as well as lack of constitutional rule that determines the distribution of the share of that tax in proportion to the revenues of each state, which allowed us to infer the failure of the constitutional principle of equity in the said distribution.

**Keywords:** Education Allowance; principle of equity; financing of basic education.

## **LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CIDE	Contribuição de intervenção no domínio econômico
COSIP	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública
CTN	Código Tributário Nacional
DF	Distrito Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SRFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Sistema Tributário Nacional
UNB	Universidade de Brasília



## LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1	FONTES DE RECEITAS DO ESTADO.....	40
ESQUEMA 2	FONTES DE RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS.....	41
ESQUEMA 3	ESPÉCIES DE TRIBUTOS.....	44
ESQUEMA 4	ESPÉCIES DE TRIBUTOS – DIAGRAMA COMPLETO.....	49
ESQUEMA 5	FLUXO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	63
GRÁFICO 2	COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA E O PRODUTO INTERNO BRUTO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	66
GRÁFICO 3	COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	69
GRÁFICO 4	COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO POR CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	74
GRÁFICO 5	COMPARATIVO ENTRE O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	79
GRÁFICO 6	VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR ALUNO EM 2012.....	82

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	TRABALHOS CIENTÍFICOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	25
QUADRO 2	COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	62
QUADRO 3	COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA E O PRODUTO INTERNO BRUTO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	65
QUADRO 4	COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	68
QUADRO 5	COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO POR CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	73
QUADRO 6	COMPARATIVO ENTRE O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.....	78
QUADRO 7	COMPARATIVO ENTRE O VALOR RECEBIDO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, O NÚMERO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CADA ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS, E O VALOR MÉDIO POR ALUNO EM 2012.....	81
QUADRO 8	COMPARAÇÃO ENTRE DOIS TIPOS DE DESPESAS E SUA POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO.....	85

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1	DESTINAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO...55
----------	--

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>UM DEBATE SOBRE A TEMÁTICA.....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>O SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
3.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	33
3.2	O SALÁRIO-EDUCAÇÃO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	38
3.3	O SALÁRIO-EDUCAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA...	50
<b>4</b>	<b>O PRINCÍPIO DA EQUIDADE E OS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO NA ESFERA ESTADUAL.....</b>	<b>89</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>107</b>
	<b>LEGISLAÇÃO PESQUISADA.....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>115</b>
ANEXO A	DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO NO ANO DE 2012 _ FNDE.....	116
ANEXO B	PRODUTO INTERNO BRUTO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO _ 2002 - 2012 _ IBGE.....	119
ANEXO C	NÚMERO DE EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA NO ANO DE 2012 _ MTE-RAIS.....	122
ANEXO D	POPULAÇÃO DOS ESTADOS FEDERADOS EM 1º DE JULHO DE 2012 _ IBGE.....	124
ANEXO E	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS REDES DE ENSINO ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ANO DE 2012 _ INEP.....	126
	ACRE.....	127
	ALGOAS.....	128
	AMAPÁ.....	129
	AMAZONAS.....	130
	BAHIA.....	131

CEARÁ.....	132
DISTRITO FEDERAL.....	133
ESPÍRITO SANTO.....	134
GOIÁS.....	135
MARANHÃO.....	136
MATO GROSSO.....	137
MATO GROSSO DO SUL.....	138
MINAS GERAIS.....	139
PARÁ.....	140
PARAÍBA.....	141
PARANÁ.....	142
PERNAMBUCO.....	143
PIAUÍ.....	144
RIO DE JANEIRO.....	145
RIO GRANDE DO NORTE.....	146
RIO GRANDE DO SUL.....	147
RONDÔNIA.....	148
RORAIMA.....	149
SANTA CATARINA.....	150
SÃO PAULO.....	151
SERGIPE.....	152
TOCANTINS.....	153

## 1. INTRODUÇÃO

Discutir financiamento público implica analisar um conjunto de problemas e processos relativos ao ingresso e à destinação de recursos financeiros administrados pelo Estado, o que pressupõe uma complexa gestão desta disponibilidade com vistas a viabilizar a prestação de serviços públicos a ele inerentes, em atendimento dos interesses do bem comum de toda a sociedade.

Neste contexto, a educação encontra-se em posição de destaque como uma das espécies de atuação estatal que objetiva atender as necessidades fundamentais da população.

Por isso, escrever sobre o financiamento da educação é algo bastante desafiador, visto que, apesar de ser um tema relativamente nebuloso, e por conta disso ainda demandar muita discussão a respeito, é ao mesmo tempo um tema muito explorado pela comunidade científica, o que de certa forma dificulta o trabalho de um aspirante a pesquisador encontrar algum ineditismo nesta seara.

Na tentativa, portanto, de vencer esse obstáculo de relevância e novidade, a nossa pesquisa visou contribuir com essa discussão realizando a abordagem do assunto sob uma perspectiva bastante específica, onde analisa de forma mais detida o mecanismo operacional de um dos componentes do sistema de financiamento da educação básica no Brasil.

A nossa pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação para o financiamento da educação básica em face do princípio da equidade a partir dos critérios constitucionais e infraconstitucionais.

Neste sentido estruturamos o nosso texto de forma a trazer no primeiro capítulo a revisão bibliográfica que apresenta o panorama atual da discussão do salário-educação no financiamento da educação básica, estabelecendo um diálogo entre

produções acadêmicas e obras literárias dos principais autores que se dedicam escrever sobre o assunto.

No segundo capítulo trouxemos a exposição do salário-educação em uma breve contextualização histórica, para em seguida discriminar sua natureza jurídica, localizá-lo dentro do Sistema Tributário Nacional como uma das espécies de tributos previstos no ordenamento jurídico brasileiro e identificá-lo dentro do sistema de financiamento da educação básica, finalizando com uma sucinta análise da relação entre a educação básica e o pacto federativo.

Em seguida, trouxemos no terceiro capítulo a dinâmica de distribuição do salário-educação no âmbito da esfera estadual confrontando-a com o princípio da equidade que rege a partilha de recursos públicos destinados a essa finalidade, para ao final expor e discutir alguns dos principais efeitos dessa sistemática.

Toda a análise desenvolvida na presente pesquisa foi fundamentada no arcabouço jurídico que regulamenta a contribuição social do salário-educação e sua sistemática de distribuição. Para a exploração do princípio da equidade ao qual confrontamos a referida sistemática, buscamos nos alicerçar, como referenciais teóricos, nos autores Emerson Gabarra e Gilberto Bercovici.

A disposição estrutural proposta para a apresentação textual da nossa pesquisa, conforme descrita acima, objetivou viabilizar a resposta à questão principal que nos impeliu realizar este trabalho, qual seja saber se a atual sistemática de distribuição descrita acima está de acordo com o princípio da equidade previsto na Constituição Federal de 1988?

Essa questão nos inquietou na medida em que nos propomos indagar acerca da distinção de critérios de distribuição das parcelas do salário-educação que são destinadas à União e aos estados e seus municípios.

Conforme será detalhadamente exposto no desenvolvimento deste trabalho, o valor total arrecadado com o salário-educação é dividido, basicamente, em duas grandes parcelas. Uma destinada à União, denominada de quota federal, para que por meio



dela o governo federal realize o financiamento de programas e projetos voltados para a universalização da educação básica; a outra, destinada aos estados e respectivos municípios, chamada de quota estadual/municipal, para que seja empregada em seu âmbito de atuação no financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica de cada um destes entes.

Analisando a referida sistemática de distribuição verificamos que a quota federal favorece, a priori, o cumprimento do ideal de equidade previsto no novo Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e referenciado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 212, § 3º, segundo o qual a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade.

Utilizamos o termo “a priori” no parágrafo anterior para destacar que, conforme pontua Cruz (2009), embora a quota-federal do salário-educação tenha por objetivo principal a correção das desigualdades educacionais regionais, essa quota tem realizado tal correção de maneira muito incipiente.

Outrossim, identificamos o ideal de equidade nesta atuação porque, por determinação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996<sup>1</sup>, a referida quota deve ser aplicada de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre municípios, estados, Distrito Federal e regiões brasileiras.

Nestes termos, a União deve aplicar a referida quota de forma a equilibrar as diferenças entre os entes subnacionais atenuando assim as desigualdades na capacidade destes em ofertar educação básica à sua população.

Porém, esse mesmo ideal não é percebido quanto à distribuição da quota estadual/municipal entre os estados federados; pelo menos essa é a hipótese por nós levantada como ponto de partida para a nossa pesquisa.

---

<sup>1</sup> Lei que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF.

Chamou-nos a atenção o fato de o valor da quota do salário-educação que é destinado a todos os estados e seus municípios ser proporcional ao montante arrecadado deste tributo por cada estado.

Isso significa que os estados que arrecadam mais recebem um volume maior de recursos provenientes deste tributo, já os que pouco arrecadam, pouco também recebem. Há, portanto, dependência direta dos recursos provenientes do salário-educação com o desenvolvimento econômico de cada estado.

Essa dinâmica de distribuição parece-nos conflitar com o ideal de equidade na distribuição dos recursos financeiros destinados à educação, na medida em que, conforme dito acima, esse ideal previsto no § 3º do art. 212 da Constituição Federal de 1988, bem como no novo PNE, parece estar sendo desconsiderado.

De acordo com os diplomas normativos citados no parágrafo anterior, a distribuição dos recursos públicos deve atender com prioridade o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade. Porém, o que percebemos na distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação pareceu-nos proteger mais a individualidade de cada estado do que a universalização e equidade almejadas pela Constituição Federal de 1988.

A referida sistemática apresenta o já citado conflito principalmente quando analisamos o valor médio deste recurso por aluno matriculado nas respectivas redes de ensino de todos os entes federados subnacionais. Razão pela qual pretendemos fazer com que exatamente neste sentido o presente trabalho contribua para a discussão do financiamento da educação básica no país.

A temática do financiamento da educação é sempre muito instigante, haja vista a constante discussão no meio científico – e também fora dele – acerca do relativo descaso do poder público para com a educação.

Em valores absolutos o montante que é destinado ao financiamento da educação é tido, por parte de alguns autores, como insuficientes para que o ensino no país seja de melhor qualidade.

Independentemente de se saber se o problema da qualidade do ensino é de recurso ou de gestão – porquanto não faz parte do escopo deste trabalho – entendemos que a devida atenção aos critérios de distribuição desses valores deve ser de máxima prioridade, uma vez que a partilha de recursos financeiros realizada de forma inapropriada permite ainda mais o agravamento de sua escassez.

E foi exatamente em razão dessa preocupação que o interesse por essa temática surgiu. No decorrer do período dedicado a este programa de mestrado tivemos a honra de ter sido convidado pela professora-orientadora para ministrar uma aula para os alunos de graduação do curso de pedagogia deste departamento sobre as fontes de recursos aplicáveis ao financiamento da educação, a partir do Sistema Tributário Nacional e das regras constitucionais de arrecadação e transferências de tributos destinados à educação.

Ainda no planejamento da referida aula foi possível observar certa inquietação quanto ao critério de distribuição do valor arrecadado com o salário-educação que é destinado aos entes federados subnacionais.

Posteriormente, e no exercício das atividades profissionais de advogado e professor de direito em estabelecimento de ensino superior, essa inquietação manteve-se em alto grau, até nos decidirmos realizar essa pesquisa, após a consulta e aprovação da orientadora acerca de sua adequação e viabilidade.

A nossa aproximação com a temática desenvolvida neste trabalho se dá em razão do nosso envolvimento profissional com o ideal de justiça. Como advogado observamos com constância o balizamento da equidade como condição moral com que devem ser tratados os assuntos relativos às relações sociais. Atuando também como professor – ainda que de ensino superior da rede privada – preocupa-nos a atenção dispensada pelo Poder Público quanto ao financiamento da educação, mormente à educação básica.

Neste sentido, ocorreu-nos objetivamente o incômodo com o assunto, o que resultou no interesse em realizar essa pesquisa no momento em que tomamos conhecimento da forma como os recursos financeiros do salário-educação são distribuídos aos estados federados e seus respectivos municípios.

Por ser o salário-educação uma fonte de receita que tem como finalidade financiar programas e projetos da educação básica, imaginávamos que todo o valor destinado a compor a referida quota estadual/municipal fosse distribuída de forma equânime entre estes entes, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes independentemente do estado da federação que este aluno se encontrasse.

De acordo com esse nosso equivocado entendimento, os estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, que têm respectivamente o maior número de alunos matriculados, deveriam receber proporcionalmente os dois maiores montantes do salário-educação.

Porém, no envolvimento com o tema descobrimos que não é bem assim que a referida verba é distribuída. Na verdade a sistemática legal de tal distribuição prevê que este recurso é devolvido ao estado federado de forma proporcional ao valor que seus próprios contribuintes recolhem, ou seja, os estados que contribuem com mais, recebem mais; os que têm pouco recolhimento dispõem destes recursos na mesma proporção.

Por essa sistemática observamos, por exemplo, que no ano de 2012<sup>2</sup>, tanto em valores absolutos quanto relativos<sup>3</sup> – por aluno matriculado – os estados que mais receberam esse recurso foram São Paulo e Rio de Janeiro, conforme veremos com mais detalhes adiante.

---

<sup>2</sup> Os dados estatísticos utilizados nesta pesquisa são todos relativos ao ano de 2012, visto que para a consecução de nosso objetivo foi preciso utilizar os dados do Produto Interno Bruto de cada estado da federação, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE somente disponibilizou, até o momento de finalização deste trabalho, os dados relativos ao referido ano, estando previsto para outubro do corrente os dados relativos a 2013, e o de 2014 ainda sequer tem previsão.

<sup>3</sup> Os valores relativos citados são obtidos pela razão entre o valor arrecadado com o salário-educação em cada estado da federação e o número total de alunos matriculados no respectivo estado.

Ainda por esta mesma sistemática, no mesmo período e em valores absolutos o estado de São Paulo recebeu sozinho mais que todas as demais regiões do país juntas.

Diante de tal constatação, restou-nos o interesse em investigar com mais profundidade essa dinâmica de repartição de recursos financeiros da quota estadual/municipal do salário-educação, considerando a sua finalidade precípua de custear os programas e projetos da educação básica em todo o território nacional.

Quanto aos parâmetros teóricos metodológicos adotados para a elaboração desta pesquisa, procuramos nos basear nos ensinamentos de Barros (2000), Santos (1999), Gil (2010) e Marcelo Lamy (2011).

De acordo com Gil (2010), a classificação de uma pesquisa possibilita melhor organização dos fatos e conseqüentemente o seu entendimento. Visando, portanto, seguir esta orientação com base nas referências citadas acima classificamos esta pesquisa como: a) descritiva, quanto à forma de estudo; b) bibliográfica, quanto à coleta de dados, ao trabalho de análise e à sua interpretação; e c) exploratória, quanto ao objetivo.

A nossa pesquisa é classificada como exploratória porque explorar é, segundo Santos (1999), realizar aproximação de um tema com vistas a criar maior familiaridade com determinado fato ou fenômeno; é prospectar dados que informem ao pesquisador a real importância do problema; é, de acordo com Gil (2010), uma familiaridade que visa tornar o problema mais explícito. Pois é nesse sentido que a presente pesquisa foi realizada, para explicitar a relação entre a distribuição dos recursos do salário-educação e o princípio da equidade, franqueando a quem dela vier tomar conhecimento a oportunidade de identificar a importância dessa relação para o financiamento da educação básica.

É também classificada como descritiva porque foi desenvolvida sem a interferência de valores subjetivos do pesquisador. O presente trabalho procurou descobrir as relações e conexões entre dois fenômenos como objeto de estudo, como nos indica

Barros (2000). Neste nosso caso os fenômenos são a distribuição do salário-educação e o princípio da equidade.

A qualificação bibliográfica decorre do fato de ter-se baseado em material já publicado, disponíveis em bibliotecas ou bases de dados de natureza pública, tais como: livros, teses, outras dissertações e artigos científicos, todos relacionados com o tema, seja direta ou indiretamente, bem como na legislação regulamentadora do assunto, sejam elas vigentes ou já revogadas. Essa metodologia nos possibilitou uma ampla coleta de dados, o que nos requereu particular atenção quanto à qualidade das informações obtidas.

Foram analisadas diversas leis ordinárias que tratam tanto do financiamento da educação de uma maneira ampla, quanto do financiamento específico da educação básica. Foi analisada também a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu e regulamenta o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, uma vez que tais entidades encontram-se, por determinação desta norma, isentas de recolherem o salário-educação.

Também foram analisados diversos Decretos e Decretos-Leis que foram atos normativos utilizados pela Administração Pública para regulamentar o salário-educação.

A Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, foi considerada neste trabalho porque promoveu importantes alterações na abrangência da aplicação dos recursos do salário-educação, ampliando da educação fundamental para a educação básica.

E por fim, dando fundamentação jurídica a todos os diplomas legais analisados, bem como para dar sustentação à análise do objeto do presente estudo, utilizamos de forma detida e detalhada os comandos normativos da Constituição Federal de 1988, completando assim o conjunto jurídico-legislativo que alicerçou o estudo dos institutos pesquisados neste trabalho.

Todos os diplomas legais analisados nesta pesquisa estão elencados na página 112, no item Legislação Pesquisada.

Além dos referidos diplomas normativos, também utilizamos diversos dados estatísticos coletados em sítios da rede mundial de computadores para nos auxiliar na compreensão e análise do tema. Os resultados obtidos com esta coleta estão expressos no conteúdo de tabelas e gráficos expostos ao longo deste trabalho.

Conforme exposto, para a realização desta pesquisa partimos de uma observação de natureza dedutiva no que diz respeito à análise dos dados coletados. Assim procedemos com vistas a concluí-la com a resposta ao problema proposto, conforme anunciado no início desta introdução, sedimentado em premissas implicitamente pré-existentes, conforme Barros (2000) nos indica.

Neste sentido, a abrangência da análise se alicerçou na legislação que regulamenta o salário-educação, bem como na que parametriza outras fontes de financiamento da educação básica, partindo sempre de uma perspectiva constitucional que lhe dê fundamentação sistemática.

Assim, anunciados preambularmente os delineamentos teóricos da nossa pesquisa, passamos então à abordagem do seu objeto temático, conforme exposto no capítulo seguinte.

## 2. UM DEBATE SOBRE A TEMÁTICA

Com o propósito de fornecer fundamentação teórica à presente pesquisa, bem como identificar o estágio atual do conhecimento relativo ao tema por nós explorado, descreveremos neste item a revisão bibliográfica realizada acerca do tema proposto.

Conforme anunciado preambularmente, neste trabalho é discutido o critério de distribuição do salário-educação entre os estados federados como recurso financeiro destinado a custear os programas e projetos da educação básica das respectivas redes de ensino.

Neste sentido, iniciamos nossa investigação considerando as observações de Castro (2010) quanto ao panorama geral do objeto sob análise, segundo o qual a estrutura do financiamento da educação é mista e complexa, sendo que a maior parte dos recursos é proveniente da arrecadação de tributos.

Neste contexto a pesquisa procurou se basear em alguns dos aspectos fundamentais dessa temática, tais como: o financiamento da educação básica; o financiamento de programas e projetos da educação básica nos estados federados e as relações dentro do pacto federativo; e, os possíveis efeitos do resultado da atual sistemática de distribuição dos recursos do salário-educação para os entes federados subnacionais.

Definidos estes parâmetros, passamos a procurar por trabalhos científicos que se aproximassem da nossa temática, e que abordassem quaisquer dos aspectos definidos como relevantes para essa pesquisa.

A referida busca iniciou-se pelo banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>4</sup>, especificamente no portal de periódicos, utilizando-se os termos que mais se relacionavam com a temática proposta, na qual chegamos a encontrar 1.625 (um mil, seiscentos e vinte e cinco) trabalhos que se referiam à equidade; 419 (quatrocentos e dezenove) que se

---

<sup>4</sup> (<http://www.capes.gov.br>)



referiam ao princípio da equidade, e 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) que tratavam do tema financiamento da educação.

Após essa primeira aproximação com o tema, identificamos a necessidade de se delimitar com mais precisão os termos da pesquisa devido ao grande número de trabalhos disponíveis, o que resultou nos seguintes números: 22 (vinte e dois) trabalhos científicos que tratavam especificamente do salário-educação, sendo: 1 (uma) tese; 5 (cinco) dissertações, e 16 (dezesesseis) artigos.

Considerando a possibilidade de se ampliar um pouco mais o espectro de busca, avaliando outros temas correlatos ao salário-educação e o financiamento da educação básica encontramos, em buscas aleatórias pela internet, mais 9 (nove) artigos e 2 (duas) teses.

Após leitura de cada um deles foi possível identificar como trabalhos relevantes que poderiam ser utilizados como referência na pesquisa: 1 (uma) tese; 2 (duas) dissertações e 6 (quatro) artigos, sendo que alguns deles fazem a abordagem de forma direta com a temática da investigação, outros, apenas de forma aproximada. E como todos se tornaram referência para esse trabalho, encontram-se, portanto, discriminados no quadro a seguir.

QUADRO 1 \_ TRABALHOS CIENTÍFICOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

<b>AUTOR</b>	<b>TEMA</b>	<b>DATA</b>	<b>PROGRAMA</b>
Rosana Evangelista Cruz	Pacto Federativo e Financiamento da Educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque	2009	USP Educação Tese
Fábio Menani Pereira Lima	Financiamento público da rede estadual paulista de ensino fundamental no contexto do FUNDEF (1996-2006)	2008	PUC-SP Economia Mestrado
Vander Oliveira Borges	Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação - FUNDEB: Impactos financeiros junto aos governos estaduais e municipais, nos primeiros cinco anos da sua implantação.	2007	UNB Educação Mestrado
Bianca Antunes Cortes	Financiamento na Educação: Salário-educação e suas dimensões privatizantes	1989	Artigo
Jorge Abrahão de Castro e Francisco Sadeck	Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000	2003	Artigo
Jorge Abrahão de Castro	Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005	2007	Artigo
Marisa Ribeiro Teixeira Duarte	Regulação sistêmica e política de financiamento da educação básica	2005	Artigo
Nalú Farenzena	A assistência financeira da União às políticas educacionais locais	2012	Artigo
Nalú Farenzena	Relações intergovernamentais nas políticas de Educação básica no Brasil: a assistência da União aos Governos subnacionais em foco	2012	Artigo

A tese de Rosana Evangelista Cruz (2009) trata das relações entre o pacto federativo e o financiamento da educação tendo como eixo a problematização da função supletiva e redistributiva da União. Sob este aspecto se revelou importante a alicerce para a nossa pesquisa, pois trabalha a ideia de padrão mínimo de equalização nas condições de acesso aos serviços públicos, o que nos auxiliou de forma relevante na investigação da equidade na prestação de serviço educacional.

Foi fundamental na análise de políticas públicas e na discussão da distribuição de recursos públicos federais para a educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE desenvolvendo criteriosa investigação acerca do papel desempenhado por esta autarquia.

As informações trazidas nesta tese acerca das discussões empreendidas no FNDE nos proporcionou relevante material de estudo que muito nos auxiliou a fundamentar a questão do desequilíbrio na distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação entre os estados federados, conforme veremos ao longo do trabalho.

O último capítulo desta tese foi crucial para o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que tratou com profundidade a questão do salário-educação como instrumento financiador da educação abordando as desigualdades socioeconômicas e educacionais do país, estabelecendo completa afinidade com o que propusemos discutir neste nosso trabalho.

A dissertação de Fábio Menani Pereira Lima (2008) analisou o impacto no financiamento da rede estadual de ensino paulista com as alterações ocorridas na legislação educacional no período entre 1996 e 2006.

Este trabalho nos interessou porque trata de forma circunstanciada o salário-educação como uma das fontes de financiamento da referida rede estadual de ensino realizando um comparativo entre o montante recebido pelo estado paulista, a título de salário-educação, e o recurso do FUNDEF naquele período.

Embora tenha sido uma pesquisa delimitada entre o período de 1996 a 2006, foi importante na medida em que discutiu o papel do salário-educação como fonte de financiamento do sistema de ensino neste período.

Outra contribuição bastante relevante foi dada com seu levantamento histórico da legislação educacional brasileira, o que nos permitiu ampliar o entendimento deste processo de evolução normativo.

A dissertação de Vander Oliveira Borges (2007) nos pareceu também muito interessante porque este autor analisou a inserção da variável “nº de alunos” no mecanismo de repartição de recursos financeiros do FUNDEF e FUNDEB.

Apesar de sua pesquisa não contemplar de forma direta os recursos do salário-educação como fonte de financiamento da educação básica, ao abordar o sistema de transferência de recursos aos estados e municípios nos proporcionou traçar alguns paralelos entre essas sistemáticas e a investigada pela nossa pesquisa.

Contribuiu também com a discussão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB na medida em que a legislação que criou este fundo promoveu relevantes alterações na sistemática do financiamento da educação, inclusive no que diz respeito ao próprio salário-educação e a abrangência de sua finalidade.

A autora Bianca Antunes Cortes (1989), em seu artigo sobre o financiamento da educação, trata de maneira específica do papel do salário-educação no financiamento da educação.

Embora seja um trabalho relativamente antigo, a sua abordagem nos mostrou ser relevante na medida em que analisa o impacto da queda na arrecadação de tributos para o financiamento da educação.

No desenvolvimento de seu texto a autora analisa o papel do Estado na prestação de serviço educacional destacando o papel da sociedade e as consequências da má condução da política educacional.

Também discorre sobre o que ela chama de privatização do setor educacional pela via das políticas de financiamento. Sob este prisma a autora analisa o contexto evolutivo do salário-educação, o que muito nos auxiliou na realização do nosso trabalho de pesquisa no que se refere a esta evolução.

Analisando o financiamento da educação nas três esferas de governo, no ano de 2000, os autores Jorge Abrahão de Castro e Francisco Sadeck (2003) apresentaram

um estudo sobre a dinâmica da arrecadação, da distribuição e das transferências relativas a tributos federais, estaduais e municipais sob a perspectiva do financiamento da educação.

Nesse sentido este trabalho firmou relação direta com a nossa temática, o que nos propiciou ter uma visão relativa muito interessante acerca do financiamento da educação sob três perspectivas distintas, a depender do nível de governo analisado.

Apesar deste trabalho ter como delimitação temporal apenas o ano 2000, foi muito importante para a nossa pesquisa na medida em que nos auxiliou na sistematização de apresentação de dados estatísticos no âmbito do financiamento educacional.

Já o outro artigo de Jorge Abrahão de Castro (2007), desta vez de autoria solitária, mais ou menos repete a temática do artigo citado acima, diferindo-se daquele na delimitação temporal, visto que o primeiro detinha-se apenas ao ano 2000, e este tem como período de estudo o intervalo entre os anos de 1995 e 2005.

Além disso, destaca dois apontamentos relevantes: demonstra a baixa prioridade de governo para com a educação, e discrimina a parcela do gasto público com a educação básica face a todo o montante destinado à educação, o que de forma também considerável colaborou para o nosso entendimento acerca do financiamento do ensino obrigatório.

Também descreve de forma bastante detalhada a questão da responsabilidade de cada ente federado pelo gasto educacional, bem como a dependência da situação macroeconômica do país para a realização de investimento público na educação.

De igual forma, foi feita a revisão de maneira também detalhada do artigo de Marisa Ribeiro Teixeira Duarte (2005), que com sua análise sistêmica da política de financiamento da educação básica nos permitiu ampliar o campo de visão acerca do papel fundamental do salário-educação como fonte de recursos para prestação de serviço educacional por parte do Estado.

Este foi um trabalho que muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa temática sob a perspectiva da desigualdade na distribuição dos recursos financeiros destinados à educação básica.

Discutiu com propriedade a organização federativa da política de financiamento da educação básica e detalhou as modificações introduzidas no que ela própria denominou de engenharia política de financiamento após a criação do FUNDEB.

Nalú Farenza nos auxilia com dois importantes artigos. O primeiro, que trata da assistência financeira da União e das políticas educacionais locais, discute a questão do papel da União no financiamento da educação básica, com assistência técnica e financeira aos estados e municípios.

Neste artigo ela também discute as responsabilidades governamentais na educação, os critérios de priorização na alocação dos recursos públicos financiadores deste serviço e a caracterização de gastos de assistência.

Ademais, faz importante crítica à diminuta assistência financeira por parte da União à educação básica, em face da demanda social por equidade e qualidade na educação.

O segundo artigo, que trata das relações intergovernamentais nas políticas de Educação básica no Brasil, a autora discute a atuação da União em arranjos institucionais delimitadores de responsabilidades governamentais.

Com sua abordagem quanto aos critérios de repartição de recursos públicos destinados à educação, discutindo com profundidade a materialidade do exercício das funções supletiva e distributiva, auxiliou-nos de forma destacada pela aproximação deste tema com a discussão empreendida em nossa pesquisa.

Por fim, a autora discute com precisão a questão da desigualdade social e educacional do país, contribuindo com a crítica da escassez de recursos que impede a implementação de políticas universalizantes em matéria educacional.

Assim, com essa revisão bibliográfica iniciamos o nosso trabalho de investigação sobre os critérios de distribuição dos recursos financeiros do salário-educação destinados a financiar os programas e projetos da educação básica, com foco na parcela deste recurso que é destinada aos estados federados e respectivos municípios, procurando analisar, o que tomamos como hipótese, a existência de um desequilíbrio na dinâmica desta partilha.

Para a consecução dos objetivos desse trabalho a pesquisa documental foi realizada em fontes oficiais, por se mostrarem mais apropriadas para o caráter que se busca empreender nesta investigação, bem como sustentada pela bibliografia especializada mais atual.

Esse levantamento nos permitiu a obtenção de uma visão bastante ampliada acerca do financiamento da educação básica, ao mesmo tempo em que nos possibilitou conhecer diversos aspectos relacionados à construção do sistema que dá sustentação financeira à prestação de serviço público educacional e suas deficiências.

Buscando se alicerçar em uma teoria que nos amparasse como suporte instrumental analítico da pesquisa, optamos por adotar, além dos referenciais teóricos, um direcionamento por meio do qual os critérios desta análise fossem definidos a partir do princípio constitucional da equidade, segundo o qual é dever do Estado perseguir esse ideal de justiça social de maneira a atender a isonomia no acesso à educação, conforme prevê literalmente o próprio texto da Magna Carta, mais precisamente em seu art. 206, I. (BRASIL, 1988)

A partir dessa definição nos enveredamos no caminho da investigação em busca de conhecer, entender e analisar a partilha dos recursos do salário-educação destinados aos estados e municípios, confrontando essa sistemática com o que preceitua a Constituição da República acerca do tratamento isonômico que deve ser dispensado aos alunos da educação básica quanto ao acesso e sua permanência em qualquer rede de ensino estadual ou municipal de todo o território nacional. (BRASIL, 1988)

E para tanto, iniciamos nossa pesquisa a partir da definição do salário-educação, discriminando a sua natureza jurídica, bem como o seu posicionamento no universo do Sistema Tributário Nacional e sua participação no sistema de financiamento da educação básica, conforme descrito no capítulo a seguir.



### **3. O SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

Neste capítulo pretendemos apresentar uma contextualização história de forma bastante abreviada, mas que proporcione o entendimento da evolução do salário-educação no contexto do financiamento da educação básica desde sua instituição até o momento atual.

Percebe-se, conforme será explanado no item seguinte, que diversas foram as alterações deste instituto ao longo de sua história, passando por modificações que vão desde alíquotas e bases de cálculo até o objeto a ser financiado por ele.

Em seguida à análise do aspecto evolutivo, analisamos a natureza jurídica do instituto salário-educação e sua localização dentro do Sistema Tributário Nacional.

Essa análise é fundamental para entendermos a origem da fonte de recursos do salário-educação, bem como para identificarmos a sua distinção de outras fontes que compõem o sistema de financiamento da educação, especialmente os impostos.

No item seguinte, apresentamos o salário-educação como parte integrante do conjunto de recursos que financia a educação básica, discriminando toda a sistemática de distribuição do montante total arrecadado identificando as parcelas que cabem a cada ente estatal beneficiado com essa fonte de receita pública financeira.

Finalizando o capítulo, o salário-educação é analisado no âmbito do pacto federativo nacional, especificamente no que se refere à parte do valor arrecadado que é destinada aos estados federados, para então no capítulo seguinte analisarmos essa distribuição à luz do princípio da equidade.

Feitos estes apontamentos, passamos a uma sucinta contextualização história do salário-educação.

### 3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Atualmente o salário-educação é fonte adicional de recursos que visa contribuir com o financiamento da educação básica no Brasil, conforme prescreve a Constituição da República de 1988, em seu art. 212, § 5º (BRASIL, 1988).

Art. 212. (...)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Todavia, nem sempre a finalidade desta importante fonte de receita pública estatal foi a descrita acima. Diversas foram as transformações legislativas pelas quais este instituto jurídico passou até chegar à conformação do comando constitucional descrito acima.

O salário-educação foi originariamente criado pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, com a finalidade de impor às empresas o dever de contribuir para o custeio da educação primária dos filhos de seus empregados, bem como dos operários carentes de alfabetização (CRUZ, 2009), com vistas a reduzir o analfabetismo no país. (CASTRO, 2007); (BRASIL, 1964)

De acordo com a referida Lei – 4.440/64 – era permitido às empresas com mais de 100 empregados se isentarem da obrigatoriedade de contribuir com o salário-educação se mantivessem a oferta do ensino primário para seus funcionários e respectivos filhos. Segundo a mesma norma, tal oferta poderia se dar de forma direta pelas próprias empresas ou por meio de convênios<sup>5</sup>, com a concessão de bolsas de estudo em escolas particulares. (BRASIL, 1964)

Essa alternativa concedida às empresas foi posteriormente ampliada pelo Decreto/lei nº 87.043, de 22 de março de 1982, para possibilitar que não só os empregados e seus filhos pudessem ter acesso ao ensino fundamental ofertado por

---

<sup>5</sup> Estes convênios eram firmados junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que mantinha o cadastro de escolas particulares credenciadas para o atendimento dos referidos beneficiários.

elas próprias ou por meio de bolsas de estudo, mas também quaisquer adultos ou crianças. (BRASIL, 1982)

A partir daquele ano – 1982 – a possibilidade de as empresas ofertarem o ensino fundamental ou firmarem convênios para a concessão de bolsas de estudo em escolas particulares foi sistematizada e passou a se chamar Sistema de Manutenção de Ensino (SME), que vigorou até o ano de 1996, quando foi extinto pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro. (BRASIL, 1982 e 1996b)

A Lei nº 9.424 extinguiu o SME no ano de 1996 vedando o ingresso de novos alunos a partir do ano seguinte, mas permitiu que todos os que já estavam matriculados permanecessem no programa até a conclusão dos estudos do ensino fundamental.

Quanto à arrecadação do salário-educação, desde a sua instituição em 1964, a responsabilidade pelo seu recolhimento ficou a cargo do sistema previdenciário oficial, vindo sofrer alteração quanto a isso somente no fim da primeira década deste século.

Houve substituição do agente arrecadador com a promulgação da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), que dentre diversas competências, passou, também, a arrecadar o salário-educação das empresas contribuintes e repassá-lo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE). (BRASIL, 1964 e 2007a)

Quanto ao percentual a ser recolhido pelas empresas, inicialmente a contribuição patronal era calculada com a aplicação da alíquota de 2% (dois por cento) sobre o Salário Mínimo multiplicado pelo número de empregados que a empresa possuía, conforme artigo 8º da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, que instituiu o tributo. (BRASIL, 1964)

Posteriormente, em 1965, com a edição da Lei nº 4.863, de 29 de novembro, o montante a ser recolhido pelas empresas passou a ser o correspondente a 1,4%

(um inteiro e quatro décimos por cento) do valor total dos salários pagos aos seus empregados, de acordo com o § 2º, do artigo 35, da referida lei. (BRASIL, 1965)

Em 1975 sua alíquota foi novamente alterada, passando a ser de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) aplicado sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes, conforme dispõe o art. 15 do Decreto nº 76.923, de 26 de dezembro de 1975, que regulamentou o Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975. Importante destacar que o referido percentual se mantém inalterado até hoje. (BRASIL, 1975b e 1975a)

Outra importante inovação trazida pelo Decreto-Lei nº 1.422/75 foi a alteração no modelo de repartição das quotas do montante total arrecadado. Desde a instituição do salário-educação até a edição desta norma a União ficava com 50% e os estados com os outros 50%. De acordo com o referido Decreto-Lei, a União passou a ficar com 1/3 do valor arrecadado, e os estados com 2/3. (BRASIL, 1975a)

Este modelo de divisão permaneceu até a década de 1990, quando foi alterado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para contemplar os municípios como entes destinatários de parte do valor arrecadado, conforme adiante será melhor detalhado. (BRASIL, 1996b)

Em 1998, com entrada em vigor da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro, ficou estabelecido que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quota estadual recebida por cada estado da federação seria repassada aos seus respectivos municípios na proporção do número de alunos matriculados no ensino fundamental de sua rede. (BRASIL, 1998)

Entretanto, de acordo com o FNDE, como o cumprimento de tal determinação dependia da edição de lei estadual para que o referido repasse fosse de fato implementado, desde a edição da lei até o ano de 2003 somente 16 estados<sup>6</sup> da federação haviam efetivamente regularizado essa situação. (FNDE, 2015)

---

<sup>6</sup> Os referidos estados são: Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

De acordo com Cruz (2009), diante do não cumprimento da determinação legal imposta aos estados de criarem a lei de repasse do referido recurso, os municípios pressionaram o governo federal para que uma solução fosse dada ao problema da falta de recursos que os penalizava, impossibilitando-os de implementar os programas e projetos educacionais conforme expressamente previa a lei que regulamentava a distribuição do salário-educação.

Nesse sentido foi editada a Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003, cuja principal contribuição foi redefinir a distribuição dos recursos do salário-educação de forma a contemplar a transferência direta e automática aos municípios da parcela que lhes cabe da quota dos estados e municípios. (BRASIL, 2003)

Com a promulgação da referida lei ficou definido o atual modelo de distribuição do montante arrecadado com o salário-educação, cuja divisão se dá da seguinte forma: 1% (um por cento) fica retido na Secretaria da Receita Federal do Brasil para custeio da atividade arrecadatória. Do total restante, 10% (dez por cento) são destinados ao FNDE para serem aplicados em programas, projetos e ações voltadas para a universalização da educação básica; 1/3, ou seja, 30% (trinta por cento) são destinados à quota federal, de competência da União, e os outros 2/3 – 60% (sessenta por cento) – são destinados à quota de estados e municípios, sendo que esta última é redistribuída automaticamente pelo FNDE para as secretarias municipais e estaduais de educação, conforme o número de matrículas nas respectivas redes de ensino, com o objetivo de financiar programas, projetos e ações voltados para a etapa da educação básica. (BRASIL, 2003)

Quanto ao rol de contribuintes do salário-educação, diversas foram as alterações, inclusive na relação de instituições agraciadas com o benefício da isenção de seu pagamento. A mais importante modificação nesta lista se deu com a entrada em vigor da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, quando a partir de então somente a União, estados, DF e municípios, e suas respectivas fundações e autarquias; instituições públicas de ensino; escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas registradas e reconhecidas por órgãos educacionais; organizações de fins culturais, hospitalares e de assistência social passaram a ter a exclusividade deste benefício

fiscal, tal como ratificado pelo Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006. (BRASIL, 1998 e 2006b)

Além das instituições relacionadas acima, também passaram a ter a referida isenção as microempresas e as empresas de pequeno porte, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o programa de incentivo fiscal conhecido como Simples Nacional. (BRASIL, 2006c)

Estas foram as principais alterações de impacto sofridas pelo salário-educação ao longo de sua existência como instrumento financiador da educação.

Atualmente este tributo encontra-se regulamentado pelas seguintes normas: a) Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, e que foi parcialmente revogada pela Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; b) Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que altera toda a legislação específica que regia o salário-educação até então; e, c) Decreto n. 6.003, de 28 de dezembro de 2006, que de forma mais detalhada regula a sistemática de arrecadação, fiscalização e cobrança da contribuição social do salário-educação. (BRASIL, 1996b, 1998, 2006b e 2007b)

A análise documental de cada uma dessas leis será feita no desenvolvimento dos capítulos seguintes, no momento oportuno da abordagem dos assuntos relativos ao conteúdo de cada uma delas.

Feita esta breve descrição da contextualização histórica do salário-educação, passemos à sua definição, natureza jurídica e localização no ordenamento jurídico tributário.

### 3.2 O SALÁRIO-EDUCAÇÃO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Com a promulgação da atual Constituição da República de 1988 a natureza jurídica do salário-educação ficou expressamente definida como uma espécie de contribuição social, conforme preceitua o artigo 212, § 5º: (BRASIL, 1988)

Art. 212. (...)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a *contribuição social do salário-educação*, recolhida pelas empresas na forma da lei. (grifo nosso)

Nesse mesmo sentido o artigo 76, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) ratifica essa definição nos seguintes termos: (BRASIL, 1988)

Art. 76. (...)

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o caput a arrecadação da *contribuição social do salário-educação* a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal. (grifo nosso)

Contribuição social, como será detalhadamente discriminada a diante, é uma das espécies de tributos que integra o Sistema Tributário nacional. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as espécies tributárias são classificadas como: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais.

E para que a referida classificação seja melhor compreendida, considerando a sua relevância para a política de financiamento da prestação de serviço público no Brasil, torna-se imprescindível realizar o devido enquadramento da contribuição social do salário-educação como espécie de contribuições especiais e, por conseguinte, como parte integrante do conjunto de receitas arrecadadas pelo Estado<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A palavra Estado grafada com a inicial maiúscula será utilizada ao longo deste trabalho como sinônimo de Poder Público, distinguindo-se do estado federado, que será grafado com a inicial minúscula.

O Estado, entendido neste trabalho de pesquisa segundo a concepção de Dalmo de Abreu Dallari, tem como finalidade precípua o bem comum de um determinado povo, situado em um determinado território (DALLARI, 2001).

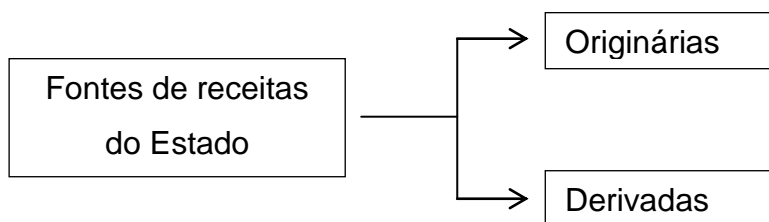
Nesse sentido, para que o Estado possa atingir o objetivo de atender às necessidades públicas demandadas pela sociedade é necessário que ele se aproprie de recursos em montantes suficientes que o possibilite realizar este desiderato.

Esses recursos financeiros que são obtidos pelo Estado são classificados pela doutrina clássica das finanças públicas em: receitas públicas originárias e receitas públicas derivadas, conforme citam, por exemplo, Abraham (2010), Alexandre (2015) e Melo (2001).

De acordo com Ricardo Alexandre (2015), as receitas públicas são denominadas “originárias” e “derivadas” em razão de aquelas originarem-se do próprio patrimônio do Estado, e estas, do patrimônio dos particulares.

O esquema a seguir nos ajuda a visualizar esta disposição.

#### ESQUEMA 1 \_ FONTES DE RECEITAS DO ESTADO



Esse autor define as referidas receitas da seguinte forma. As receitas públicas originárias são obtidas pela exploração dos bens pertencentes ao próprio Estado, como por exemplo: na alocação e arrendamento de bens imóveis; na obtenção de lucros e dividendos das empresas estatais que lhe pertençam ou da qual sejam



acionistas; nos recebimento de royalties pela exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, extração de minério, de petróleo; entre outras fontes.

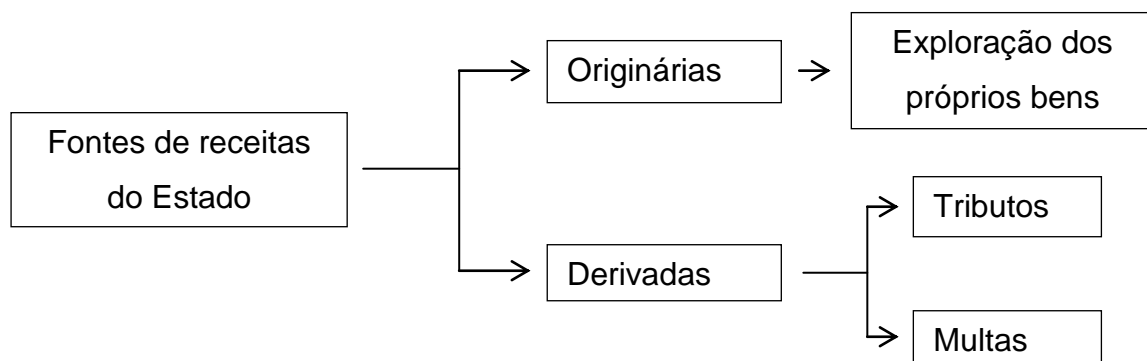
Já as receitas públicas derivadas são provenientes do patrimônio dos particulares, cujos recursos são carreados aos cofres públicos por meio de cobrança de tributos e multas aplicadas pelo Estado.

De acordo com José Eduardo Soares de Melo (2001), as multas são penalidades pecuniárias aplicadas pelo Estado às pessoas físicas e jurídicas em razão da inobservância de algum preceito legislativo que a preveja como sanção pela prática de tal fato.

Já os tributos, segundo o mesmo autor, são fontes de receita instituídas pelo Estado de modo a possibilitar o financiamento de suas atividades públicas na consecução do objetivo maior, que é atender as necessidades públicas básicas da sociedade<sup>8</sup>, conforme mencionado acima.

Em complementação ao esquema anterior, segue disposição do detalhamento das fontes no esquema abaixo.

#### ESQUEMA 2 \_ FONTES DE RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS



<sup>8</sup> Ricardo Alexandre (2009) chama a atenção para a seguinte questão: a visão de que o Estado tributa para auferir recursos que o possibilite desempenhar o seu papel de provedor do bem comum é correta, porém incompleta, pois há tributos que são instituídos com a finalidade de intervir no mercado, no domínio econômico e na ordem social; mas como este aspecto foge ao objetivo deste trabalho, deixamos essa indicação de leitura para aqueles que se interessarem em aprofundar-se neste assunto.

Após discriminarmos as espécies de fontes de receitas públicas em favor do Estado é necessário conceituarmos a principal delas para os objetivos deste trabalho, qual seja: Tributos.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que instituiu o Código Tributário Nacional – CTN, *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade plenamente vinculada.* (BRASIL, 1966)

De acordo com Nascimento (2008), para que a definição de tributo descrita acima seja bem compreendida, é necessário que se faça uma análise de suas características fundamentais. São elas:

a) qualidade de ser *prestação* \_ para efeitos desta lei<sup>9</sup>, o termo *prestação* deve ser entendido como o valor que consubstancia o objeto da relação jurídico-tributária que deve ser entregue ao Estado como forma de cumprimento de uma obrigação jurídica. É o próprio cumprimento da obrigação de pagar tributo.

b) expressão *pecuniária* e conversibilidade (“em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir”) \_ o autor critica a construção gramatical do texto da lei ao prescrever os termos “*pecuniária*” e “*em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir*”, em razão de sua redundância, haja vista que “*A qualidade de ser pecuniário já indica a necessidade de ser conversível a um determinado valor, como pode ser o próprio valor monetário*” (p. 21). Não obstante isso, este autor chama a atenção para o fato de o tributo ser uma prestação necessariamente pecuniária.

c) compulsoriedade \_ o recolhimento de um tributo é algo que deve ser feito de forma obrigatória para todas as pessoas que se encontrem em uma determinada situação prevista em uma lei tributária. Não há facultatividade no cumprimento desta prestação, “*Não se entrega a quantia ao Estado porque se deseja, ou porque se*

---

<sup>9</sup> Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que instituiu o Código Tributário Nacional – CTN.

*possui um sentimento de correção, de solidariedade ou de filantropia*” (p. 22), faz-se porque é obrigado.

d) não-sancionador \_ conquanto seja o tributo uma prestação compulsória, não deve ser este confundido com a imposição de uma sanção ao contribuinte, *“O fato de ser imposta a obrigação não deve ser entendida como uma pena a que se sujeita o obrigado tributário”* (p. 22).

e) não decorrer de realização de ato ilícito \_ a prática de ato ilícito, em regra, pressupõe um comportamento contrário ao ordenamento jurídico, em desrespeito à letra da lei, o que requer a aplicação de penas pecuniárias – multas. *“O tributo não se confunde com a multa”* (p. 22).

f) instituição mediante lei \_ é a própria aplicação do princípio da legalidade em sede de Direito Tributário, uma vez que, de acordo com esta previsão, não há cobrança de tributo sem lei anterior que o preveja. *“É esta característica do tributo que lhe confere legitimidade, possibilitando relações jurídicas seguras no âmbito das cobranças pecuniárias aos contribuintes”* (p. 22).

g) cobrança mediante atividade administrativa plenamente vinculada \_ com esta previsão de vinculação do ato administrativo à lei, cujo preceito submete todas as autoridades fazendárias, visa-se: *“a) limitar a ação da administração, no sentido de racionalizar seus procedimentos, impedindo-a de interferir na esfera privada de cada cidadão; b) garantir a não-vulneração ao primado da igualdade entre os contribuintes; e c) impedir que sejam criadas situações desfavoráveis às Fazendas e, por via oblíqua, á própria coletividade”* (p. 23).

De acordo com a análise mais detalhada da definição de tributo vista acima é possível inferir que a cobrança de tributos está juridicamente fundamentada na existência de uma relação jurídica estabelecida entre o Estado e o contribuinte, cuja previsão legal determina a exigência do tributo. (BRASIL, 1966)

Essa previsão legal é imprescindível para a realização da referida cobrança, pois sem a qual violar-se-ia o princípio da estrita legalidade tributária, cuja prescrição

constitucional anota que *sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça*, conforme texto expresso do art. 150, I, da CF/88. (BRASIL, 1988)

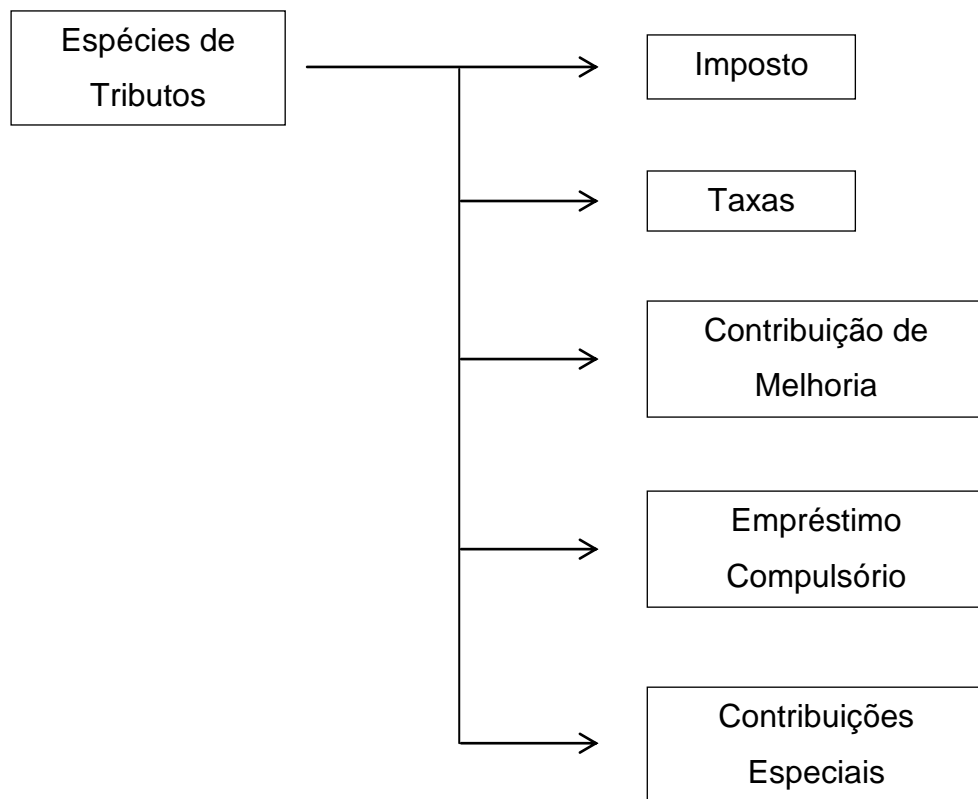
Após analisarmos o conceito e características do tributo, cumpre-nos situá-lo dentro do Sistema Tributário Nacional – STN e discriminar as suas cinco (05) espécies, recorrendo sucintamente as características de cada uma delas, conforme os preceitos conceituais insertos no Código Tributário Nacional –CTN. (BRASIL, 1966)

De acordo com Alexandre Moraes (2006), o Sistema Tributário Nacional consagrado pela Constituição Federal de 1988 é a principal diretriz do Direito Tributário brasileiro. Nele estão estabelecidas as regras básicas que regem as relações entre o Estado e o contribuinte, bem como definidas as espécies de tributos existentes no ordenamento jurídico atual.

Segundo este autor o Sistema Tributário Nacional deve ser entendido como um conjunto de princípios constitucionais e normas fundamentais que parametriza toda a operacionalização do nosso Direito Tributário.

Neste sentido, o Sistema Tributário Nacional está definido, principalmente, nos artigos 145 a 156 da CF/88, segundo o qual as espécies de tributos existentes no ordenamento jurídico brasileiro são: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais, conforme discriminado no esquema abaixo. (BRASIL, 1988)

## ESQUEMA 3 \_ ESPÉCIES DE TRIBUTOS



O imposto é definido no art. 16 do Código Tributário Nacional – CTN como o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte. (BRASIL, 1966)

De acordo com essa definição percebe-se que o imposto tem como principal característica a ocorrência de sua cobrança em razão da realização de uma atividade por parte do contribuinte sem que para isso o Estado precise praticar qualquer ato. (BRASIL, 1966)

Dito de outra forma, segundo a lavra de Nascimento (2008), o imposto é uma espécie tributária cujo fato gerador encontra-se desatrelado de qualquer atuação estatal específica que justifique a sua cobrança, basta para tanto que o fato ensejador de sua incidência previsto na norma jurídica seja praticado pelo contribuinte para que ele seja obrigado fazer o seu recolhimento.

A taxa, como espécie de tributo, é cobrada do contribuinte quando o Estado lhe presta, ou põe à sua disposição, um serviço público específico e divisível, ou ainda quando é demandado para exercer o regular poder de polícia, conforme dispõe o art. 77 do CTN. (BRASIL, 1966)

De acordo com Melo (2001), o exercício regular do poder de polícia conforme previsto na norma citada acima deve ser entendido como a necessidade de o Estado agir com o ímpeto fiscalizatório em favor da coletividade, de maneira a tutelar as condições de higiene, segurança, ordem, costumes, produção, e de mercado, bem como ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização por parte do Poder Público; já a divisibilidade na prestação de serviço estatal está relacionada com a possibilidade de se distinguir a sua utilização de forma individualizada por parte de cada um dos seus usuários, sendo a especificidade uma característica que permite distinguir a referida prestação das de mesmo gênero de natureza genéricas, ou gerais.

Contribuição de melhoria é tributo cobrado do contribuinte em razão da valorização imobiliária por ele auferida por consequência da realização de obra pública empreendida pelo Estado, conforme prevê o art. 81 do CTN. (BRASIL, 1966)

A cobrança desse tributo tem como finalidade custear a realização de determinada obra pública que resulte em uma valorização patrimonial do contribuinte observada em relação a um imóvel seu (CARNEIRO, 2006) e (MELO, 2001).

De acordo com o art. 148 da CF/88, o empréstimo compulsório tem a particularidade de somente poder ser instituído pela União. Tem como finalidade custear despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou para investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. (BRASIL, 1988)

Ricardo Lodi Ribeiro (2013) assevera que, esse tributo tem sua natureza fundamentada na solidariedade geral, uma vez que sua arrecadação atende a despesas caras à toda a sociedade, tendo destaque pela urgência na realização de

despesas que visam atender as necessidades que ultrapassam os interesses dos atuais contribuintes, beneficiando também as gerações futuras.

A última das espécies tributárias citadas recebe a denominação de Contribuições Especiais, de acordo com a maior parte da doutrina especializada, tais como Carvalho (2005), Cassone (2001), Paulsen (2009), Alexandre (2015) dentre muitos outros.

De acordo com este último autor, são assim chamadas em razão de essa rubrica comportar um conjunto de contribuições com características bem diferenciadas entre si.

A principal distinção entre as contribuições especiais e as demais espécies de tributos encontra-se no aspecto finalidade, conforme destaca Ribeiro (2013).

Pela lavra deste autor a instituição deste tributo é justificada pela sua subordinação “à solidariedade de grupo, manifestação da capacidade contributiva baseada na ponderação da justiça comutativa (custo-benefício) com a justiça distributiva (solidariedade social)”<sup>10</sup>.

Chamamos a atenção para a importante característica da solidariedade social desta espécie tributária, pois juntamente com o princípio da equidade formam o cerne da discussão deste trabalho, em razão de o salário-educação, como veremos adiante, ser uma de suas subespécies.

Para descrevermos a composição do rol constitucional das contribuições especiais, iniciamos com a contribuição para o custeio da prestação de serviços de iluminação pública – COSIP, que poderá ser instituída pelos municípios e pelo Distrito Federal, conforme prescreve o art. 149-A, da CF/88<sup>11</sup>. (BRASIL, 1988)

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, Ricardo Lodi. Tributos (teoria geral e espécies). Niterói, RJ: Impetus, 2013. p. 54.

<sup>11</sup> Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

As outras espécies de contribuições especiais estão previstas no art. 149 da CF/88, que prevê a exclusividade de a União instituir as contribuições ali discriminadas para o custeio e atuações nele descritas. (BRASIL, 1988)

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

As contribuições instituídas em razão do interesse de categorias profissionais ou econômicas são os tributos que financiam a atuação de entidades de classes profissionais, na sua função de fiscalizar o exercício profissional de seus associados (MELO, 2001), como por exemplo: a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Arquitetura – CFEA/CREA; Conselhos Federal e Regionais de Medicina – CFM/CRM etc.; bem como a atuação dos sindicatos na defesa dos interesses dos integrantes das categorias por eles abrangidas, seja de empregados ou de empregadores, como por exemplo: Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico – SINDIFER; Sindicato dos trabalhadores do comércio do Estado do Espírito Santo – SINDICOMÉRCIO etc.

As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, as chamadas CIDE, como o próprio nome indica, são tributos que servem para fomentar ou inibir determinada atividade econômica, conforme Ribeiro (2013).

Segundo este autor, as CIDE podem ser instituídas com o propósito de fomentar determinada atividade econômica que careça de incentivo, como por exemplo, para financiar o empreendedorismo; ou, ainda, para inibir a comercialização de determinado produto estrangeiro que esteja invadindo o mercado brasileiro causando prejuízos e demissões em algum setor. Neste caso a CIDE pode ser majorada, se já existir, ou então ser instituída, para que a referida comercialização seja desestimulada.



Por fim, discorreremos acerca das contribuições sociais, citadas no artigo transcrito acima como a primeira das subespécies das contribuições especiais.

Para que fossem didaticamente melhor compreendidas o Supremo Tribunal Federal – STF, em entendimento exarado quando do julgamento do Recurso Especial nº 138.284-8/CE, adotou mais uma subdivisão para esta subespécie tributária. (BRASIL, 1992)

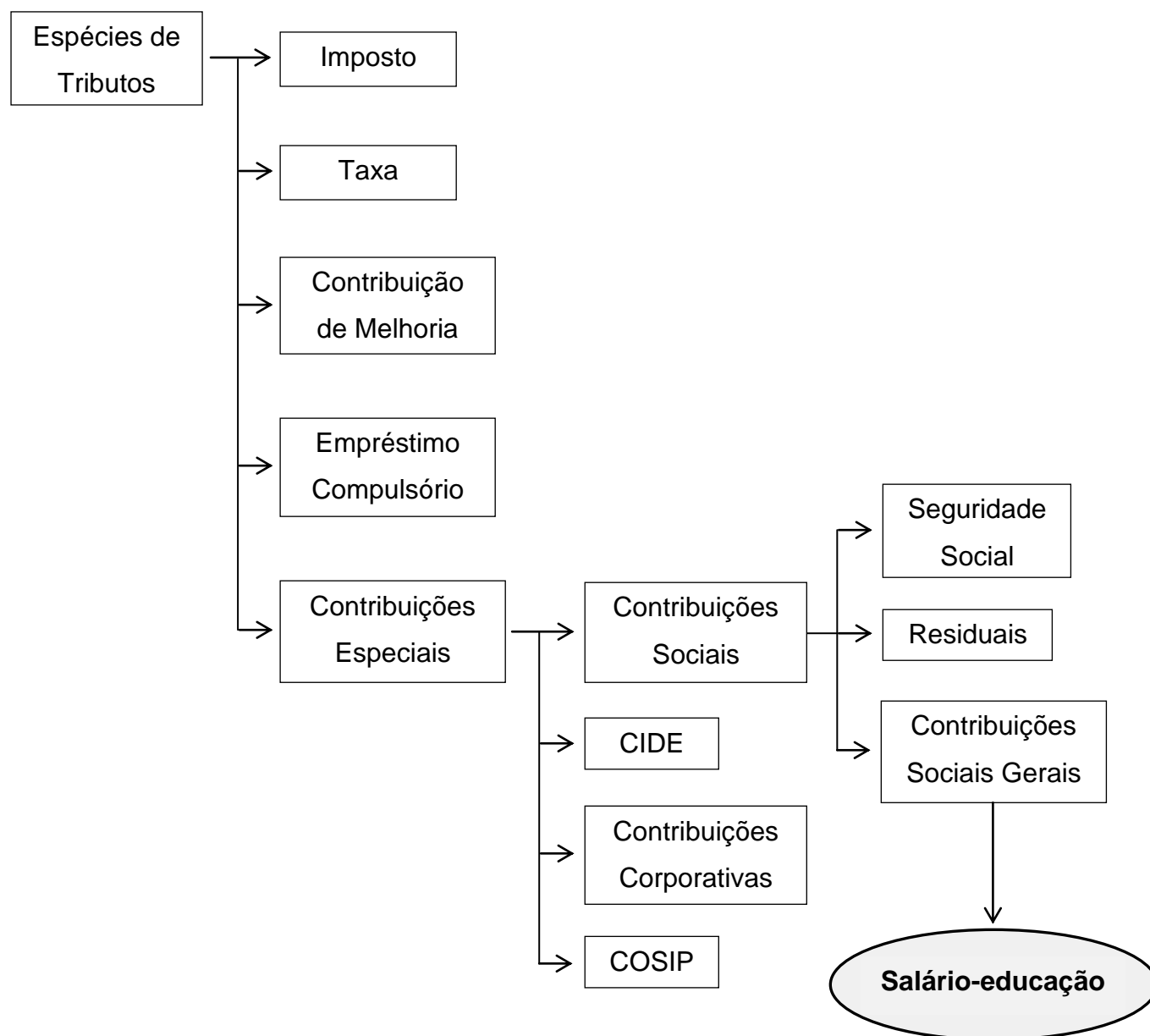
De acordo com esse julgado as contribuições sociais se subdividem em a) contribuições para o financiamento da seguridade social, que visam custear os serviços relacionados à saúde, à previdência e à assistência social; b) outras contribuições sociais, também chamadas de residuais, em razão de poderem ser instituídas para custear a expansão da seguridade social; e c) contribuições sociais gerais, cuja instituição visa financiar algum outro tipo de atuação da União na área social que não se enquadre nas anteriores.

Por essa classificação do STF, é na última categoria – contribuições sociais gerais – que se enquadra o salário-educação, ou seja, é uma contribuição social destinada a uma atuação do Estado na área social que não configure relação com a saúde, assistência social ou previdência social. (ALEXANDRE, 2015)

Conforme vimos anteriormente, o texto do art. 212, § 5º, da Constituição Federal de 1988, transcrito logo no início deste item, expressamente determina a condição da contribuição social do salário-educação como fonte adicional de recursos destinados a financiar a educação básica. (BRASIL, 1988)

Após discriminarmos as espécies tributárias segundo os preceitos constitucionais do Sistema Tributário Nacional é possível fazer a sua exposição em forma de esquema, para que a visualização e situação espacial de cada uma dessas espécies sejam observadas de forma mais clara, conforme apresentado abaixo. (BRASIL, 1988)

#### ESQUEMA 4 \_ ESPÉCIES DE TRIBUTOS – DIAGRAMA COMPLETO



Por esta exposição esquemática, identificamos, portanto, que o nosso Sistema Tributário Nacional é composto de cinco espécies de tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais.

Por sua vez, a espécie denominada contribuições especiais se subdivide em: contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – comumente

denominadas contribuições corporativas, e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Deste modo, dentre as espécies de tributos discriminados acima, a que especificamente nos interessa explorar como objeto deste trabalho é exatamente a última – contribuições especiais – uma vez que, de acordo com os art. 212, § 5º, e 76 do ADCT, já transcritos em passagem anterior, o salário-educação é classificado como espécie de contribuição social, que por sua vez é uma das espécies de contribuições especiais, o que implica considerar que este tributo tem a principal finalidade custear especificamente uma prestação de serviço público de utilização coletiva, um benefício social disponível a toda a sociedade, que no caso em apreço se refere à educação básica.

Feitas estas considerações acerca da natureza jurídica do salário-educação e sua localização dentro de Sistema Tributário Nacional, passamos à análise da sua atuação no âmbito do financiamento da educação básica.

### **3.3 O SALÁRIO-EDUCAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o salário-educação é fonte adicional de recurso financeiro destinado ao financiamento da educação básica. (BRASIL, 1988)

Art. 212. (...)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Ele é classificado como fonte adicional de recursos financeiros porque tem a função de complementar os recursos provenientes de impostos – outra espécie tributária – no financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, caput, determina que parte do valor total que os entes federados arrecadam com impostos devem ser aplicados na educação nos seguintes termos. (BRASIL, 1988)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Importante destacar que, como principal fonte de receita estatal, os impostos têm parte de sua arrecadação vinculada ao financiamento de todas as etapas e modalidades da educação, o que não ocorre com o salário-educação, cuja função, conforme dito antes, é definida pela Constituição como fonte adicional de recursos para financiar somente a educação básica. (BRASIL, 1988)

Outra característica muito importante do salário-educação é apontada por Castro (2010), quando afirma que a totalidade de sua arrecadação tem como destinação exclusiva o financiamento da educação básica, cuja relevância está na possibilidade de financiar importantes programas sociais voltados para a área educacional que não poderiam ser custeados com os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, como enfatiza Cruz (2009). O detalhamento desta específica limitação será oportunamente analisado adiante, à luz dos atuais preceitos normativos que o regulamenta.

Com foco na participação do salário-educação no conjunto de instrumentos financeiros destinados a custear a educação, destacamos ainda a análise dos aspectos relativos ao financiamento do ensino fundamental no âmbito da rede estadual de São Paulo feita por Lima (2008) em sua dissertação, onde destaca a discriminação destes recursos financeiros conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

De acordo com este comando normativo, as fontes de recursos destinados a custear a educação são, basicamente, os impostos de arrecadação própria, o salário-educação, os tributos transferidos e outras receitas definidas em lei.

As transferências de receitas de que tratam o inciso II do artigo acima dizem respeito à sistemática de repartição de recursos financeiros transferidos da União para os estados e municípios, bem como dos estados para seus respectivos municípios.

As referidas transferências têm a finalidade de promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes subnacionais, cuja estrutura está detalhadamente descrita nos artigos 157 a 162, e respectivos incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988)

Além das fontes de recursos discriminadas acima, temos que considerar também como importantes fontes de custeio da educação o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, instituído pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

O FUNDEF, instituído no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, tinha como finalidade financiar o ensino fundamental. Revestido de natureza contábil, era composto por 15% (quinze por cento) do fundo de participação dos municípios – FPM, fundo de participação dos estados – FPE, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, imposto sobre produtos industrializados, proporcional às importações – IPI-exp., desoneração de exportações de que trata a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir). (BRASIL, 1996b)

Com a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB houve importantes alterações na estrutura de financiamento da educação, pois além de passar a abranger toda a educação básica, a sua composição passou a ser de 20 % sobre todos os mesmos recursos do fundo anterior e mais os seguintes impostos: imposto sobre transmissão causa mortis e doações de qualquer natureza – ITCMD, imposto sobre a propriedade de veículo automotor – IPVA, imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR (cota-parte dos municípios) além da complementação federal limitada em 10% da contribuição total dos estados e municípios.

Feitas estas considerações acerca dos fundos FUNDEF e FUNDEB, retornemos à abordagem do salário-educação como integrante do pequeno rol de recursos financeiros enumerados no art. 68 da LDB, transcrito acima. Desta forma passaremos a discorrer sobre os elementos característicos relativos à sua arrecadação; à discriminação de seus contribuintes e dos entes beneficiados com a isenção de tal contribuição; à responsabilidade pelo seu recolhimento e à dinâmica de sua distribuição, conforme descritos a seguir.

A Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que instituiu o FUNDEF, e que ainda encontra-se em vigor, estabelece em seu artigo 15 que o salário-educação será recolhido pelas empresas em montante correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos seus empregados. (BRASIL, 1996b)

De acordo com essa previsão normativa, as empresas discriminadas em regulamento específico devem recolher aos cofres públicos o correspondente àquele percentual aplicado à respectiva folha de pagamento. (BRASIL, 1996b)

O regulamento a que se refere o parágrafo anterior é o Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006, segundo o qual, em seu art. 2º, os contribuintes do salário-educação são: as empresas em geral; as entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, entendendo-se como tais, para fins desta incidência, qualquer firma individual ou sociedade que assuma o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não; a sociedade de economia mista; a empresa pública e demais sociedades instituídas e mantidas pelo Poder

Público, nos termos do art. 173, § 2º, da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1998 e 2006b)

Entretanto, o parágrafo único do citado art. 2º do mesmo Decreto acima traz a relação de entidades públicas e privadas que são isentas do recolhimento da referida contribuição social, quais sejam: a União, os estados, o DF, os municípios, e também suas respectivas autarquias e fundações; as instituições públicas de ensino de qualquer grau; as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as organizações de fins culturais; e as organizações hospitalares e de assistência social. (BRASIL, 2006b)

Além das entidades citadas no parágrafo anterior – que são isentas de recolher o salário-educação – a Lei Complementar nº 123/06, que instituiu o SIMPLES NACIONAL, também dispensa do recolhimento da contribuição social do salário-educação as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham optado pelo referido Regime, conforme prescreve o seu Art. 13, § 3º. (BRASIL, 2006c)

Portanto, as empresas que alcancem um faturamento anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos mil reais), no caso das microempresas, e, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), no caso das pequenas empresas – ambos em valores atuais – estão dispensadas da obrigatoriedade tributária do recolhimento do salário-educação. (BRASIL, 2006c)

Ressalvadas, portanto, as citadas isenções, o regramento da distribuição dos recursos arrecadados com o salário-educação, de acordo com o Decreto nº 6.003/06, deve seguir o fluxo representado no esquema a seguir, bem como os critérios de destinação a cada ente beneficiado e seus respectivos percentuais, conforme discriminados na tabela logo abaixo do referido esquema. (BRASIL, 2006b)

## ESQUEMA 5 \_ FLUXO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

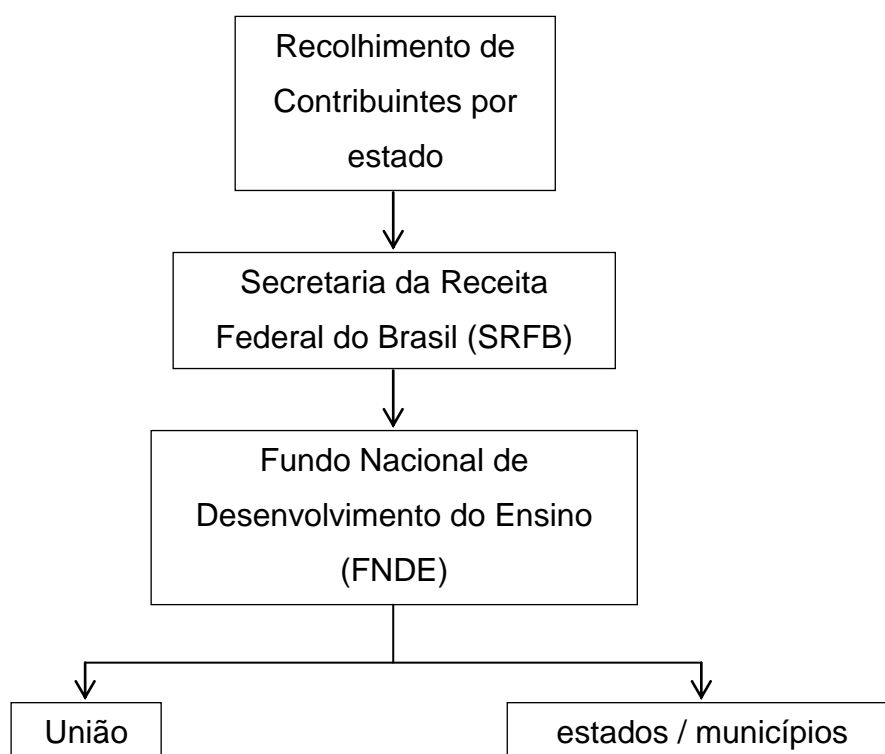


TABELA 01 - DESTINAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

1%		Secretaria da Receita Federal do Brasil <sup>12</sup>
99%	10%	FNDE – programas, projetos e ações voltados para a universalização da educação básica.
	30%	Quota Federal destinada ao FNDE - programas e projetos voltados para a universalização da educação básica
	60%	Quota Estadual e Municipal - programas, projetos e ações voltadas para a educação básica

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do Decreto nº 6.003/2006. (BRASIL, 2006b)

<sup>12</sup> O texto do Dec. nº 6.003/06, em seu art. 6º, informa que o referido percentual será retido em favor da “*Secretaria da Receita Previdenciária*”. Todavia, a Lei nº 11.457/07 promoveu a reunião de toda a atividade arrecadatória de tributos federais na então instituída “*Secretaria da Receita Federal do Brasil*”, extinguindo, portanto, a primeira, motivo pelo qual o referido percentual é destinado exclusivamente a esta Secretaria (SRFB).



Depreende-se pela análise da tabela acima que 1% (um por cento) de todo o valor arrecadado com a contribuição social do salário-educação fica retido na própria Secretaria da Receita Federal do Brasil para o custeio das atividades de arrecadação e fiscalização do recolhimento do referido tributo, uma vez que a este órgão é designada a responsabilidade de tal atividade. (BRASIL, 2006b)

Até a edição da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que instituiu a Secretaria da Receita Federal do Brasil e fez profundas alterações na administração tributária federal, o salário-educação era recolhido pela Secretaria da Receita Previdenciária, conforme ainda consta no texto do art. 6º do Decreto nº 6.003/06. (BRASIL, 2006b e 2007a)

Após a promulgação da referida lei a responsabilidade pela arrecadação do salário-educação em todo o território nacional ficou a cargo do órgão federal denominado Secretaria da Receita Federal do Brasil, vinculado ao Ministério da Fazenda, que por sua vez integra a Administração Pública Federal (BRASIL, 2007a).

Do valor restante (99%), 10% (dez por cento) são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino – FNDE, para o financiamento de programas, projetos e ações que visem a universalização da educação básica pública brasileira, conforme previsão expressa no parágrafo 4º, do art. 9º, do Dec. nº 6.003/06 (BRASIL, 2006b).

O FNDE é uma autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 (BRASIL, 1968 e 1969).

De acordo com José dos Santos Carvalho Filho (2009), uma autarquia pode ser definida como “a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado”.

Definida de outra forma por Miguel Reale (1995), autarquia é uma entidade regida por regras de direito público, o que implica em atender de forma imediata e prevaiente aos interesses de caráter geral em detrimento de particulares.

Contribuindo com essa definição, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2002) destaca ainda que, pode-se acrescentar que uma autarquia deve atuar no desempenho de atividades como a prestação de serviços públicos assumidos pelo Estado, e com capacidade de se autoadministrar.

Nesse mesmo sentido, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em seu artigo 5º, define autarquia da seguinte forma:

Art. 5º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;

Feitas as devidas considerações acerca do que venha ser uma autarquia, resta-nos apontar que o FNDE – uma autarquia – é atualmente responsável por coordenar diversos programas do governo federal, sob a orientação e direcionamento do MEC, tais como: Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, entre outros, sendo que, parte dos recursos para o financiamento de tais programas advém exatamente dos 10% da contribuição social do salário-educação referidos acima<sup>13</sup>. (FNDE, 2015)

É importante destacar ainda que além dos programas descritos acima, o FNDE tem como finalidade financiar ações suplementares voltadas, principalmente, à educação básica ofertada por estados e municípios, realizando o que a Constituição Federal de 1988 define no parágrafo 1º do artigo 211 como exercício da função supletiva e redistributiva da União em relação às demais ofertas de ensino promovidas pelos

---

<sup>13</sup> <http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>.

governos subnacionais, cujo objetivo é garantir a equalização de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade do ensino. (BRASIL, 1988)

Art. 211. (...)

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Contudo, esta atuação supletiva por parte da União, por meio do FNDE, é condicionada ao cumprimento de alguns requisitos por parte dos entes subnacionais destinatários dos recursos suplementares. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta o dispositivo constitucional transcrito acima prevê que os referidos entes somente serão beneficiados com esta atuação se cumprirem com os critérios estipulados em seus artigos 75 e 76. (BRASIL, 1996a)

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerando o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Já a função redistributiva exercida pela União, segundo Farenzena (2012a), deve ser entendida como o desenvolvimento de ações públicas esteadas no princípio da equidade, priorizando a assistência técnica e financeira auxiliando redes de ensino em situação relativamente desfavorecidas.

Após estas breves considerações acerca da natureza jurídica das autarquias, bem como do FNDE, daremos continuidade à análise dos dados da tabela acima, observando que a quota federal do salário-educação, que pertence à União, corresponde a 30% (trinta por cento) do valor total do salário-educação que é especificamente destinado à educação, ou seja, desconsiderando o 1% (um por cento) que fica com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme já exposto. (BRASIL, 2006b)

Destaca-se que a União, detentora de tal recurso, destina a totalidade deste montante ao próprio FNDE para que seja integralmente aplicado no financiamento dos mesmos programas e projetos voltados para a universalização da educação básica, conforme descritos acima, e, que também, está previsto no inciso I do artigo 9º do Decreto nº 6.003/06. (BRASIL, 2006b)

De acordo com a informação do parágrafo anterior constata-se, portanto, que na verdade a União tem a prerrogativa legal de dar direcionamento à utilização e aplicação de nada menos que 40% (quarenta por cento) do total do valor arrecadado com o salário-educação. Ou seja, 30% que lhe é destinado por meio da quota federal, mais os 10% que ficam com o FNDE, conforme dados da tabela 01. Assim, uma vez que esta autarquia é parte integrante da estrutura administrativa da União, cabe a esta o direcionamento da alocação da maior parte do montante arrecadado com o salário-educação. (BRASIL, 2006b)

É com esse montante total (40%) que a União, por meio da atuação do FNDE, exerce a função supletiva e redistributiva prestando assistência técnica e financeira

a estados, Distrito Federal e municípios objetivando garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, conforme determina o art. 211 da CF/88, acima transcrito.

Os outros 60% (sessenta por cento) correspondem à quota estadual e municipal, que são destinados às Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para que sejam utilizados em programas, projetos e ações voltadas para a educação básica. (BRASIL, 2006b)

Importante destacar que o valor correspondente à referida quota – estadual/municipal – é dividido entre o estado destinatário e seus municípios em perfeita correspondência com o número de alunos matriculados em cada uma das respectivas redes de ensino. (BRASIL, 2006b)

Dito de outra forma, o montante total do salário-educação recebido por cada estado da federação é dividido pelo número total de alunos matriculados nas suas respectivas redes de ensino – estadual e municipais.

O resultado dessa operação é um valor médio por aluno exatamente igual para todos os alunos do mesmo estado, independentemente da rede à qual ele esteja matriculado, se estadual ou municipal. (BRASIL, 2006b)

Neste caso específico é possível identificar perfeita isonomia na distribuição de tal recurso. Todavia, é importante ressaltar que isso ocorre somente no âmbito de cada estado federado e em relação à verba que cada um destes estados e respectivos municípios recebem. (BRASIL, 2006b)

O mesmo não acontece com o critério definido para a distribuição da quota estadual/municipal, previsto no art. 15, § 1º, da Lei nº 9.424/96<sup>14</sup>, segundo o qual o

---

<sup>14</sup> Art. 15 (...), “§ 1º O montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, observada, em 90% (noventa por cento) de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:”. Apesar do texto original deste parágrafo se referir ao INSS como a entidade responsável pela arrecadação do salário-educação, atualmente essa função é desempenhada pela SRFB, conforme já exposto anteriormente.

valor a ser recebido por cada estado e respectivos municípios é o correspondente ao montante arrecadado pelo próprio estado com a contribuição social do salário-educação. (BRASIL, 1996b)

Isto significa dizer que, se determinado estado não detém relevante desenvolvimento econômico que o possibilite auferir um considerável recolhimento do salário-educação, sua quota estadual/municipal será igualmente modesta. O resultado desta sistemática implica em desequilíbrio entre os estados quanto ao recebimento deste recurso, na medida em que privilegia os estados mais desenvolvidos em detrimento dos menos favorecidos.

Este critério de dependência entre a quota estadual/municipal do salário educação em relação ao desenvolvimento de cada estado da federação pode ser confirmado pela análise de alguns dados, como por exemplo, o Produto Interno Bruto – PIB e o número de empregos com carteiras assinadas, conforme serão apresentados a seguir, por meio de alguns quadros e gráficos.

Porém, antes é preciso fazer uma importante ressalva. Todos os dados e informações dos quadros e gráficos apresentados neste trabalho são relativos ao ano de 2012, pois até o momento final de sua elaboração o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE somente havia disponibilizado os dados atualizados do PIB por estado até o referido ano. Como a comparação de dados entre anos distintos inviabilizaria a nossa análise, optamos por utilizar este mesmo período para todos os demais dados.

Feitas as devidas observações, seguimos iniciando a apresentação do cruzamento de dados comparando o Produto Interno Bruto de cada estado e o valor da quota estadual/municipal recebida por eles.

Utilizamos o PIB porque ele representa um importante indicador de desenvolvimento de uma determinada região. E como o nosso objetivo é analisar a relação entre o valor da quota estadual/municipal do salário-educação com o desenvolvimento econômico do respectivo estado, a utilização deste indicador revela-se imprescindível para este estudo.

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.

Regiões	Estados federados	Produto Interno Bruto	Quota estadual/municipal do Salário-educação
Norte	Acre	R\$ 9.629.238.676,35	R\$ 12.145.056,16
	Amazonas	R\$ 64.119.835.578,80	R\$ 107.690.628,28
	Amapá	R\$ 10.419.539.402,08	R\$ 9.885.836,18
	Pará	R\$ 91.009.013.793,78	R\$ 133.750.002,01
	Rondônia	R\$ 29.361.935.831,27	R\$ 47.914.508,48
	Roraima	R\$ 7.313.836.470,25	R\$ 7.861.148,17
	Tocantins	R\$ 19.529.689.432,03	R\$ 22.382.616,21
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 231.383.089.184,56</b>	<b>R\$ 341.629.795,49</b>
Nordeste	Alagoas	R\$ 29.544.708.358,41	R\$ 45.833.222,94
	Bahia	R\$ 167.727.375.062,91	R\$ 310.354.418,91
	Ceará	R\$ 90.131.724.431,82	R\$ 157.848.541,57
	Maranhão	R\$ 58.819.682.999,70	R\$ 79.199.667,99
	Paraíba	R\$ 38.731.149.275,88	R\$ 53.237.333,40
	Pernambuco	R\$ 117.340.091.516,02	R\$ 229.911.142,81
	Piauí	R\$ 25.720.626.469,19	R\$ 37.708.517,92
	Rio G. do Norte	R\$ 39.543.678.536,86	R\$ 65.189.056,48
	Sergipe	R\$ 27.823.191.481,26	R\$ 52.672.617,17
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 595.382.228.132,05</b>	<b>R\$ 1.031.954.519,19</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	R\$ 171.235.534.071,39	R\$ 227.069.144,60
	Goiás	R\$ 123.926.301.289,70	R\$ 197.129.644,49
	Mato G. do Sul	R\$ 54.471.447.338,04	R\$ 82.109.371,06
	Mato Grosso	R\$ 80.830.108.028,54	R\$ 106.500.555,43
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 430.463.390.727,68</b>	<b>R\$ 612.808.715,58</b>
Sudeste	Espírito Santo	R\$ 107.328.770.894,28	R\$ 150.690.981,00
	Minas Gerais	R\$ 403.551.317.452,60	R\$ 773.675.530,00
	Rio de Janeiro	R\$ 504.221.370.517,78	R\$ 1.086.458.339,00
	São Paulo	R\$ 1.408.903.865.631,66	R\$ 3.522.547.399,00
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 2.424.005.324.496,31</b>	<b>R\$ 5.533.372.249,00</b>
Sul	Paraná	R\$ 255.926.607.894,66	R\$ 495.828.205,00
	Rio G. do Sul	R\$ 277.657.665.658,25	R\$ 507.255.848,00
	Santa Catarina	R\$ 177.275.690.906,50	R\$ 342.132.059,00
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 710.859.964.459,41</b>	<b>R\$ 1.345.216.112,00</b>
<b>Total / Média</b>		<b>R\$ 4.392.093.997.000,00</b>	<b>R\$ 8.864.981.391,26</b>

Elaborado pelo autor.

Fontes: FNDE e IBGE<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> IBGE: <[http://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf)>

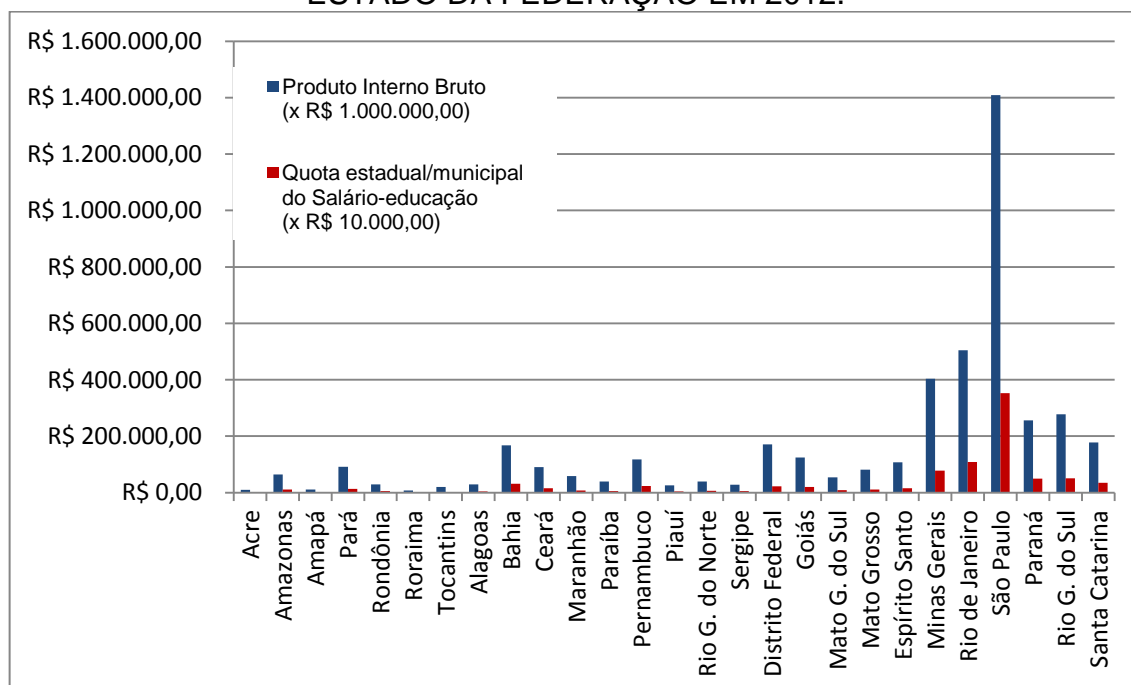
Neste primeiro quadro podemos identificar a relação direta entre estes dois dados. É possível perceber o acompanhamento linear dos valores quando analisamos essa relação entre os estados.

Ainda que a análise seja um pouco dificultada pela grande quantidade de Algarismos, é possível verificar certo padrão de comportamento entre os valores quando os mesmos são comparados entre os estados.

Na medida em que o valor do PIB de um determinado estado é maior ou menor do que outro, a alteração do valor da quota do salário educação segue essa mesma variação.

Para que a constatação visual dos apontamentos feitos acima se torne mais facilitada, apresentamos os referidos dados na forma de gráfico, conforme a seguir.

**GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.  
Fontes: FNDE e IBGE<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Idem à nota de rodapé nº 13.



Antes de iniciarmos a análise dos dados acima, outra importante ressalva deve ser feita, desta vez quanto a todos os gráficos apresentados neste trabalho.

Devido à enorme diferença na ordem de grandeza entre os valores utilizados e, também, à adequação da quantidade de informações inseridas nos gráficos, os valores de algumas variáveis foram reduzidos para que a comparação entre eles se tornasse possível. Se assim não fosse feito, alguns dados nem apareceriam no gráfico.

Retomando a análise gráfica dos valores comparativos entre o Produto Interno Bruto e o valor da quota estadual/municipal de cada estado, temos as seguintes considerações.

Em que pese a destacada diferença de valores relativos ao estado de São Paulo em comparação com os demais estados, é possível constatar que a quota estadual/municipal recebida por todos eles é diretamente proporcional ao respectivo PIB.

Tal constatação ratifica o nosso apontamento quanto ao desequilíbrio em favor dos estados mais desenvolvidos em detrimento dos menos privilegiados, no que diz respeito ao recebimento da referida quota do salário-educação.

Neste mesmo sentido, é também facilmente perceptível que os estados da região sul, juntamente com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – notadamente os mais desenvolvidos – ostentam nítida disparidade quanto aos valores analisados quando comparados com os demais estados da federação, o que parece confirmar a relação de dependência existente entre estes dois valores.

Além da comparação entre os dados acima, outra importante análise que merece ser empreendida é a que compara o Produto Interno Bruto de cada estado e o número de empregos com carteira assinada nele gerado, conforme apresentação a seguir.

QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA E O PRODUTO INTERNO BRUTO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.

Regiões	Estados federados	Nº de empregos com Carteira Assinada	Produto Interno Bruto
Norte	Acre	125.229	R\$ 9.629.238.676,35
	Amazonas	616.377	R\$ 64.119.835.578,80
	Amapá	122.956	R\$ 10.419.539.402,08
	Pará	1.052.344	R\$ 91.009.013.793,78
	Rondônia	365.142	R\$ 29.361.935.831,27
	Roraima	93.777	R\$ 7.313.836.470,25
	Tocantins	246.360	R\$ 19.529.689.432,03
	<b>Norte</b>	<b>2.622.185</b>	<b>R\$ 231.383.089.184,56</b>
Nordeste	Alagoas	505.132	R\$ 29.544.708.358,41
	Bahia	2.256.621	R\$ 167.727.375.062,91
	Ceará	1.423.648	R\$ 90.131.724.431,82
	Maranhão	696.348	R\$ 58.819.682.999,70
	Paraíba	628.047	R\$ 38.731.149.275,88
	Pernambuco	1.694.647	R\$ 117.340.091.516,02
	Piauí	418.380	R\$ 25.720.626.469,19
	Rio G. do Norte	602.226	R\$ 39.543.678.536,86
	Sergipe	388.507	R\$ 27.823.191.481,26
	<b>Nordeste</b>	<b>8.613.556</b>	<b>R\$ 595.382.228.132,05</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	1.181.649	R\$ 171.235.534.071,39
	Goiás	1.450.065	R\$ 123.926.301.289,70
	Mato G. do Sul	617.193	R\$ 54.471.447.338,04
	Mato Grosso	744.558	R\$ 80.830.108.028,54
	<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.993.465</b>	<b>R\$ 430.463.390.727,68</b>
Sudeste	Espírito Santo	926.336	R\$ 107.328.770.894,28
	Minas Gerais	4.928.225	R\$ 403.551.317.452,60
	Rio de Janeiro	4.461.706	R\$ 504.221.370.517,78
	São Paulo	13.783.541	R\$ 1.408.903.865.631,66
	<b>Sudeste</b>	<b>24.099.808</b>	<b>R\$ 2.424.005.324.496,31</b>
Sul	Paraná	3.033.665	R\$ 255.926.607.894,66
	Rio G. do Sul	2.993.031	R\$ 277.657.665.658,25
	Santa Catarina	2.103.002	R\$ 177.275.690.906,50
	<b>Sul</b>	<b>8.129.698</b>	<b>R\$ 710.859.964.459,41</b>
<b>Total / Média</b>		<b>47.458.712</b>	<b>R\$ 4.392.093.997.000,00</b>

Elaborado pelo autor.

Fontes: IBGE<sup>17</sup> e MTE<sup>18</sup>.

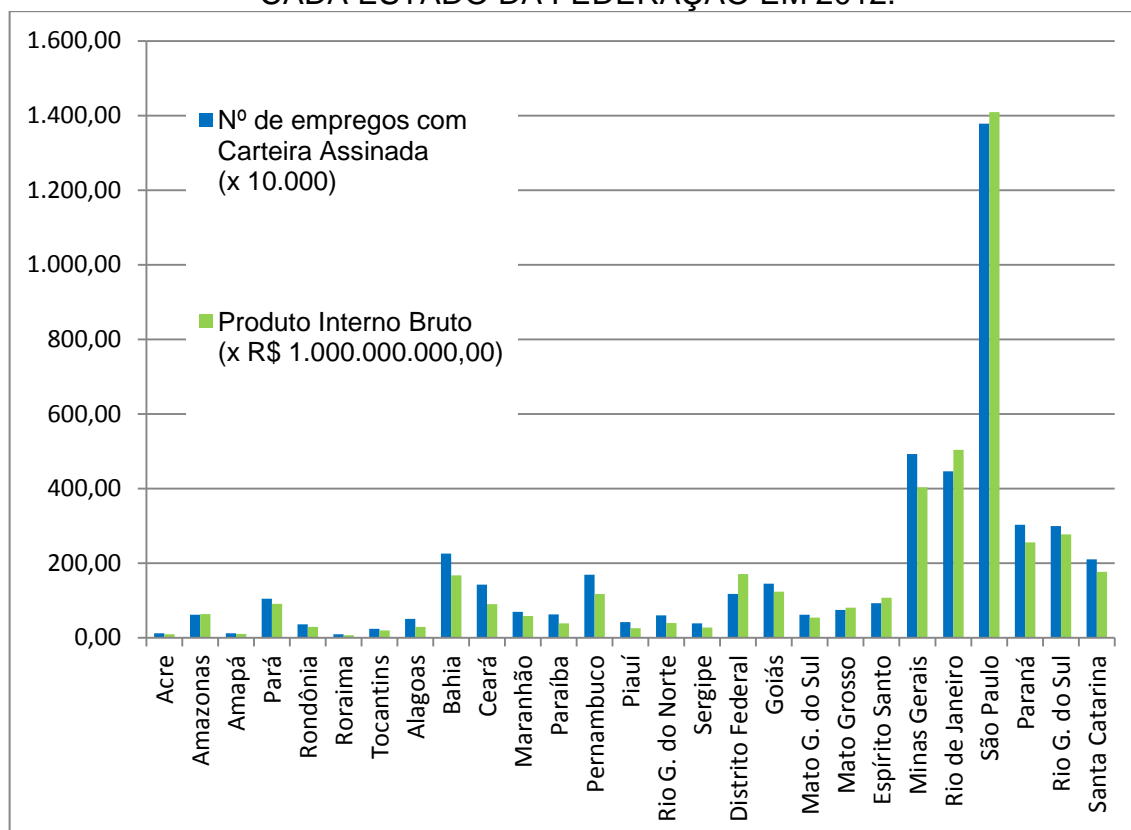
<sup>17</sup> Idem à nota de rodapé nº 13.

<sup>18</sup> Ministério do Trabalho e Emprego:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141B74A39245892/Principais%20Resultados%20-%20Ano%20base%202012%202.pdf>>

Em razão da enorme disparidade entre os números destas duas variáveis, torna-se difícil identificarmos um padrão de comportamento destes valores. Neste caso, optamos por analisá-los na forma gráfica, conforme apresentados a seguir.

**GRÁFICO 2 – COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA E O PRODUTO INTERNO BRUTO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.  
Fontes: IBGE<sup>19</sup> e MTE<sup>20</sup>.

Diferentemente dos dados comparados no Quadro 2 e no Gráfico 1 anteriormente apresentados, onde observamos uma nítida vinculação linear entre as variáveis quando analisadas entre estados, neste Gráfico – 2 – não encontramos este padrão. Aqui a ordem de grandeza estabelecida entre o número de empregos com carteira assinada e o PIB de um mesmo estado não se repete necessariamente com os demais.

<sup>19</sup> Idem à nota de rodapé nº 13.

<sup>20</sup> Idem à nota de rodapé nº 16.

Em uns estados a primeira variável é, relativamente, superior à segunda; em outros essa relação se inverte.

Contudo, essa particularidade não prejudica a nossa análise, cujo objetivo é constatar a relação entre o desenvolvimento de determinado estado e o valor da quota estado/município por ele recebido.

Conforme já vimos, o valor da referida quota está diretamente ligado ao número de empregos formais registrados em cada estado, uma vez que o salário-educação é recolhido em percentual correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) da folha de pagamento das empresas neles localizadas. Quanto maior a despesa com salários, maior o recolhimento do salário-educação, que por sua vez implica em um maior valor da respectiva quota.

Neste caso, não é relevante que em um determinado estado o valor do número de empregos com carteira assinada seja, relativamente, superior ou inferior ao seu PIB. O que verdadeiramente importa para a nossa análise é saber se essas variáveis acompanham – conjuntamente – o indicativo do grau de desenvolvimento dos estados quando comparados uns com os outros.

E ao que nos parece, é exatamente esse padrão que podemos observar pela análise dos dados apresentados no Gráfico 2 acima. Nos estados mais desenvolvidos economicamente – que apresentam os maiores PIB – também identificamos os maiores registros de empregos com carteira assinada.

Considerando a relação direta entre o desenvolvimento econômico de determinado estado com o seu PIB, e verificado que este está diretamente ligado ao registro do número de empregos com carteira assinada, resta-nos analisar a relação entre o número de empregos com carteira assinada e o valor da quota do salário-educação recebido por cada estado, o que faremos a seguir.

QUADRO 4 – COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.

Regiões	Estados federados	Nº de empregos com Carteira Assinada	Quota estadual/municipal do Salário-educação
Norte	Acre	125.229	R\$ 12.145.056,16
	Amazonas	616.377	R\$ 107.690.628,28
	Amapá	122.956	R\$ 9.885.836,18
	Pará	1.052.344	R\$ 133.750.002,01
	Rondônia	365.142	R\$ 47.914.508,48
	Roraima	93.777	R\$ 7.861.148,17
	Tocantins	246.360	R\$ 22.382.616,21
	<b>Norte</b>	<b>2.622.185</b>	<b>R\$ 341.629.795,49</b>
Nordeste	Alagoas	505.132	R\$ 45.833.222,94
	Bahia	2.256.621	R\$ 310.354.418,91
	Ceará	1.423.648	R\$ 157.848.541,57
	Maranhão	696.348	R\$ 79.199.667,99
	Paraíba	628.047	R\$ 53.237.333,40
	Pernambuco	1.694.647	R\$ 229.911.142,81
	Piauí	418.380	R\$ 37.708.517,92
	Rio G. do Norte	602.226	R\$ 65.189.056,48
	Sergipe	388.507	R\$ 52.672.617,17
	<b>Nordeste</b>	<b>8.613.556</b>	<b>R\$ 1.031.954.519,19</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	1.181.649	R\$ 227.069.144,60
	Goiás	1.450.065	R\$ 197.129.644,49
	Mato G. do Sul	617.193	R\$ 82.109.371,06
	Mato Grosso	744.558	R\$ 106.500.555,43
	<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.993.465</b>	<b>R\$ 612.808.715,58</b>
Sudeste	Espírito Santo	926.336	R\$ 150.690.981,00
	Minas Gerais	4.928.225	R\$ 773.675.530,00
	Rio de Janeiro	4.461.706	R\$ 1.086.458.339,00
	São Paulo	13.783.541	R\$ 3.522.547.399,00
	<b>Sudeste</b>	<b>24.099.808</b>	<b>R\$ 5.533.372.249,00</b>
Sul	Paraná	3.033.665	R\$ 495.828.205,00
	Rio G. do Sul	2.993.031	R\$ 507.255.848,00
	Santa Catarina	2.103.002	R\$ 342.132.059,00
	<b>Sul</b>	<b>8.129.698</b>	<b>R\$ 1.345.216.112,00</b>
<b>Total / Média</b>		<b>47.458.712</b>	<b>R\$ 8.864.981.391,26</b>

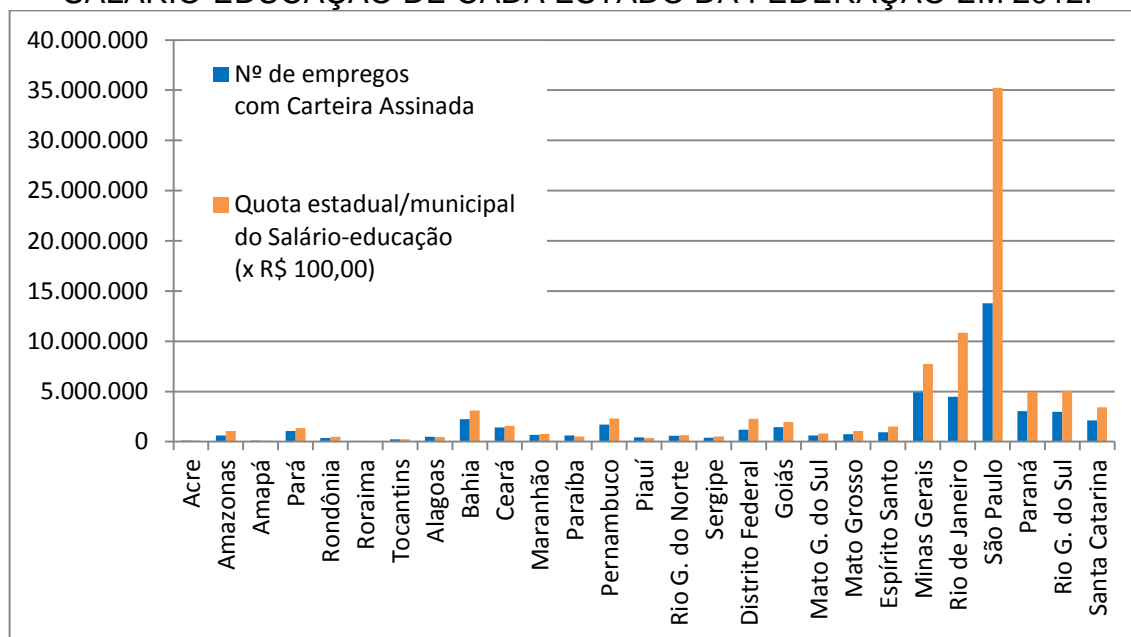
Elaborado pelo autor.

Fontes: MTE<sup>21</sup> e FNDE.

<sup>21</sup> Idem à nota de rodapé nº 16.

Pelo mesmo motivo apresentado para a análise do Quadro 3 qual seja a enorme discrepância entre os valores das duas variáveis, torna-se muito difícil identificarmos um padrão de comportamento nos valores apresentados, razão pela qual optamos novamente por analisá-los na forma gráfica, conforme a seguir.

**GRÁFICO 3 – COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA E O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.  
Fontes: MTE<sup>22</sup> e FNDE.

Neste gráfico voltamos a observar um padrão bem definido na relação entre os valores apresentados, onde praticamente todos os estados mantêm o valor da quota estadual/municipal do salário-educação acompanhando – de forma relativa – o número de empregos com carteira assinada.

Essa constatação nos indica, mais uma vez, a correlação existente entre o desenvolvimento econômico de um estado e o valor da referida quota recebida por ele.

Relembrando o nosso objetivo de analisar a relação entre o desenvolvimento econômico de um estado – e seus municípios – e a referida quota, o número de

<sup>22</sup> Idem à nota de rodapé nº 16.

empregos formais registrados em determinada região revela-se importante indicador de desenvolvimento.

Todavia, é preciso destacar que o número de empregos com carteira assinada em um determinado estado não é necessariamente proporcional ao tamanho da folha de pagamento do total das empresas nele localizadas.

Dito de outra forma, o número total de empregos formais de um estado não é necessariamente proporcional ao valor total de salários pagos pelas empresas situadas nele, uma vez que o valor dos referidos salários podem variar de um estado para outro, como de resto acontece entre as próprias empresas.

A título de exemplo, podemos dizer que dois estados podem ter número de registros de empregos formais bastante semelhantes e os valores relativos ao total da folha de pagamento das empresas nele sediadas serem completamente distintos.

E essa possibilidade de diferenciação entre os estados quanto ao número de empregos formais e o total de salários pagos pelas empresas neles instaladas causa reflexos diretamente no valor da quota do salário-educação recebido por eles, conforme exemplificado acima.

Conforme já vimos, o valor da referida quota está vinculado à folha de pagamento de salários das empresas, que por sua vez está vinculada ao desenvolvimento econômico de cada estado. Portanto, o desequilíbrio socioeconômico percebido entre os diversos estados da federação implica diretamente na desigualdade verificada na distribuição da quota do salário-educação entre eles.

É importante ressaltar que o desequilíbrio aqui citado até guardaria conformidade com o princípio da equidade – conforme a Constituição Federal de 1988 estabelece – se a distribuição das quotas do salário-educação fizesse parte da dinâmica de partilha das receitas tributárias tal qual a prevê o pacto federativo fiscal. (BRASIL, 1988)

A referida divisão, de acordo com o pacto mencionado, pressupõe uma arrecadação maior por aqueles entes com maior capacidade econômica. Contudo, tal dinâmica envolve apenas impostos e algumas outras espécies tributárias bastante específicas, mas não o salário-educação. (BRASIL, 1988)

A sistemática constitucional do pacto federativo fiscal, que pressupõe a apropriação do montante arrecadado proporcionalmente à respectiva capacidade econômica não se aplica ao salário-educação, uma vez que não há qualquer previsão constitucional para a vinculação de um percentual de sua arrecadação a ser aplicado pelos entes individualmente, tal como é prevista para os impostos em seu art. 212. (BRASIL, 1988)

O salário-educação, como já descrito anteriormente, tem por definição a integralidade de sua arrecadação aplicada ao financiamento da educação básica, conforme assinalado por Castro (2010) e já apontado anteriormente neste trabalho.

Ao menos no que diz respeito ao texto constitucional, não há qualquer menção de correspondência do salário-educação com o volume arrecadado por cada ente federado. Esta vinculação só ocorre em sede de norma infraconstitucional, o que nos parece discutível quando analisada à luz do princípio da equidade, cuja abordagem será melhor discutida mais a diante. (BRASIL, 1988)

Mas, retornando às análises dos dados que nos indicam a relação de dependência entre o valor do salário-educação recebido por cada estado e seu desenvolvimento, parece-nos muito clara esta vinculação quando analisamos as variáveis em seus valores absolutos.

Então, de forma complementar a esta constatação, faremos a seguir uma breve análise deste contexto de correlações utilizando variáveis relativas, visando obter esta mesma confirmação. Para tanto adotaremos os indicadores PIB per capita e valor do salário-educação por aluno, ambos relativamente a cada estado.



Faremos esta análise comparando o Produto Interno Bruto per capita de cada estado da federação e o respectivo valor médio da quota do salário-educação por aluno nele matriculado.

Ressaltamos que o valor da variável ‘número de alunos matriculados’ é considerado independentemente de qual rede de ensino se refira – se estadual ou municipal – pois conforme já vimos, a partilha da quota estadual/municipal entre o estado e seus municípios é feita com base no número de alunos matriculados em qualquer delas. O resultado desta operação implica em idêntico valor médio de salário-educação por aluno a ser destinado aos referidos entes, seja para o estado, seja para os municípios.

Feitas estas considerações, passemos à análise propriamente dita. E tal como nas comparações anteriores feitas com valores absolutos, nesta também há a constatação de que os recursos do salário-educação recebidos por cada ente subnacional regional guarda semelhante proporcionalidade com o seu desenvolvimento, conforme quadro a seguir.

QUADRO 5 – COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO POR CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.

Regiões	Estados federados	Produto Interno Bruto per capita	Valor médio do salário-educação recebido por aluno
Norte	Acre	R\$ 12.690,32	R\$ 48,33
	Amazonas	R\$ 17.855,78	R\$ 98,25
	Amapá	R\$ 14.914,84	R\$ 46,78
	Pará	R\$ 11.678,96	R\$ 60,54
	Rondônia	R\$ 18.466,50	R\$ 111,16
	Roraima	R\$ 15.577,13	R\$ 59,96
	Tocantins	R\$ 13.775,67	R\$ 60,20
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 14.179,48</b>	<b>R\$ 72,66</b>
Nordeste	Alagoas	R\$ 9.333,43	R\$ 56,91
	Bahia	R\$ 11.832,33	R\$ 91,97
	Ceará	R\$ 10.473,12	R\$ 81,53
	Maranhão	R\$ 8.760,34	R\$ 41,27
	Paraíba	R\$ 10.151,88	R\$ 61,06
	Pernambuco	R\$ 13.138,48	R\$ 120,19
	Piauí	R\$ 8.137,51	R\$ 45,35
	Rio G. do Norte	R\$ 12.249,46	R\$ 90,80
	Sergipe	R\$ 13.180,93	R\$ 111,26
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 11.044,59</b>	<b>R\$ 80,36</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	R\$ 64.653,00	R\$ 341,54
	Goiás	R\$ 20.134,26	R\$ 171,29
	Mato G. do Sul	R\$ 21.744,32	R\$ 140,15
	Mato Grosso	R\$ 25.945,87	R\$ 136,41
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 29.843,65</b>	<b>R\$ 195,57</b>
Sudeste	Espírito Santo	R\$ 29.996,30	R\$ 189,02
	Minas Gerais	R\$ 20.324,58	R\$ 189,89
	Rio de Janeiro	R\$ 31.064,63	R\$ 400,32
	São Paulo	R\$ 33.624,41	R\$ 424,71
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 29.718,34</b>	<b>R\$ 348,46</b>
Sul	Paraná	R\$ 24.194,79	R\$ 223,19
	Rio G. do Sul	R\$ 25.779,21	R\$ 250,10
	Santa Catarina	R\$ 27.771,85	R\$ 267,49
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 25.633,53</b>	<b>R\$ 243,31</b>
<b>Total / Média</b>		<b>R\$ 22.645,86</b>	<b>R\$ 210,40</b>

Elaborado pelo autor.  
Fontes: IBGE<sup>23</sup> e FNDE.

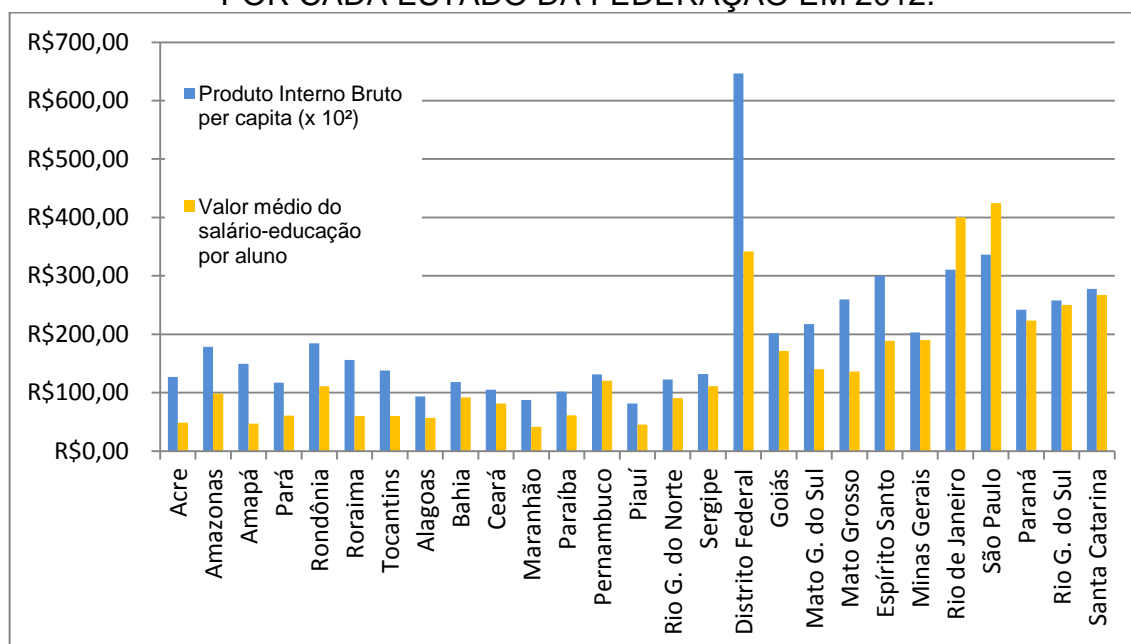
<sup>23</sup> Idem à nota de rodapé nº 13.

É possível observar que, à medida que o valor do PIB per capita de um estado aumenta ou diminui em relação a outro, a alteração do valor médio do salário educação por aluno, na maior parte das vezes, também sofre essa variação no mesmo sentido. Porém, há exceções que merecem ser consideradas.

Assim como nas comparações anteriores, a identificação visual dos pontos a serem destacados é facilitada quando analisamos os dados em um gráfico.

Portanto, utilizaremos o gráfico a seguir para as devidas observações.

**GRÁFICO 4 – COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO POR CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.  
Fontes: IBGE<sup>24</sup> e FNDE.

A primeira informação a nos chamar a atenção neste gráfico está relacionada com os valores referentes ao Distrito Federal, que apresenta um PIB per capita bastante elevado quando comparado aos demais entes subnacionais, o mesmo se repetindo com o valor médio da quota do salário-educação por aluno.

A razão de o PIB per capita ser tão alto no DF está mais relacionada com o seu número de habitantes do que propriamente com um Produto Interno Bruto muito

<sup>24</sup> Idem à nota de rodapé nº 13.

elevado. Conforme é possível observarmos no Quadro 2, o PIB do Distrito Federal é alto, mas não o suficiente para justificar a discrepância apresentada no Gráfico 4. Na verdade esse resultado se deve ao número relativamente reduzido de habitantes quando comparado com outros estados.

Assim, um PIB relativamente alto dividido por um número relativamente pequeno de habitantes resulta em um PIB per capita bastante considerável, conforme visto.

Quanto ao alto valor médio do salário-educação por aluno, o fato de o salário-educação ser proporcional ao desenvolvimento do ente e o nº de alunos no DF não ser muito expressivo (664.846<sup>25</sup>), resulta no valor médio do salário-educação por aluno elevado, conforme observado.

Mas esse não é o único dado a ser destacado pelas análises do Quadro 5, bem como do Gráfico 4. Outras relações interessantes são observadas, como as que se repetem, por exemplo, entre Roraima, Tocantins e Alagoas, ou entre Acre e Maranhão, e que podem aqui ser representadas pela mesma relação observada entre os valores apresentados pelos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, conforme analisaremos a seguir.

Enquanto o PIB per capita do Espírito Santo é bem superior ao de Minas Gerais, os valores médios do salário-educação por aluno destes dois estados são bem semelhantes.

Esta situação pode ser explicada pelos seguintes motivos: a) o PIB per capita do Espírito Santo é superior ao de Minas Gerais porque, apesar de o Produto Interno Bruto de Minas Gerais ser aproximadamente 3,8 (três inteiros e oito décimos) vezes maior que o do Espírito Santo, conforme valores apresentados no Quadro 2, o nº de habitantes do primeiro estado é aproximadamente 5,5<sup>26</sup> (cinco inteiros e cinco

---

<sup>25</sup> Conforme o Quadro 7 adiante, que apresenta o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais de todos os estados no ano de 2012.

<sup>26</sup> De acordo com as informações disponibilizadas pelo IBGE no endereço eletrônico <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtm)>, a população de Minas Gerais, em 1º de julho de 2012, era estimada em 19.855.332, e a do Espírito Santo, na mesma data, era de 3.578.067, o que resulta na diferença de, aproximadamente, 5,5 vezes entre elas.

décimos) vezes maior que o do segundo, o que explica o PIB per capita do ES ser maior que o de MG; e b) os valores médios do salário-educação por aluno nos dois estados são semelhantes porque o valor da quota estadual/municipal que Minas Gerais recebeu em 2012 é de aproximadamente 5,1 (cinco inteiros e um décimo) vezes maior que a recebida pelo Espírito Santo, de acordo com o Quadro 2; e o número de alunos matriculados nas redes estadual e municipal do estado de MG neste mesmo ano é, também, aproximadamente 5,1 (cinco inteiros e um décimo) vezes superior ao número de alunos matriculados nas respectivas redes do Espírito Santo, conforme dados do Quadro 7 que veremos logo adiante, o que explica a referida semelhança de valores.

De certa forma, tomados como exemplos os casos específicos elencados nos três últimos parágrafos acima, nos quais são apresentadas relativas semelhanças de valores médios do salário-educação por aluno entre os estados mencionados independentemente do desenvolvimento deles, é possível identificar – nestas específicas relações – certa aproximação com a equidade na repartição de recursos financeiros destinados à educação, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, uma vez que os valores do salário-educação relativos a cada aluno matriculado é bastante semelhante, não importando em que estado ele esteja.

Outra interessante situação que pode ser observada pela análise do Gráfico 4 é o fato de os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo inverterem a lógica do maior e menor valor das duas variáveis analisadas quando comparados com os demais estados.

Todos os estados, exceto estes dois, têm os valores do PIB per capita proporcionalmente superior ao valor médio do salário-educação por aluno, o que não acontece com RJ e SP. Essa inversão pode ser entendida pelas seguintes razões.

Apesar de o Produto Interno Bruto de ambos os estados ser bastante elevado, o número de habitante também é. No caso de São Paulo, o PIB registrado em 2012 foi de aproximadamente R\$ 1,4 trilhão, de acordo com o Quadro 2, e o nº de habitantes

neste mesmo ano foi de aproximadamente 42 milhões habitantes<sup>27</sup>, o que resultou em um PIB per capita de pouco mais de R\$ 33 mil.

Já no caso do Rio de Janeiro, o PIB de 2012 foi de aproximadamente R\$ 504 milhões, conforme Quadro 2, e a população naquele ano foi de aproximadamente 16,2 milhões de habitantes<sup>28</sup>, proporcionando um PIB per capita de pouco mais de R\$ 31 mil. Portanto, a relação entre estas duas variáveis – PIB e habitantes – impede que o resultado – PIB per capita – seja muito maior que o dos demais.

Por outro lado, temos as seguintes situações: a) o valor da quota estadual/municipal é dependente do desenvolvimento de cada estado, e nestes dois casos o desenvolvimento é notoriamente gigantesco, conforme vimos no Quadro 2; b) o valor médio do salário-educação por aluno depende diretamente do número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino destes estados, e como veremos adiante no Quadro 7, o número de alunos matriculados nestes dois estados é extremamente elevado<sup>29</sup>; e c) a amplitude da relação entre o Produto Interno Bruto destes dois estados e o número de alunos neles matriculados é muito superior à dos demais estados. A combinação destes três fatores fez com que o valor médio do salário-educação por aluno matriculado fosse, naquele ano, também muito superior proporcionalmente ao dos outros estados, o que explica a referida inversão destacada no Gráfico 4.

Até aqui, com a análise dos dados dos Quadros 2 a 4 e Gráficos 1 a 3 nos atemos à comparação de dados absolutos referentes a cada estado da federação. Com o Quadro 5 e Gráfico 4 comparamos variáveis relativas, considerando os valores por habitante, no caso do PIB, e alunos, no caso do valor da quota do salário-educação. Agora analisaremos o cruzamento do valor absoluto da quota do salário-educação recebido por cada estado com o valor relativo do salário-educação por aluno matriculado em cada um deles, conforme quadro a seguir.

---

<sup>27</sup> De acordo com as informações disponibilizadas pelo IBGE no endereço eletrônico <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa\\_tcu.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtml)> referente à data de 1º de julho de 2012.

<sup>28</sup> Idem à nota de rodapé nº 15.

<sup>29</sup> Quantidade de alunos matriculados nas redes estadual e municipal de São Paulo: 8.293.953; no Rio de Janeiro: 2.713.975.

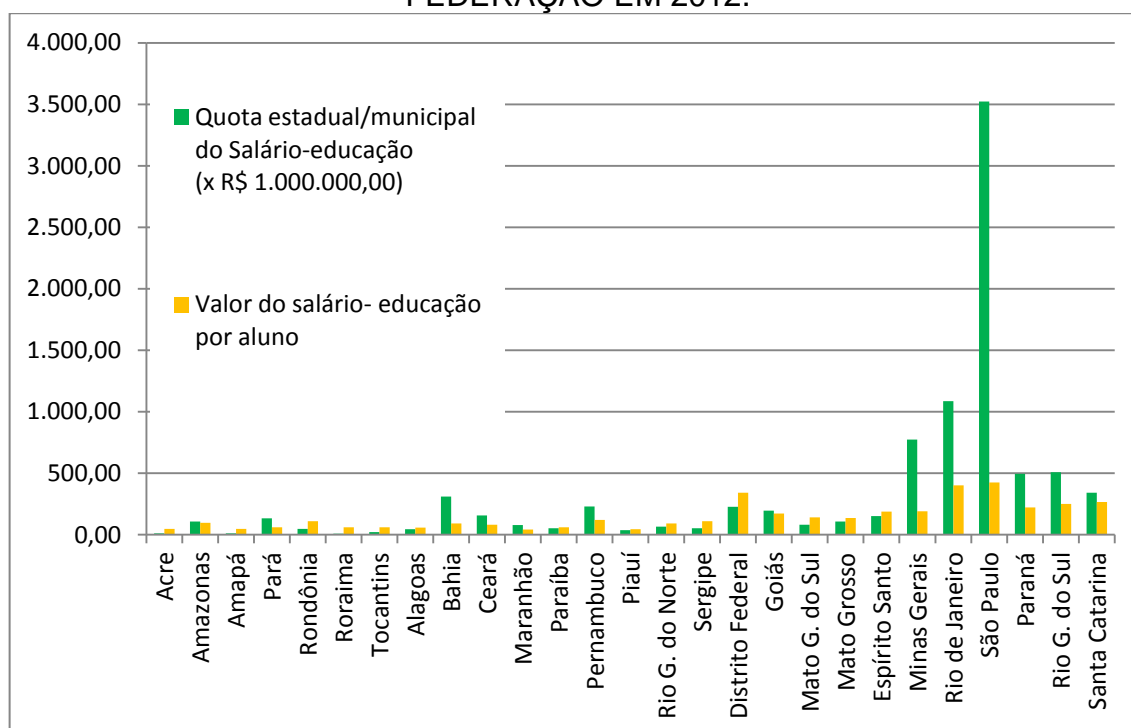
**QUADRO 6 – COMPARATIVO ENTRE O VALOR DA QUOTA  
ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O VALOR MÉDIO DO  
SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO DE CADA ESTADO DA  
FEDERAÇÃO EM 2012.**

Regiões	Estados federados	Quota estadual/municipal do Salário-educação	Valor do salário- educação por aluno
Norte	Acre	R\$ 12.145.056,16	R\$ 48,33
	Amazonas	R\$ 107.690.628,28	R\$ 98,25
	Amapá	R\$ 9.885.836,18	R\$ 46,78
	Pará	R\$ 133.750.002,01	R\$ 60,54
	Rondônia	R\$ 47.914.508,48	R\$ 111,16
	Roraima	R\$ 7.861.148,17	R\$ 59,96
	Tocantins	R\$ 22.382.616,21	R\$ 60,20
	<b>Norte</b>	<b>R\$ 341.629.795,49</b>	<b>R\$ 72,66</b>
Nordeste	Alagoas	R\$ 45.833.222,94	R\$ 56,91
	Bahia	R\$ 310.354.418,91	R\$ 91,97
	Ceará	R\$ 157.848.541,57	R\$ 81,53
	Maranhão	R\$ 79.199.667,99	R\$ 41,27
	Paraíba	R\$ 53.237.333,40	R\$ 61,06
	Pernambuco	R\$ 229.911.142,81	R\$ 120,19
	Piauí	R\$ 37.708.517,92	R\$ 45,35
	Rio G. do Norte	R\$ 65.189.056,48	R\$ 90,80
	Sergipe	R\$ 52.672.617,17	R\$ 111,26
	<b>Nordeste</b>	<b>R\$ 1.031.954.519,19</b>	<b>R\$ 80,36</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	R\$ 227.069.144,60	R\$ 341,54
	Goiás	R\$ 197.129.644,49	R\$ 171,29
	Mato G. do Sul	R\$ 82.109.371,06	R\$ 140,15
	Mato Grosso	R\$ 106.500.555,43	R\$ 136,41
	<b>Centro-Oeste</b>	<b>R\$ 612.808.715,58</b>	<b>R\$ 192,57</b>
Sudeste	Espírito Santo	R\$ 150.690.981,00	R\$ 189,02
	Minas Gerais	R\$ 773.675.530,00	R\$ 189,89
	Rio de Janeiro	R\$ 1.086.458.339,00	R\$ 400,32
	São Paulo	R\$ 3.522.547.399,00	R\$ 424,71
	<b>Sudeste</b>	<b>R\$ 5.533.372.249,00</b>	<b>R\$ 348,46</b>
Sul	Paraná	R\$ 495.828.205,00	R\$ 223,19
	Rio G. do Sul	R\$ 507.255.848,00	R\$ 250,10
	Santa Catarina	R\$ 342.132.059,00	R\$ 267,49
	<b>Sul</b>	<b>R\$ 1.345.216.112,00</b>	<b>R\$ 243,31</b>
<b>Total / Média</b>		<b>R\$ 8.864.981.391,26</b>	<b>R\$ 210,40</b>

Elaborado pelo autor. Fontes: FNDE.

Tal como de regra na análise dos quadros anteriores, neste também a análise comparativa fica prejudicada pela grande diferença de grandeza entre os valores das duas variáveis, motivo pelo qual optamos pela facilidade da apresentação gráfica para uma melhor visualização do comparativo proposto, conforme a seguir.

**GRÁFICO 5 – COMPARATIVO ENTRE O VALOR DA QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E O VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO RECEBIDO POR ALUNO DE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.

Fontes: FNDE.

De acordo com os dados deste gráfico, é possível verificar a inexistência de um padrão uniforme de comportamento dos dados entre os estados, uma vez que o valor por aluno do salário-educação depende diretamente do número de alunos matriculados em cada um deles.

Contudo, é possível perceber o que até aqui tem sido uma constância em todos os dados analisados. Os alunos dos estados mais desenvolvidos têm maior disponibilidade de recursos do salário-educação do que os de capacidade econômica mais reduzida, e em uma proporção considerável.



Conforme exposto no quadro acima, a título de exemplo, destacamos os valores médios do salário-educação recebidos por cada aluno matriculado na educação básica das respectivas redes estaduais e municipais dos estados de São Paulo (R\$ 424,71) e Maranhão (R\$ 41,27).

Isso significa que em 2012 o estado de São Paulo recebeu, por aluno, o equivalente a 10,3 (dez inteiros e três décimos) vezes mais do que o estado do Maranhão. Essa é a maior diferença encontrada dentre as quotas recebidas naquele ano.

Em valores absolutos o estado de São Paulo recebeu, sozinho, mais que todas as demais regiões do país juntas (R\$ 3.522.547.399,00 contra R\$ 3.331.609.142,26)

Entre regiões, temos a região sudeste com o valor médio do salário-educação por aluno de R\$ 348,46 e a região norte com R\$ 72,66, ou seja, aproximadamente 4,8 (quatro inteiros e oito décimos) vezes maior.

Estas são, em números, as desigualdades regionais no quantitativo dos recursos financeiros do salário-educação verificadas entre os alunos matriculados em cada estado em razão da sistemática adotada na distribuição dos valores da quota estadual/municipal do salário-educação que é destinada a cada estado da federação.

Finalizando esta análise, apresentamos no quadro a seguir, além dos valores da quota estadual/municipal recebidos por cada estado da federação e respectivas regiões, o número total de alunos matriculados em ambas as redes de ensino por estado e o valor médio do salário-educação por aluno atendido pelo respectivo estado e seus municípios, no ano de 2012.

Nesta última representação, além de explicitar o número de alunos matriculados por estado no ano de 2012, tanto na rede estadual quanto municipal, destacamos o valor médio nacional do salário-educação por aluno.

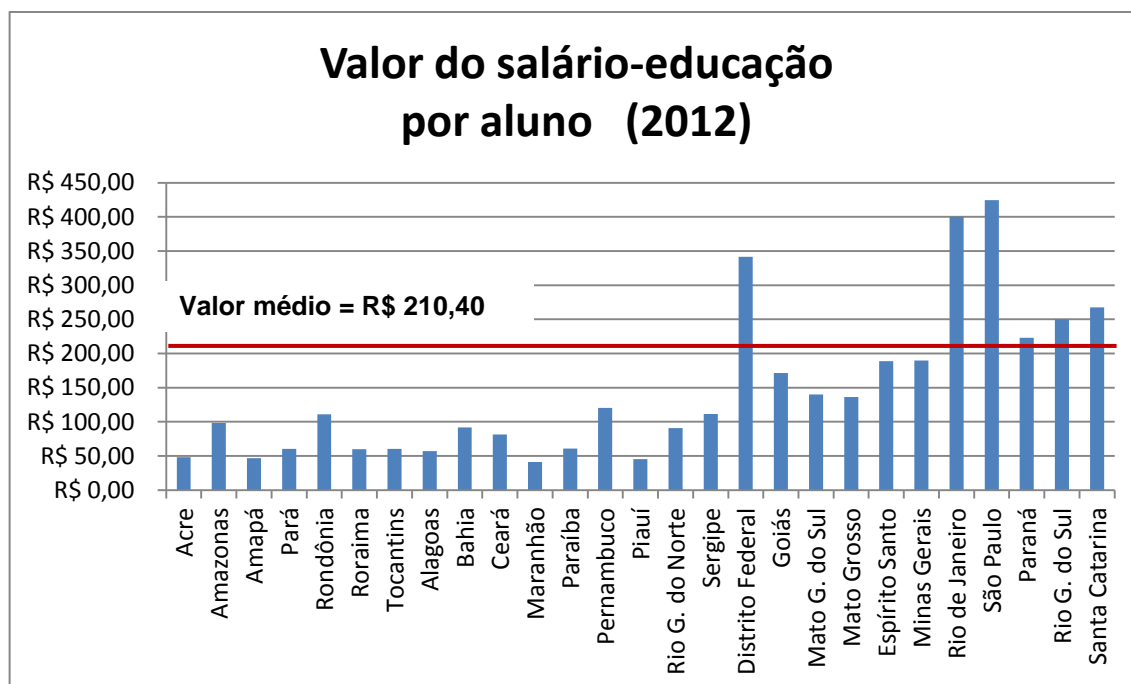
QUADRO 7 – COMPARATIVO ENTRE O VALOR RECEBIDO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, O NÚMERO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CADA ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS, E O VALOR MÉDIO POR ALUNO EM 2012.

Regiões	Estados federados	Valor total do salário- educação recebido	Nº de alunos matriculados na educação básica das redes estaduais e municipais de ensino	Valor médio do salário- educação por aluno
Norte	Acre	R\$ 12.145.056,16	251.291	R\$ 48,33
	Amazonas	R\$ 107.690.628,28	1.096.076	R\$ 98,25
	Amapá	R\$ 9.885.836,18	211.326	R\$ 46,78
	Pará	R\$ 133.750.002,01	2.209.224	R\$ 60,54
	Rondônia	R\$ 47.914.508,48	431.024	R\$ 111,16
	Roraima	R\$ 7.861.148,17	131.102	R\$ 59,96
	Tocantins	R\$ 22.382.616,21	371.831	R\$ 60,20
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 341.629.795,49</b>	<b>4.701.874</b>	<b>R\$ 72,66</b>
Nordeste	Alagoas	R\$ 45.833.222,94	805.312	R\$ 56,91
	Bahia	R\$ 310.354.418,91	3.374.344	R\$ 91,97
	Ceará	R\$ 157.848.541,57	1.936.077	R\$ 81,53
	Maranhão	R\$ 79.199.667,99	1.918.852	R\$ 41,27
	Paraíba	R\$ 53.237.333,40	871.876	R\$ 61,06
	Pernambuco	R\$ 229.911.142,81	1.912.853	R\$ 120,19
	Piauí	R\$ 37.708.517,92	831.500	R\$ 45,35
	Rio G. do Norte	R\$ 65.189.056,48	717.903	R\$ 90,80
	Sergipe	R\$ 52.672.617,17	473.412	R\$ 111,26
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 1.031.954.519,19</b>	<b>12.842.129</b>	<b>R\$ 80,36</b>
Centro-Oeste	Distrito Federal	R\$ 227.069.144,60	664.846	R\$ 341,54
	Goiás	R\$ 197.129.644,49	1.150.839	R\$ 171,29
	Mato G. do Sul	R\$ 82.109.371,06	585.852	R\$ 140,15
	Mato Grosso	R\$ 106.500.555,43	780.740	R\$ 136,41
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 612.808.715,58</b>	<b>3.182.277</b>	<b>R\$ 192,57</b>
Sudeste	Espírito Santo	R\$ 150.690.981,00	797.226	R\$ 189,02
	Minas Gerais	R\$ 773.675.530,00	4.074.384	R\$ 189,89
	Rio de Janeiro	R\$ 1.086.458.339,00	2.713.975	R\$ 400,32
	São Paulo	R\$ 3.522.547.399,00	8.293.953	R\$ 424,71
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 5.533.372.249,00</b>	<b>15.879.538</b>	<b>R\$ 348,46</b>
Sul	Paraná	R\$ 495.828.205,00	2.221.595	R\$ 223,19
	Rio G. do Sul	R\$ 507.255.848,00	2.028.181	R\$ 250,10
	Santa Catarina	R\$ 342.132.059,00	1.279.068	R\$ 267,49
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 1.345.216.112,00</b>	<b>5.528.844</b>	<b>R\$ 243,31</b>
<b>Total / Média</b>		<b>R\$ 8.864.981.391,26</b>	<b>42.134.662</b>	<b>R\$ 210,40</b>

Elaborado pelo autor.  
Fontes: FNDE e INEP.

Para uma melhor percepção visual dos dados comparados, apresentamos o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 6 – VALOR MÉDIO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR ALUNO EM 2012.**



Elaborado pelo autor.  
Fontes: FNDE.

O valor médio nacional de R\$ 210,40 (duzentos reais e quarenta centavos) seria o montante que corresponderia a cada aluno das redes de ensino estadual ou municipal da educação básica de qualquer lugar do país.

Contudo, de acordo com o gráfico acima é possível perceber que somente os alunos dos três estados da região sul, mais Rio de Janeiro e São Paulo na região sudeste e o Distrito Federal na região centro-oeste atingem – e ultrapassam muito – este valor.

O total de alunos destes seis estados correspondem a 40,8% do total de alunos do país, com um valor médio de salário-educação entre eles equivalente a R\$ 359,34 (trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos). Um valor que supera o valor médio nacional em 70,8% (setenta inteiros e oito décimos).

Com este gráfico e estes valores finalizamos as análises dos dados relativos e absolutos que de alguma forma se relacionam com a sistemática da distribuição das quotas estadual/municipal do salário-educação entre os estados federados, de acordo com a definição legal em vigor,

Conforme foi destacado ao longo deste capítulo, a análise de todos os dados apresentados até aqui nos possibilitou a constatação da desigualdade na distribuição do valor da quota estadual/municipal do salário-educação entre os diversos estados da federação.

De igual forma, foi possível verificar a relação existente entre o valor da quota estadual/municipal do salário-educação por cada estado e o seu nível de desenvolvimento, reforçando a referida desigualdade em favor dos estados economicamente mais favorecidos.

Todas as disposições gráficas e tabulares dos dados analisados foram elaboradas com a finalidade de se destacar as principais diferenças entre os estados federados utilizando as variáveis de forma que pudessem refletir suas características relativas ao desenvolvimento socioeconômico e ao quantitativo de alunos respectivo, uma vez que, em regra, estas variáveis definem a capacidade do financiamento da educação em seus respectivos âmbitos.

A sistemática de distribuição dos valores da quota estadual/municipal do salário-educação destinados a cada estado da federação e respectivos municípios atinge diretamente as suas capacidades de prestarem efetivo atendimento educacional a seus alunos, uma vez que a relevância do salário-educação como uma das principais fontes de recursos financeiros da educação básica está em custear várias ações estatais obrigatórias no âmbito educacional que não poderiam ser suportadas pelos recursos que financiam a manutenção e desenvolvimento de ensino, como aponta Cruz (2009).

Exemplo disso são os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, VII, da CF/88, conforme textualmente se refere o § 4º do art. 212 da mesma Carta Magna (BRASIL, 1988).

Art. 212. (...)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

De acordo com o art. 71, IV, da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, os programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social *não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino*. (BRASIL, 1996a)

Por sua vez, o inciso I do art. 23 da Lei nº 11.494/07, que regulamenta o FUNDEB, prevê textualmente que *é vedada a utilização dos recursos dos Fundos no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica*. (BRASIL, 2007b)

Logo, os referidos programas estão impossibilitados de serem custeados pelo FUNDEB. Neste caso o salário-educação se consolida como importante fonte de recursos para a educação básica, na medida em que está apto a financiar todos os programas suplementares previstos no inciso VII do art. 208 da CF/88. (BRASIL, 1988)

Conforme mencionado, a relevância da fonte de receita do salário-educação para a educação básica está no custeio de despesas que não podem ser arcadas com os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino (CRUZ, 2009), o que em última análise acaba sendo uma grande vantagem, na medida em que estas duas

fontes de recursos financeiros – o salário-educação e o FUNDEB – complementam-se mutuamente para atingirem a finalidade de financiar a educação básica.

Há que se ressaltar, porém, que o salário-educação, assim como o FUNDEB, tem suas limitações nesta importante função de contribuir com o financiamento da educação básica.

O salário-educação não pode, por exemplo, ser utilizado para custear as despesas com pessoal, como prevê o art. 7º da Lei nº 9.766/98 (BRASIL, 1998).

Art. 7º O Ministério da Educação e do Desporto fiscalizará, por intermédio do FNDE, a aplicação dos recursos provenientes do Salário-Educação, na forma do regulamento e das instruções que para este fim forem baixadas por aquela Autarquia, *vedada sua destinação ao pagamento de pessoal.* (grifo nosso)

A título de representação comparativa, o quadro exposto abaixo demonstra um exemplo desta limitação/complementariedade de ambas as fontes de recursos no que se refere ao financiamento de programas suplementares e despesa com pessoal.

QUADRO 8 \_ COMPARAÇÃO ENTRE DOIS TIPOS DE DESPESAS E SUA POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

	Salário-educação	FUNDEB
Programas suplementares de alimentação e assistência à saúde	pode custear	não pode custear
Despesas com pessoal	não pode custear	pode custear

Contudo, essa importante função de complementariedade do salário-educação no financiamento da educação básica, bem como a sua importância no contexto geral para a oferta de acesso e permanência do aluno no sistema de ensino, encontra óbice em realizar este desiderato com equidade, uma vez que a sistemática de distribuição dos valores relativos à quota estadual/municipal é feita proporcionalmente à arrecadação de cada estado. (BRASIL, 1988)

Este critério de distribuição suscita questionamentos quanto à sua adequação em face do princípio da equidade que orienta a distribuição de recursos financeiros destinados à educação, de acordo com o art. 212, § 3º. (BRASIL, 1988)

Art. 212. (...)

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

Conforme descrito anteriormente, o pacto federativo fiscal pressupõe a disponibilidade de recursos tributários de forma a privilegiar a capacidade arrecadatória de cada ente federado, de acordo com a competência tributária de cada um. (BRASIL, 1988)

Cada ente, no âmbito de sua competência tributária, auferir valores distintos e proporcionais à respectiva capacidade arrecadatória, o que é perfeitamente adequado ao que prevê a Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988)

Neste caso, se o salário-educação fosse um tributo estadual, a distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação em valores tão desiguais, conforme vistos acima, estaria perfeitamente adequado aos preceitos constitucionais, pois que razoável seria o estado dispor de valor correspondente ao montante por ele arrecadado. Entretanto, como tivemos a oportunidade de verificar, o salário-educação é um tributo federal, e não estadual. (BRASIL, 1988)

Outra distinção relevante a ser feita acerca do salário-educação diz respeito à questão da sua vinculação.

De acordo com o comando constitucional, há expressa determinação para que os entes federados cumpram com a vinculação de parte de sua arrecadação de impostos com a educação. (BRASIL, 1988)

É preciso frisar que tal vinculação se dá somente com a arrecadação de impostos, e não de outro tributo. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, temos que cada ente federado, conforme determina o texto constitucional em seu art. 212, caput, destinará um percentual de sua arrecadação de impostos para o financiamento da manutenção e desenvolvimento da educação.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Pelo texto acima, parte dos valores arrecadados com os impostos por cada um dos entes está vinculada à educação, o que nos permite inferir que o montante a ser aplicado por cada estado da federação é proporcional à respectiva arrecadação. (BRASIL, 1988)

Todavia, esta previsão de obrigatoriedade de vinculação de parte de sua arrecadação não existe para o salário-educação, uma vez que, conforme já visto, esta espécie tributária tem a natureza jurídica de contribuição social, e não de imposto. Logo, também não há, por este comando normativo, obrigatoriedade de se destinar valores do salário-educação de forma proporcional à sua arrecadação. (BRASIL, 1988)

Ademais, com exceção do que Castro (2010) assevera quanto à totalidade de sua destinação à educação básica, não há, em todo o texto constitucional, qualquer outra menção acerca da vinculação de valores arrecadados a título de salário-educação, seja para ensino ou para qualquer outra finalidade.

Deste modo, a nossa inquietação nos impeliu investigar se, com todos estes apontamentos, ainda assim há atendimento ao princípio da equidade na sistemática adotada para a distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação, uma vez que não há vinculação constitucional ao montante arrecadado por cada estado.



E para isso, resta-nos discorrer acerca do princípio da equidade á luz da Constituição Federal de 1988 considerando o salário-educação como mecanismo de equalização entre os entes federados subnacionais em face da distribuição de recursos públicos para o financiamento da educação básica no Brasil, o que faremos no capítulo seguinte.

#### **4. O PRINCÍPIO DA EQUIDADE E OS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

Os nossos referenciais teóricos para a elaboração deste trabalho são Emerson Gabardo, Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; e Gilberto Bercovici, Professor Titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Emerson Gabardo nos auxilia com sua concepção de princípio, considerando-o, às vezes, como norma, outras vezes, baseando-se em Ronald Dworkin, como exigência de justiça e equidade. (GABARDO, 2009)

Sua contribuição como referencial para o princípio constitucional da equidade é fundamental para a consecução do nosso objetivo nesta pesquisa, uma vez que os critérios adotados para a distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação é perfeitamente legal, porém, a questão é saber se estão de acordo com o princípio da equidade.

A construção do conceito do princípio de equidade em Gabardo (2009) é fundamentada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, é baseada na proteção da dignidade humana pressupondo uma atuação estatal que priorize o indivíduo como sua finalidade precípua, e neste sentido defende o abandono da ideia de Estado subsidiário.

O foco de sua discussão acerca de uma atuação estatal primordialmente coletiva requer a preocupação com decisões políticas que visem à inserção social do cidadão associada à redução de desigualdades e injustiças sociais existentes na sociedade brasileira.

A possibilidade da existência de desigualdades, segundo Gabarra (2009), está limitada às garantias da lei, uma vez que o poder público visa sempre à realização da justiça na relação entre o todo e as partes. O exercício político estatal deve ter

como finalidade atingir o equilíbrio de suas atuações tomando sempre como referência as igualdades relativas em contraposição às diversidades absolutas.

É precisamente neste sentido que o princípio da equidade é adotado neste trabalho, informando ao poder público a precípua finalidade de realizar a justiça em prol do interesse coletivo sem prescindir de anotar as igualdades relativas.

Já Gilberto Bercovici nos presta valoroso auxílio com suas abordagens relativas à igualdade constitucional, asseverando que a constituição não fixa meios sem se comprometer com os fins.

Sustenta também este autor que o Estado se funda na atuação integrativa da sociedade nacional por meio da distribuição, pois entende que é desta forma que se processa a conversão da pluralidade em unidade sem afastar das partes a sua capacidade de autodeterminação. (BERCOVICI, 2005)

Todavia, de acordo com Bercovici (2009) o poder público está muito distante de alcançar o nível desejável de desenvolvimento, visto que negligencia a implementação de políticas públicas em consonância com os princípios constitucionais.

Neste sentido, procurando nos alicerçar nos conhecimentos das referências mencionadas acima, faremos neste capítulo algumas considerações acerca da educação; dos aspectos relativos ao seu financiamento; da sistemática de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação em face de sua adequação aos preceitos constitucionais e ao princípio da equidade; bem como dos efeitos desta atual sistemática, iniciando pela análise da educação na Constituição Federal de 1988.

A educação como parte integrante de uma política social do Estado brasileiro é juridicamente definido como um direito público subjetivo pertencente a todos os brasileiros, constituindo-se em um dever do Estado e da família, nos termos da atual Constituição Federal. (BRASIL, 1988)

De acordo com Cury (2009), desde a Constituição Federal de 1934 o ensino fundamental é reconhecido como um direito, porém, somente a partir da CF/88 é que tal reconhecimento se deu em sede de direito público subjetivo, o que significa dizer que só a partir de então o cidadão brasileiro passou a ter a possibilidade de exigir do Estado a efetivação desse direito, o que antes não lhe era plenamente assegurado.

Com a Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser responsabilidade do Estado, assim como a promoção da educação básica passou a ser um dever, sendo reconhecida como uma importante dimensão fundamental da cidadania. (BRASIL, 1988)

A relevância desse direito implica, logicamente, em correspondente responsabilidade dos administradores públicos, uma vez que o art. 208, § 2º, da CF/88, assinala que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, de modo que a inobservância de tal dever é capaz de acarretar aos infratores as sanções previstas no ordenamento jurídico, podendo chegar até à perda do cargo público cumulada com a responsabilidade patrimonial advinda de seus atos. (BRASIL, 1988)

Todavia, dentro desse imenso campo de análise que é a educação na Constituição Federal de 1988, interessou-nos precisamente explorar a dimensão da educação básica, cuja definição legal está expressa no inciso I do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. (BRASIL, 1996a e 1988)

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio.

A referida lei é o diploma legal de regulamentação geral da educação, editada em conformidade com o que determina a própria CF/88 em seu art. 22, XXIV, cuja norma estabelece ser de competência privativa da União o dever de legislar sobre este assunto. (BRASIL, 1996a e 1988)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:  
XXIV - diretrizes e bases da educação nacional.

Neste sentido, conforme visto acima, a LDB divide a educação básica em três etapas distintas e consecutivas: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, estabelecendo a sua obrigatoriedade e gratuidade para todos que se encontrem na faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. (BRASIL, 1996a)

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 206, I, que o ensino deverá ser ministrado com observância do princípio da igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Assim, a educação básica como parte integrante do sistema de ensino está pautada pelo referido princípio, inclusive no que especificamente interessa ao objeto dessa pesquisa, qual seja a distribuição de recursos do salário-educação capaz de financiar programas e projetos que tenham a finalidade de alcançar a referida igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, capaz de contemplar qualquer aluno em qualquer lugar no território nacional. (BRASIL, 1988)

Igualmente, destacamos o importante aspecto do dever constitucional do Estado de garantir o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, conforme prescreve o art. 208 em seu inciso VII, com a participação da contribuição social do salário-educação no financiamento dos referidos programas, conforme prevê o art. 212, § 4º. (BRASIL, 1988)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 212. (...)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Contudo, o aspecto mais relevante a ser destacado nessa análise é sem dúvida a equidade no acesso e permanência do aluno na educação básica, considerando, fundamentalmente, a desigualdade na capacidade econômica existente entre os diversos estados da federação. (BRASIL, 1988)

Destaca-se que é de competência prioritária dos estados e municípios a atuação na oferta e permanência dos alunos na educação básica, conforme preceitua o art. 211, parágrafos 2º e 3º, da CF/88. (BRASIL, 1988)

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

Todavia, a referida competência requer a correspondente disponibilidade de recursos financeiros necessários à consecução deste objetivo. (CASTRO, 2007)

Importa destacar ainda que, para que os entes federados subnacionais possam realizar a contento as competências constitucionais a eles outorgadas, pelo menos no que se refere ao financiamento de programas da educação básica, o equilíbrio federativo não pode prescindir da necessária condição de igualdade que deve existir entre eles, tal qual anota Cruz (2009).

Torna-se ainda mais relevante o aspecto da isonomia acima citado quando esta é analisada em consideração à distribuição das quotas do salário-educação, mais precisamente no que se refere à parcela relativa à quota-parte destinada aos estados e municípios.

A distribuição atual dos recursos financeiros do salário-educação parece revelar certa assimetria de tratamento quanto à quota estadual/municipal, o que por consequência resulta em desconsideração ao princípio da equidade que deve balizar a referida sistemática, segundo a própria Constituição Federal em seu art. 212, § 3º. (BRASIL, 1988)

Art. 212 (...),

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

Merecem destaques no texto normativo acima os termos: “ensino obrigatório”; “equidade” e “nos termos do Plano Nacional de Educação”. É extremamente relevante para esta investigação a análise dos referidos destaques sob os seguintes aspectos.

I. A distribuição dos recursos públicos a que se refere o parágrafo acima deve ser prioritariamente realizada em favor do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988)

Como o propósito deste trabalho é discutir a distribuição do salário-educação para o financiamento da educação básica, é necessário que se estabeleça uma relação entre este recurso financeiro; a educação básica e o ensino obrigatório destacado acima.

E essa relação é precisamente observada no texto do inciso I, do art. 208, da CF/88, pois:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (grifo nosso)

Logo, é definição constitucional a condição de a educação básica integrar o ensino obrigatório. (BRASIL, 1988)

Deste modo é possível afirmar que o salário-educação deve, necessariamente, atender às necessidades do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988)

II. O texto do parágrafo 3º, do art. 212, acima referenciado, assevera que a distribuição dos referidos recursos financeiros deve atender ao parâmetro da equidade. (BRASIL, 1988)

De acordo Gabardo (2009), as decisões políticas no âmbito coletivo devem ser tomadas considerando a inserção social do cidadão associada à redução de desigualdades e injustiças sociais.

E entendendo equidade como verdadeiro princípio, a orientação deste autor é no sentido de inferir que os recursos financeiros para o atendimento das necessidades da educação básica devem ser aplicados de forma a priorizar o indivíduo, que neste caso específico é o aluno.

Neste mesmo sentido sustenta Bercovici (2005) que o Estado deve se fundar na atuação integrativa da sociedade nacional por meio da distribuição, como forma de transformar a pluralidade em unidade sem, contudo, afastar das partes a sua capacidade de autodeterminação.

O exercício político estatal deve ter como finalidade atingir o equilíbrio de suas atuações considerando as igualdades relativas, conforme destacado anteriormente por Gabardo (2009).



Pelo exposto é possível constatar que a Constituição Federal de 1988 prescreve a necessidade de se observar o princípio da equidade na distribuição de recursos públicos destinados à educação.

Assim sendo, não há dúvidas quanto à expressa determinação constitucional para que o salário-educação, como fonte de recursos destinados a financiar a educação básica, observe tal princípio.

III. Por fim, resta analisarmos o último aspecto destacado no parágrafo 3º, do art. 212, qual seja a expressão “nos termos do Plano Nacional de Educação”. (BRASIL, 1988)

A expressão destacada acima implica em necessidade de regulamentação do assunto por norma infraconstitucional, o que no caso específico foi feito por meio da Lei nº 13.005/14, que aprovou o atual Plano Nacional de Educação e trouxe textualmente como uma de suas diretrizes a determinação de se observar a equidade na distribuição de recursos financeiros aplicados à educação, conforme seu art. 2º, VIII. (BRASIL, 2014)

Art. 2º São diretrizes do PNE:

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

Deste modo encerramos a análise do § 3º do art. 212 da CF/88 deduzindo, por todo o exposto, que o salário-educação deve ser distribuído com equidade para o financiamento da educação básica. (BRASIL, 1988)

Além disso, é preciso destacar que não há qualquer menção quanto à vinculação da distribuição do salário-educação à arrecadação dos estados federados.

Diante da análise de todos os elementos que envolvem a sistemática da distribuição da quota estadual/municipal destinada aos estados federados para o financiamento

da educação básica dos alunos matriculados nas respectivas redes, podemos perceber as seguintes constatações.

A Constituição Federal de 1988 não traz nenhuma disposição acerca da vinculação da distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação à arrecadação deste tributo obtida por cada estado federado. A regulamentação deste modelo de distribuição se dá apenas em sede de norma infraconstitucional.

É também determinação constitucional que a distribuição de recursos públicos destinados a financiar o atendimento das necessidades da educação básica atenda ao princípio da equidade.

Conforme referenciais teóricos adotados, atender ao princípio da equidade no âmbito da educação é priorizar o aluno em sua inserção social visando à redução de desigualdades e injustiças sociais em atuação estatal com finalidade integrativa da sociedade nacional.

E por fim, verificamos que a atual sistemática de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação chegou a apresentar diferença superior a 10 vezes o valor deste recurso por aluno entre um estado e outro, conforme vimos no capítulo anterior<sup>30</sup>.

Deste modo, concluímos que: a) se não há norma constitucional que vincule a distribuição da quota estadual/municipal de forma proporcional à arrecadação dos estados; b) se a Constituição Federal determina que a distribuição de recursos públicos atenda ao princípio da equidade; c) se o princípio da equidade deve ser observado de forma a priorizar o aluno em sua inserção social visando à redução de desigualdades e injustiças sociais; d) se a atual sistemática da distribuição da quota estadual/municipal apresenta valores médios por aluno com diferenças absurdas, podemos inferir que a distribuição da quota estadual/municipal destinada a cada estado para o financiamento da educação básica relativa às respectivas redes de

---

<sup>30</sup> Quadro 6

ensino não atende aos preceitos do princípio da equidade previsto na Constituição Federal de 1988.

É certo que pode haver comparativamente questionamentos quanto à observância do princípio da equidade na sistemática de vinculação de um percentual da arrecadação de impostos de cada estado federado no financiamento da manutenção e desenvolvimento da educação. Porém, neste caso não há que se perquirir acerca da adequação ou não desta sistemática ao princípio da equidade, uma vez que tanto o princípio quanto a sistemática estão ambos previstos na própria Constituição Federal de 1988.

Não há por que questionar qualquer incongruência relativa à sistemática descrita acima, uma vez que a própria Constituição Federal assim a previu. Já o mesmo não ocorre com a distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação, pois conforme demonstramos, a sistemática desta distribuição somente está prevista em lei.

Portanto, por todo o aqui exposto e respondendo a pergunta inicial, podemos concluir que a atual sistemática de distribuição do valor da quota estadual/municipal do salário-educação não está de acordo com o princípio da equidade previsto na Constituição Federal de 1988.

E, conforme apontado no início do presente capítulo, resta-nos fazer algumas considerações acerca dos efeitos da atual sistemática de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação, o que faremos a seguir.

Conforme já exposto, a referida dinâmica de distribuição está atrelada à arrecadação do tributo verificada em cada estado da federação, que por consequência receberá de volta parte do valor recolhido com o salário-educação. (BRASIL, 1996a)

Neste caso, o considerável desequilíbrio na capacidade arrecadatória entre entes federados subnacionais consequentemente acarreta proporcional iniquidade no montante recebido por cada um deles. (LIBONATI JUNIOR, 2008)

Desta forma resta comprometido o financiamento de programas, projetos e ações da educação básica nos estados e municípios que recebem os recursos em proporções inferiores às recebidas pelos estados mais desenvolvidos da federação. (BRASIL, 1988; e LIBONATI JUNIOR, 2008)

Nada obstante a ênfase da equidade neste trabalho tenha se dado em sede de distribuição de recursos financeiros, os preceitos constitucionais desse princípio clamam por sua observância também em outras searas da educação, como por exemplo, no acesso e permanência do aluno na escola. (BRASIL, 1988)

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Esse mesmo comando se repete, ainda que de forma transversa, no art. 170, VII<sup>31</sup>, que trata da ordem econômica e prevê que toda a atuação estatal nesta área não poderá prescindir do imperioso objetivo de buscar sempre promover a redução das desigualdades regionais e sociais por ventura existentes dentro de todo o território brasileiro (BRASIL, 1988).

Deste modo, a relevância da equidade na distribuição dos recursos financeiros que custeiam a atuação estatal no âmbito educacional não deve ser de modo algum vilipendiada, uma vez que sua inobservância acarreta sério desequilíbrio no desenvolvimento de programas e projetos que visam o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, conforme textualmente prevê o inciso VIII, do art. 208, da CF/88. (BRASIL, 1988)

A desigualdade socioeconômica existente entre as regiões – e até mesmo entre estados de uma mesma região – com impacto direto na educação é assunto corriqueiramente abordado por diversos pesquisadores, tais como, Machado (2010), Duarte (2005), Castro (2007), Pinto (2007), Godoy (2011) e muitos outros, o que de certa forma impõe ao pacto federativo o constante desafio de conviver com essa

---

<sup>31</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VII - redução das desigualdades regionais e sociais.

situação de desequilíbrio, ao mesmo tempo em que soluções que façam com que essa disparidade seja atenuada são incessantemente demandadas, sem, contudo, lograr o êxito esperado, haja vista os interesses políticos e financeiros envolvidos na questão que impedem um tratamento equânime entre todos os entes subnacionais. (SIECZKOWSKI, 2007)

Essa situação é normalmente agravada pela instauração de um ciclo vicioso que se desenvolve em proporções geométricas, na medida em que a citada desigualdade tende a aumentar na proporção em que os estados menos favorecidos da federação veem sua capacidade arrecadatória cada vez mais comprometida em razão da baixa atratividade de investimentos que possibilite o seu desenvolvimento, o que não necessariamente acontece com os estados economicamente mais fortes e preparados para realizar tal atratividade. (FARENZENA, 2012)

Diante desse cenário, a educação básica sofre diretamente os efeitos de tal desigualdade, na medida em que o volume de investimentos públicos na oferta de acesso e permanência dos alunos nesta etapa de aprendizagem é diretamente proporcional à arrecadação de tributos, que por sua vez é inerente ao desenvolvimento econômico do ente responsável pelo seu financiamento. (LIBONATI JUNIOR, 2008)

A atual sistemática de distribuição do salário-educação, que simplesmente devolve ao estado federado parte do valor arrecadado por ele próprio, reflete a disparidade de tratamento despendido pelo referido sistema em detrimento dos estados menos desenvolvidos da nação, o que contribui para o agravamento da desigualdade entre eles na prestação do serviço público educacional, especialmente na etapa de ensino em apreço. (SIECZKOWSKI, 2007)

De acordo com Cruz (2009), em sua tese, o aspecto redistributivo da destinação dos recursos vinculados à educação chega a ser citado em uma reunião do Conselho Deliberativo do FNDE<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> De acordo com a autora: 198ª reunião do Conselho Deliberativo do FNDE.

Segundo a autora, a autarquia destaca esse desnível econômico e social entre os estados e regiões do país para justificar a destinação da quota federal do salário-educação para atender de forma prioritária os estados e regiões mais necessitados.

Identificada a desigualdade entre estados, assim como entre regiões, torna-se evidente a necessidade de o poder público promover ações no sentido de desenvolver programas de redistribuição de recursos entre as unidades da federação.

Contudo, não obstante haja na Constituição Federal de 1988 a previsão expressa de transferências de recursos da União para os estados e municípios visando precipuamente atenuar essas diferenças, a consecução desse objetivo não prescinde que o mesmo esforço seja feito também em relação aos demais recursos, como por exemplo, os da quota estadual/municipal do salário-educação. (BRASIL. 1988)

Revela-se incoerente a adoção de política que preveja a distribuição de recursos da União para os demais entes federados visando à equidade entre eles, ao mesmo tempo em que desconsidera a necessidade de se adotar o mesmo critério para a distribuição de recursos entre os próprios entes subnacionais, como no caso em apreço. (BRASIL. 1988)

Partilha de recursos que visem à equalização da capacidade econômica dos entes subnacionais são imprescindíveis para que a prestação de serviço público ao cidadão seja mais isonômica. (DUARTE, 2005)

Nesse sentido, uma distribuição mais equânime dos valores do salário-educação repassados aos estados e respectivos municípios, por meio da quota estadual/municipal, é fundamental para a obtenção do equilíbrio na qualidade dos serviços educacionais prestados por todos os estados da federação.

Por fim, considerando que o princípio da equidade pressupõe que decisões políticas sejam tomadas no sentido de se promover a inserção social do cidadão associada à

redução de desigualdades e injustiças sociais, então é neste sentido que o salário-  
educação deve ser utilizado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica de distribuição da quota estadual/municipal do salário-educação para o financiamento da educação básica em face do princípio da equidade a partir dos critérios constitucionais e infraconstitucionais.

A nossa investigação teve início com a inquietante hipótese de não haver equidade na dinâmica de distribuição referida acima o que nos impeliu a buscar, por meio de uma revisão bibliográfica, conteúdo científico que pudesse trazer alguns subsídios acerca da participação do salário-educação no financiamento da educação básica, bem como sobre a aplicação do princípio da equidade conforme prescrições constitucionais.

O estudo nos possibilitou constatar que de fato o salário-educação é uma importante fonte adicional de recurso financeiro para a educação básica, aportando valores expressivos com o objetivo de financiar diversos programas e projetos que visam melhorar o desenvolvimento do aluno nesta etapa da educação, bem como viabilizar uma melhor oferta de acesso e permanência deles neste processo.

Como espécie tributária que integra o sistema de arrecadação do Estado, constituindo parte relevante do complexo de fontes de recursos estatais, sua natureza jurídica o identifica como espécie de contribuição social, o que pressupõe sua destinação de custear uma prestação de serviço estatal de benefício geral, ou seja, acessível a todos que dela necessitar, que neste caso específico, trata-se de educação.

Vimos que as contribuições sociais se distanciam das demais espécies tributárias exatamente pelo seu caráter de subordinação à solidariedade. Este tributo é instituído com a única finalidade de promover a justiça distributiva por meio da solidariedade de grupo, funcionando como um instrumento de solidariedade social. E o salário-educação como uma de suas espécies não poderia se furtar a este desiderato.



Pois pela nossa análise, pelo menos no que diz respeito à quota estadual/municipal deste tributo, não foi isso que observamos. Conforme tivemos a oportunidade de constatar, sendo o salário-educação um tributo federal, a solidariedade social como finalidade deveria importar em uma distribuição com equidade a todos do território nacional, e não aos alunos de cada estado federado de forma proporcional à respectiva arrecadação.

Pelo critério de distribuição analisado neste trabalho, o valor da quota estadual/municipal do salário-educação destinada a cada estado da federação guarda relação com o tamanho da folha de pagamento das empresas neles localizadas, e não em relação ao número de alunos matriculados nas respectivas redes – inclusive as municipais. Isto significa que o critério de distribuição só considera o aspecto arrecadatário (fonte), e não a finalidade do tributo (solidariedade social).

Diante desta constatação e considerando os entendimentos de Gabardo (2009) e Bercovici (2005), resta-nos concluir pela inexistência de solidariedade social como finalidade da contribuição social do salário-educação no que se refere à quota parte estadual/municipal.

Se há alguma ação estatal que vise à equidade na aplicação dos recursos do salário-educação, esta atuação fica por conta da União, que por meio do FNDE aplica, tanto os recursos da quota-federal quanto a parcela que cabe à própria autarquia, em programas e projetos que visam atenuar as diferenças socioeducacionais existentes entre os entes subnacionais.

A equalização perfeita de oportunidades educacionais em todo o território nacional é um objetivo talvez impossível de ser alcançado. Porém, em sentido oposto, no que se refere especificamente à distribuição dos recursos do salário-educação no âmbito entre os estados federados, as diferenças que constatamos neste trabalho não se sustentam frente ao que preceitua o ordenamento jurídico constitucional vigente.

A oferta do acesso e permanência do aluno na educação básica obrigatória deve ser equânime em todo o território nacional, pois isso é o que objetiva os comandos

normativos da CF/88 no que se refere à distribuição dos recursos financeiros para o desenvolvimento de programas neste nível da educação.

A estrutura do financiamento da educação é alicerçada principalmente na arrecadação de tributos, que por sua vez está diretamente atrelada à capacidade econômica e arrecadatória de cada ente federado.

Todavia, conforme vimos, a capacidade de financiamento da educação básica de responsabilidade de cada ente deve estar vinculada à sua arrecadação somente naquelas hipóteses delineadas pela própria Constituição Federal de 1988, sob pena de se desconsiderar os preceitos desta mesma Constituição quanto à aplicação do princípio da equidade na utilização de recursos públicos voltados para a educação.

Os pensamentos de Gabardo (2009) e Bercovici (2005) nos dão precisa orientação quanto às finalidades desta atuação estatal. Segundo estes autores, a aplicação do princípio da equidade pressupõe atuação estatal que priorize o indivíduo; que se fundamente na atuação integrativa da sociedade nacional por meio da distribuição; que privilegie a inserção social do cidadão associada à redução de desigualdades e injustiças sociais por meio de suas decisões políticas e que não prescinda da finalidade de atingir o equilíbrio de suas atuações considerando as igualdades relativas.

Conforme vimos, o desequilíbrio no desenvolvimento entre os estados, e também entre regiões, é bastante considerável, o que reflete diretamente na arrecadação do salário-educação. Neste sentido Borges (2007) destaca que “a diferença entre estados ricos e pobres continua acentuada. Consequentemente, essa questão não deixa de ser um grande problema a ser equacionado. Medidas complementares que promovam avanços nessa direção devem ser perseguidas, sobretudo com a utilização de recursos da quota federal do salário-educação”.

Pelo que verificamos ao longo desta pesquisa, este raciocínio está correto, mas deve ir além, é preciso ampliar tais medidas no sentido de se promover equidade também quanto à quota estadual/municipal do salário-educação, a distribuição deste recurso não prescinde de uma alteração em sua sistemática para torná-lo mais

equânime, seja na forma de um valor médio único para todos, seja adotando algum outro critério que atenua a desigualdade dos valores relativos a cada aluno matriculados em diferentes estados da federação.

Como não fez parte do escopo da presente pesquisa, não nos aprofundamos nos estudos para a criação de um fundo único nacional para a quota estadual/municipal, o que pensamos ser um assunto interessante para ser discutido como objeto de um outro trabalho.

Outra sugestão de pesquisa que nos parece bastante pertinente é sobre a análise do impacto para o financiamento da educação básica causado pelas isenções do recolhimento da contribuição social do salário-educação concedidas às microempresas e empresas de pequeno porte abrangidas pelo programa de incentivos tributários denominado Simples Nacional, conforme tivemos a oportunidade de descrever no capítulo 3 deste trabalho.

Concluindo, verificamos que a educação básica tem importante fonte de recurso financeiro para a implementação de programas e projetos nesta área, seja por meio da quota federal, seja pela quota estadual/municipal do salário-educação. Porém, no que se refere a esta última quota-parte da receita, é preciso que haja observância da solidariedade social e justiça distributiva deste recurso, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

Os princípios constitucionais necessitam ser respeitados para que a sociedade seja beneficiária da atuação estatal no exercício de sua função precípua, qual seja a de prover a coletividade em suas demandas sociais. Pois a inobservância de tais preceitos acarretam iniquidades e injustiças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 2010.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Município, Federação e Educação: história das instituições e das ideias políticas no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de Metodologia Científica: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BORGES, Vander Oliveira. **Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação - FUNDEB: Impactos financeiros junto aos governos estaduais e municipais, nos primeiros cinco anos da sua implantação (2007)**. Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

CARNEIRO, Claudio. **Manual de direito tributário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 20ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 13ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005**. (2007). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

CASTRO, Jorge Abrahão de. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão de; e SADECK, Francisco. **Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000**. (2003). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

CORTES, Bianca Antunes. **Financiamento na Educação: Salário-educação e suas dimensões privatizantes**. (1989). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto Federativo e Financiamento da Educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. (2009). Portal MEC. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>> Acesso em 02 jul. 2015

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Regulação sistêmica e política de financiamento da educação básica**. (2005). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 22 ed., São Paulo, Saraiva, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 14ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

FARENZENA, Nalú. **A assistência financeira da União às políticas educacionais locais**. (2012). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Histórico. <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-historico>> Acessado em: 05 ago. 2015.

GABARDO, Emerson. **Eficiência e legitimidade do Estado**. São Paulo: Manole, 2003.

GABARDO, Emerson. **O jardim e a praça para além do bem e do mal - uma antítese ao critério de subsidiariedade como determinante dos fins do Estado social**. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito financeiro e educação. O FUNDEB: Natureza jurídica, regime de fiscalização e fixação de competências** (2011). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contas Regionais. <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf)> Acessado em: 17 ago. 2015.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LIBONATI JUNIOR, Ageu. **A sujeição passiva tributária e o salário-educação.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo. 2008.

LIMA, Fabio Menani Pereira. **Financiamento público da rede estadual paulista de ensino fundamental no contexto do FUNDEF [1996-2006].** (2008). Portal CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>> Acessado em: 28 abr. 2015.

MACHADO, José Ângelo. **Relações Intergovernamentais e Coordenação de Políticas Sociais: eficácia e contenção do poder no desenho dos incentivos financeiros federais.** (2010). [34º Encontro Anual da ANPOCS \_ ST 27 – Políticas Públicas: instituições, ideias e redes]. Portal ANPOCS. Disponível em: <<http://www.anpocs.org>> Acesso em 28 mai. 2015.

MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de direito tributário.** 2ª ed., São Paulo: Dialética, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Carlos Valder do (coordenador); Martins, Ives Gandra da Silva ... [et al.]. **Comentários ao Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.1966).** Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PAULSEN, Leandro. **Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência.** 11ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo.** (2007). Portal CAPES. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em: 17 jun. 2015.

PRADO, Sergio. **Equalização e federalismo fiscal: uma análise comparada.** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito.** 22ª ed., São Paulo: Saraiva, 1995.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **Tributos (teoria geral e espécies)**. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SIECZKOWSKI, Maria Anunciação Cichero. **O financiamento da educação básica nas reformas educacionais dos anos de 1990 e do regime militar de 1964-1985: o papel dos entes federados no ordenamento constitucional-legal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.



## LEGISLAÇÃO PESQUISADA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Portal do Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acessado em: 29 jan. 2015.

\_\_\_\_\_ **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006a.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

\_\_\_\_\_ **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969.** Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975a.** Dispõe sobre o Salário-Educação.

\_\_\_\_\_ **Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.** Dispõe sobre a transferência aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios das parcelas ou quotas-partes dos recursos tributários arrecadados pela União, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 76.923, de 26 de dezembro de 1975b.** Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Salário-Educação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 87.043, de 22 de março de 1982.** Regulamenta o Decreto-Lei nº 1422, de 23 de outubro de 1975.

\_\_\_\_\_ **Decreto n. 6.003, de 28 de dezembro de 2006b.** Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5o, da Constituição, e as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006c.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.** Institui o Salário-Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.** Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.** Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996b.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.** Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003.** Altera o § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007a.** Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nos 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007b.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

## **ANEXOS**

- ANEXO A DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO NO ANO DE 2012 \_ FNDE
- ANEXO B PRODUTO INTERNO BRUTO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO \_ 2002 - 2012 \_ IBGE
- ANEXO C NÚMERO DE EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA NO ANO DE 2012 \_ MTE-RAIS
- ANEXO D POPULAÇÃO DOS ESTADOS FEDERADOS EM 1º DE JULHO DE 2012 \_ IBGE
- ANEXO E NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS REDES DE ENSINO ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ANO DE 2012 \_ INEP

## ANEXO A

DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO NO  
ANO DE 2012 \_ FNDE



SALÁRIO-EDUCAÇÃO 2012 - COTA ESTADUAL/MUNICIPAL, MENSAL, POR UF/REGIÃO E ESPERA DE GOVERNO

UF - Região	Extra	Jan/12	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Escalado	R\$ 12
NORDESTE	EST	43.545.994,85	27.078.920,36	28.893.247,87	28.629.247,87	27.103.025,68	27.557.895,62	27.319.994,13	27.497.890,79	27.704.011,62	27.529.148,15	28.873.220,86	28.278.608,47	348.771.045,66	
	MUN	86.898.887,02	53.478.430,80	53.020.210,11	52.518.598,99	52.111.838,85	54.422.884,59	53.942.270,08	54.440.943,46	54.800.270,33	54.469.087,68	56.537.869,94	57.878.881,08	685.183.473,53	
	TOTAL	130.440.871,87	80.555.351,16	70.843.462,07	70.147.846,86	79.141.864,53	81.980.580,21	81.932.337,25	81.932.337,25	82.504.282,95	81.998.235,83	85.213.090,80	87.255.200,15	1.031.954.518,19	
DF	EST	20.402.783,42	16.430.000,00	-	-	15.907.491,07	17.047.456,05	16.932.180,35	17.723.032,78	22.176.941,43	17.433.908,36	18.131.286,25	18.365.911,54	227.060.144,80	
	MUN	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
	TOTAL	20.402.783,42	16.430.000,00	20.748.698,32	15.907.491,07	15.907.491,07	17.047.456,05	16.932.180,35	17.723.032,78	22.176.941,43	17.433.908,36	18.131.286,25	18.365.911,54	227.060.144,80	
GO	EST	11.871.719,37	6.895.550,44	6.895.550,44	6.781.753,19	6.875.284,60	7.116.997,57	7.058.007,61	7.060.981,81	7.568.714,08	7.610.108,59	7.670.735,82	7.625.375,42	91.780.046,81	
	MUN	12.607.718,53	7.913.595,81	7.650.895,74	7.790.045,00	8.444.790,20	8.167.730,15	8.100.141,16	9.146.854,18	8.683.848,61	8.733.750,78	9.147.519,57	8.983.902,95	105.340.598,68	
	TOTAL	24.279.437,90	14.809.146,25	14.511.541,05	14.521.798,19	15.120.080,80	15.284.721,72	15.159.238,77	16.248.644,98	16.250.992,69	16.343.947,37	17.118.255,39	16.800.278,37	197.120.644,49	
MS	EST	4.823.792,31	2.862.250,97	2.783.025,06	2.710.030,96	2.854.744,45	3.022.471,72	3.002.140,81	3.013.500,01	3.173.999,33	3.223.317,34	3.255.450,75	3.422.104,03	38.267.398,76	
	MUN	5.418.093,57	3.302.135,79	3.189.475,91	3.104.880,34	3.378.020,06	3.462.781,48	3.430.365,81	3.452.404,34	3.635.916,26	3.807.444,57	3.720.897,47	3.620.692,78	43.842.002,30	
	TOTAL	10.241.885,88	6.164.386,76	5.973.401,00	5.814.983,29	6.233.765,36	6.485.260,60	6.441.406,62	6.465.804,35	6.809.915,61	7.130.761,91	6.985.142,22	7.042.858,43	82.109.371,06	
MT	EST	7.224.975,58	4.345.296,06	4.280.300,08	4.589.871,81	4.748.685,57	4.737.387,58	4.705.352,89	5.025.809,22	5.108.885,12	4.938.760,62	5.244.550,97	5.326.318,29	60.274.783,59	
	MUN	5.872.094,09	3.332.482,55	3.263.705,07	3.519.894,36	3.633.184,30	3.608.978,36	3.618.405,98	3.854.405,98	3.977.785,34	3.786.085,91	4.022.136,63	4.085.481,25	48.225.711,84	
	TOTAL	12.877.039,67	7.677.778,61	7.543.005,15	8.109.570,17	8.260.570,93	8.307.571,88	8.313.959,25	8.868.811,96	9.086.670,48	8.722.847,53	9.266.887,60	9.411.779,54	108.500.555,43	
CENTRO-OESTE	EST	53.213.270,68	30.553.186,56	30.409.724,52	34.811.217,02	30.187.205,87	31.924.315,22	31.697.871,66	33.732.420,82	38.025.339,98	33.304.182,91	34.802.023,79	34.939.770,90	417.400.342,78	
	MUN	29.697.870,18	14.548.214,15	14.528.078,72	14.384.822,74	15.334.711,52	15.263.895,93	15.148.123,33	16.433.605,10	16.237.550,23	16.307.380,28	16.893.347,87	16.900.058,98	165.408.372,82	
	TOTAL	78.911.148,87	45.101.400,71	44.937.803,24	49.196.040,81	45.521.917,39	47.188.211,15	46.846.000,99	50.166.026,92	54.262.890,21	49.631.465,17	51.501.371,46	51.839.827,86	612.808.715,60	
ES	EST	6.961.345,33	4.071.016,87	3.900.123,20	4.001.967,68	4.045.981,64	4.100.843,27	4.156.263,97	4.406.014,08	4.257.125,91	4.599.098,44	4.325.215,40	4.498.728,41	53.263.360,00	
	MUN	12.851.801,54	7.448.594,32	7.315.059,06	7.520.250,97	7.895.380,82	7.895.380,82	7.895.380,82	8.223.968,20	7.796.888,48	7.762.242,92	7.811.535,84	8.228.919,54	97.437.581,00	
	TOTAL	19.813.296,87	11.517.581,19	11.314.182,35	11.522.212,65	11.924.228,26	11.896.024,09	11.758.750,33	12.710.071,18	12.044.114,30	12.052.241,36	12.298.751,13	12.727.647,95	150.690.961,00	
MG	EST	56.314.120,65	32.955.762,23	32.194.148,53	31.508.221,06	32.819.581,94	33.448.965,39	33.512.450,67	35.123.309,07	34.838.662,60	34.041.805,63	35.216.426,72	36.072.104,03	429.333.089,00	
	MUN	46.450.135,68	28.431.700,62	25.820.021,97	25.342.967,22	27.066.341,46	26.878.251,48	26.878.251,48	28.170.293,52	27.041.024,17	26.024.848,31	26.218.007,18	26.932.628,54	344.341.841,00	
	TOTAL	101.764.256,33	59.387.520,85	58.015.069,50	56.841.188,27	59.885.922,40	60.327.216,85	60.390.702,15	63.293.603,59	61.889.686,77	60.066.653,94	61.434.433,90	63.004.732,87	773.675.030,00	
RJ	EST	53.713.162,63	30.995.207,08	29.797.394,51	29.263.785,21	27.018.121,74	31.699.211,12	31.425.480,95	34.246.251,77	32.405.877,24	32.068.479,08	32.578.518,10	33.419.377,02	395.688.657,00	
	MUN	85.305.082,96	54.109.585,75	51.913.719,26	51.068.072,69	55.826.256,73	54.826.256,73	54.826.256,73	56.344.620,42	55.823.241,62	55.823.241,62	56.873.585,70	58.339.319,91	690.769.882,00	
	TOTAL	139.018.245,59	85.104.792,83	81.651.083,77	80.350.757,90	82.851.650,57	86.525.487,85	86.251.737,68	86.250.872,19	88.077.127,64	88.077.127,64	89.452.153,80	91.752.904,90	1.086.458.539,00	
SP	EST	256.487.428,13	148.446.145,35	145.357.807,30	143.262.200,86	148.480.814,69	148.474.074,73	147.382.096,56	150.623.333,80	152.101.885,58	151.041.524,70	155.875.058,80	156.708.044,20	1.902.348.713,00	
	MUN	217.814.651,29	126.428.971,93	123.798.785,52	122.030.930,07	125.406.771,02	126.462.758,07	125.523.251,39	128.283.245,02	129.542.811,13	128.859.101,80	132.756.048,90	133.521.712,40	1.620.198.685,00	
	TOTAL	474.302.079,42	274.875.117,28	269.156.662,82	265.513.145,93	273.887.586,70	274.936.833,70	272.905.547,95	278.906.578,82	281.643.696,71	279.860.636,55	288.631.105,50	290.317.759,60	3.522.547.399,00	
SULDESTE	EST	373.478.065,74	216.468.181,53	211.288.531,83	208.148.122,80	214.568.450,13	216.040.787,98	214.600.915,81	221.659.000,22	223.802.951,53	222.311.838,75	227.965.221,90	230.783.253,64	2.780.834.450,41	
	MUN	361.221.791,47	214.418.912,82	208.448.465,81	205.781.129,95	214.358.587,90	216.442.974,18	216.442.974,18	220.439.543,65	225.786.125,38	220.019.580,47	225.786.125,38	229.019.580,47	2.780.834.450,41	
	TOTAL	734.699.857,21	430.886.074,15	420.136.997,44	413.927.907,75	428.926.037,03	432.483.762,88	431.041.891,72	442.198.543,12	449.589.107,13	442.331.423,93	453.751.347,28	459.802.834,11	5.561.668.900,82	
PR	EST	35.972.167,53	21.451.622,77	20.671.269,13	20.641.122,06	21.116.613,97	21.762.376,53	21.627.625,95	22.431.835,08	22.474.059,14	22.437.919,30	22.035.466,20	22.607.004,70	276.450.112,00	
	MUN	28.363.399,29	17.023.179,83	16.538.555,80	16.939.582,47	17.285.444,53	17.805.787,46	17.805.787,46	17.805.787,46	17.805.787,46	17.805.787,46	17.805.787,46	17.805.787,46	219.378.093,00	
	TOTAL	64.335.566,82	38.475.002,60	37.179.825,93	37.579.877,85	38.056.008,44	39.007.761,03	38.790.115,12	40.352.707,54	40.352.707,54	40.352.707,54	40.352.707,54	40.352.707,54	495.828.205,00	
RS	EST	35.932.310,08	21.103.531,45	20.402.170,91	20.291.187,20	19.979.711,30	21.103.379,69	21.039.960,51	21.735.266,01	21.488.715,25	22.041.124,26	22.240.227,65	22.344.319,47	269.879.435,00	
	MUN	30.510.193,53	18.641.081,35	18.024.189,48	17.847.393,66	18.666.045,25	18.640.947,88	18.505.214,18	19.117.593,09	18.900.259,71	19.386.593,83	19.509.524,20	19.565.317,55	231.376.414,00	
	TOTAL	66.442.503,61	39.854.612,80	38.426.360,39	38.138.580,86	38.645.756,55	39.854.327,57	39.544.274,69	40.854.300,63	40.388.974,06	41.427.718,09	41.810.841,75	41.930.635,00	501.255.848,00	
SC	EST	22.435.257,45	12.778.937,50	12.522.024,96	13.183.043,58	11.980.903,68	12.968.970,48	12.818.321,88	13.524.021,86	13.211.173,58	13.274.802,83	13.875.227,43	13.875.227,43	165.100.241,00	
	MUN	22.173.822,58	13.685.884,41	13.412.044,40	13.049.741,25	14.690.662,30	13.899.438,18	13.750.712,70	14.484.487,07	14.151.173,58	14.151.173,58	14.645.962,00	14.892.308,58	179.941.818,00	
	TOTAL	44.609.110,01	26.464.821,91	25.935.069,45	25.232.784,83	26.671.565,96	26.868.416,66	26.569.034,58	28.009.509,83	27.362.347,16	27.362.347,16	28.521.189,53	28.767.536,06	345.042.659,00	
SUL	EST	94.339.735,04	55.422.291,72	53.686.595,00	53.315.332,83	55.042.666,70	55.842.666,70	55.842.666,70	57.690.502,95	57.173.507,87	57.703.844,19	58.057.562,04	58.726.551,58	711.518.288,01	
	MUN	81.047.415,38	40.350.145,59	47.841.695,82	47.435.690,71	50.298.200,02	40.815.628,56	40.398.118,05	51.402.922,52	50.885.738,50	51.357.003,08	52.495.074,757			

## ANEXO B

PRODUTO INTERNO BRUTO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO \_ 2002 - 2012 \_ IBGE



Tabela 1 – Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Brasil</b>	<b>1.477.822</b>	<b>1.699.948</b>	<b>1.941.498</b>	<b>2.147.239</b>	<b>2.369.484</b>	<b>2.661.345</b>	<b>3.032.203</b>	<b>3.239.404</b>	<b>3.770.065</b>	<b>4.143.013</b>	<b>4.392.094</b>
<b>Norte</b>	<b>69.310</b>	<b>81.200</b>	<b>96.012</b>	<b>106.442</b>	<b>119.993</b>	<b>133.578</b>	<b>154.703</b>	<b>163.208</b>	<b>201.511</b>	<b>223.538</b>	<b>231.383</b>
Rorônia	7.760	9.751	11.260	12.864	13.107	15.003	17.888	20.236	23.561	27.839	29.362
Acre	2.868	3.305	3.940	4.483	4.835	5.761	6.730	7.386	8.477	8.794	9.629
Amazonas	21.791	24.977	30.314	33.352	39.157	42.023	46.823	49.614	59.779	64.555	64.120
Roraima	2.313	2.737	2.811	3.179	3.660	4.169	4.889	5.593	6.341	6.951	7.314
Para	25.659	29.755	35.553	39.121	44.370	49.507	58.519	58.402	77.848	88.371	91.009
Amapá	3.292	3.434	3.846	4.361	5.260	6.022	6.765	7.404	8.266	8.968	10.420
Tocantins	5.607	7.241	8.278	9.061	9.605	11.094	13.090	14.571	17.240	18.059	19.530
<b>Nordeste</b>	<b>191.592</b>	<b>217.037</b>	<b>247.043</b>	<b>280.545</b>	<b>311.104</b>	<b>347.797</b>	<b>397.500</b>	<b>437.720</b>	<b>507.502</b>	<b>555.325</b>	<b>595.382</b>
Maranhão	15.449	18.483	21.605	25.335	28.620	31.606	38.486	39.855	45.256	52.187	58.820
Piauí	7.425	8.777	9.817	11.129	12.768	14.136	16.760	19.033	22.060	24.607	25.721
Ceará	28.896	32.565	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099	65.704	77.865	87.982	90.132
Rio Grande do Norte	12.198	13.515	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481	27.905	32.339	36.103	39.544
Paraíba	12.434	14.158	15.022	16.869	19.961	22.202	25.697	28.719	31.947	35.444	38.731
Pernambuco	35.251	39.308	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441	78.428	96.187	104.394	117.340
Alagoas	9.812	11.210	12.891	14.139	15.748	17.793	19.477	21.235	24.575	28.540	29.545
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552	19.767	23.932	26.199	27.823
Bahia	60.672	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	121.507	137.075	154.340	159.869	167.727
<b>Sudeste</b>	<b>837.646</b>	<b>947.748</b>	<b>1.083.975</b>	<b>1.213.863</b>	<b>1.345.513</b>	<b>1.501.185</b>	<b>1.658.588</b>	<b>1.792.049</b>	<b>2.088.221</b>	<b>2.295.650</b>	<b>2.424.005</b>
Minas Gerais	127.762	148.823	177.325	192.639	214.754	241.293	282.521	287.055	351.381	386.156	403.551
Espírito Santo	26.756	31.064	40.217	47.223	52.778	60.340	69.870	66.763	82.122	97.693	107.329
Rio de Janeiro	171.372	188.015	222.945	247.018	275.327	296.768	343.182	353.878	407.123	462.376	504.221

São Paulo	511.735	579.847	643.487	726.984	802.655	902.784	1.003.015	1.084.353	1.247.596	1.349.465	1.408.904
<b>Sul</b>	<b>245.626</b>	<b>300.859</b>	<b>337.657</b>	<b>356.211</b>	<b>386.588</b>	<b>442.820</b>	<b>502.040</b>	<b>535.662</b>	<b>622.255</b>	<b>672.049</b>	<b>710.860</b>
Paraná	88.407	109.459	122.434	126.677	136.615	161.582	179.263	189.992	217.290	239.366	255.927
Santa Catarina	55.732	66.849	77.393	85.316	93.147	104.623	123.282	129.806	152.482	169.050	177.276
Rio Grande do Sul	105.487	124.551	137.831	144.218	156.827	176.615	199.494	215.864	252.483	263.633	277.658
<b>Centro-Oeste</b>	<b>129.649</b>	<b>153.104</b>	<b>176.811</b>	<b>190.178</b>	<b>206.284</b>	<b>235.964</b>	<b>279.372</b>	<b>310.765</b>	<b>350.596</b>	<b>396.411</b>	<b>430.463</b>
Mato Grosso do Sul	15.154	19.274	21.105	21.651	24.341	28.121	33.143	36.368	43.514	49.242	54.471
Mato Grosso	20.941	27.889	36.961	37.466	35.258	42.687	53.386	57.294	69.600	71.418	80.830
Goiás	37.416	42.836	48.021	50.534	57.057	65.210	75.271	85.615	97.576	111.269	123.926
Distrito Federal	56.138	63.105	70.724	80.527	89.629	99.946	117.572	131.487	149.906	164.482	171.236

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

## ANEXO C

NÚMERO DE EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA NO ANO DE 2012 \_  
MTE-RAIS

**Número de Empregos em 31/12, Variação Absoluta e Relativa, segundo os Setores e Subsetores de Atividade Econômica**

SETOR	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa(%)
<b>Extrativa Mineral</b>	<b>231.389</b>	<b>259.297</b>	<b>27.908</b>	<b>12,06</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>8.113.805</b>	<b>8.148.328</b>	<b>34.523</b>	<b>0,43</b>
Prod. Mineral Não Metálico	436.482	448.671	12.189	2,79
Indústria Metalúrgica	824.240	812.455	-11.785	-1,43
Indústria Mecânica	609.245	628.272	19.027	3,12
Elétrico e Comunic	304.053	310.541	6.488	2,13
Material de Transporte	606.102	600.843	-5.259	-0,87
Madeira e Mobiliário	479.514	485.421	5.907	1,23
Papel e Gráf	408.132	408.885	753	0,18
Borracha, Fumo, Couros	327.246	335.042	7.796	2,38
Indústria Química	920.209	934.633	14.424	1,57
Indústria Têxtil	1.024.960	1.011.714	-13.246	-1,29
Indústria Calçados	342.218	334.055	-8.163	-2,39
Alimentos e Bebidas	1.831.404	1.837.796	6.392	0,35
<b>Serviços industriais de utilidade Pública</b>	<b>412.741</b>	<b>423.277</b>	<b>10.536</b>	<b>2,55</b>
<b>Construção Civil</b>	<b>2.750.173</b>	<b>2.832.570</b>	<b>82.397</b>	<b>3,00</b>
<b>Comércio</b>	<b>8.842.677</b>	<b>9.226.155</b>	<b>383.478</b>	<b>4,34</b>
Comércio Varejista	7.388.440	7.697.920	309.480	4,19
Comércio Atacadista	1.454.237	1.528.235	73.998	5,09
<b>Serviços</b>	<b>15.372.455</b>	<b>16.167.385</b>	<b>794.930</b>	<b>5,17</b>
Instituição Financeira	811.247	839.389	28.142	3,47
Adm Técnica Profissional	4.930.192	5.261.738	331.546	6,72
Transporte e Comunicações	2.507.444	2.617.423	109.979	4,39
Aloj Comunic	3.913.042	4.036.267	123.225	3,15
Médicos Odontológicos Vet	1.594.448	1.704.839	110.391	6,92
Ensino	1.616.082	1.707.729	91.647	5,67
<b>Administração Pública</b>	<b>9.103.601</b>	<b>8.937.443</b>	<b>-166.158</b>	<b>-1,83</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1.483.790</b>	<b>1.464.257</b>	<b>-19.533</b>	<b>-1,32</b>
<b>Total</b>	<b>46.310.631</b>	<b>47.458.712</b>	<b>1.148.081</b>	<b>2,48</b>

Fonte: RAIS - Dec 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

## ANEXO D

POPULAÇÃO DOS ESTADOS FEDERADOS EM 1º DE JULHO DE 2012 \_ IBGE

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2012	
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA
<b>Brasil</b>	<b>193.946.886</b>
<b>Região Norte</b>	<b>16.318.163</b>
Rondônia	1.590.011
Acre	758.786
Amazonas	3.590.985
Roraima	469.524
Pará	7.792.561
Amapá	698.602
Tocantins	1.417.694
<b>Região Nordeste</b>	<b>53.907.144</b>
Maranhão	6.714.314
Piauí	3.160.748
Ceará	8.606.005
Rio Grande do Norte	3.228.198
Paraíba	3.815.171
Pernambuco	8.931.028
Alagoas	3.165.472
Sergipe	2.110.867
Bahia	14.175.341
<b>Região Sudeste</b>	<b>81.565.983</b>
Minas Gerais	19.855.332
Espírito Santo	3.578.067
Rio de Janeiro	16.231.365
São Paulo	41.901.219
<b>Região Sul</b>	<b>27.731.644</b>
Paraná	10.577.755
Santa Catarina	6.383.286
Rio Grande do Sul	10.770.603
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>14.423.952</b>
Mato Grosso do Sul	2.505.088
Mato Grosso	3.115.336
Goiás	6.154.996
Distrito Federal	2.648.532

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

## ANEXO E

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS REDES DE ENSINO ESTADUAIS E  
MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ANO DE 2012 \_ INEP

Número de Alunos Matriculados - ACRE																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	156	2426	42770	52437	36544	1489	15634	6945	0	0	0	43	1425	1075	322	1	218	61
	Federal	0	23	125	197	358	849	0	226	0	0	0	0	0	0	0	4	5	0
	Municipal	5028	20153	47820	10594	0	0	4249	0	0	0	40	196	1369	173	0	0	123	0
	Privada	717	1173	3758	2911	2038	713	161	94	237	770	2	3	19	17	7	4	1	1
	Total	5901	23775	94473	66139	38940	3051	20044	7265	237	770	42	242	2813	1265	333	10	342	65

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>



Número de Alunos Matriculados - ALAGOAS																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial										Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
								Funda-mental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Funda-mental	Médio								
TOTAL	Estadual	0	322	17531	69386	106746	717	20387	11221	121	0	0	1	677	709	374	0	389	58
	Federal	0	0	0	0	4874	1002	0	448	0	0	0	0	0	0	16	2	0	0
	Municipal	17685	64814	245126	169875	691	0	68491	0	32	0	46	435	6810	1844	0	0	824	0
	Privada	6795	20493	44986	32367	19054	7684	951	997	21	20	13	189	470	151	46	4	60	3
	Total	24480	85629	307643	271628	131365	9403	89829	12666	174	20	59	625	7957	2704	436	6	1273	61

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - AMAPÁ																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial																		
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)									
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>		Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	0	307	36214	53140	35015	1864	11709	6592	3	0	0	0	3	902	610	244	2	311	23
	Federal	0	0	0	0	618	279	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	0	0
	Municipal	1978	15750	37269	4185	0	0	4231	0	0	0	0	4	116	718	41	0	0	95	0
	Privada	1042	3129	5950	4640	3232	1430	729	432	0	0	0	25	45	273	24	9	3	251	1
	Total	3020	19186	79433	61965	38865	3573	16669	7024	3	0	29	164	1893	675	257	8	657	24	24

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - AMAZONAS																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial																		
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)									
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>		Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	0	26	99180	175556	166425	10946	19448	16300	7598	13741	24	24	1581	652	316	200	136	25	
	Federal	0	0	0	633	4268	3824	0	524	0	0	0	0	0	1	8	3	0	2	
	Municipal	15089	91228	299967	122920	0	0	47606	363	1443	0	41	341	3452	540	0	66	840	2	
	Privada	5044	14791	35739	21982	10467	7008	984	563	0	0	72	246	1003	42	35	1	221	1	
	Total	20133	106045	434886	321091	181160	21778	68038	17750	9041	13741	137	611	6036	1235	359	270	1197	30	

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - BAHIA																											
Matrícula Inicial																											
Município	Dependência	Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)				EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)																	
		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Profissional (Nível Técnico)		EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Médio		Ed. Prof. Nível Técnico		EJA Fund <sup>1,2</sup>		EJA Médio <sup>1,2</sup>	
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais					Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio																
TOTAL	Estadual	150	774	17118	299479	521924	17748	81018	119225	622	2035	0	2	329	1326	1426	30	622	280								
	Federal	0	0	0	506	9255	5606	0	392	0	5	0	0	0	0	34	15	0	5								
	Municipal	82545	270039	1052333	629743	9826	372	220460	1996	1389	0	273	1772	25592	8153	145	0	5588	10								
	Privada	26285	100277	184475	100478	46298	8258	2184	1429	0	23	130	760	2691	552	164	25	761	1								
	Total	108980	371090	1253926	1030206	587303	31984	303662	123042	2011	2063	403	2534	28612	10031	1769	70	6971	296								

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - CEARÁ																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	176	958	4707	68328	353713	0	13707	14168	13818	30641	0	55	515	624	1397	0	634	64
	Federal	19	38	0	494	3262	3131	30	380	0	0	0	0	0	0	0	11	0	2
	Municipal	95957	173369	577244	446587	93	0	103241	580	4530	6038	349	1366	13992	6751	0	0	2471	4
	Privada	34671	72112	158062	99028	48147	17347	2604	6650	6	275	136	467	1401	409	106	21	675	3
	Total	130823	246477	740013	614437	405215	20478	119582	21778	18354	36954	485	1888	15908	7784	1513	32	3780	73

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Município		Número de Alunos Matriculados - DISTRITO FEDERAL																	
		Dependê ncia	Matrícula Inicial																
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profission al (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
									Funda- mental <sup>1</sup>	Médio <sup>2</sup>	Funda- mental	Médio	Creche	Pré- Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>
Estadual	1506	29721	158328	138162	80220	3563	26599	22383	0	0	53	1069	6205	3175	1305	26	1373	267	
Federal	28	0	0	1396	1765	2841	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	22	0	0
Privada	21538	26063	57308	46313	28347	8136	211	698	178	497	102	107	456	355	133	12	435	2	2
Total	23072	55784	215636	185871	110332	14540	26810	23081	178	497	155	1176	6661	3535	1442	60	1808	269	269

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - ESPÍRITO SANTO																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
	Estadual	0	0	42666	76617	112234	9064	15914	23312	3530	4197	0	0	1319	1097	795	21	233	87
	Federal	80	53	0	0	5737	3867	0	1109	0	0	0	2	0	0	0	41	6	2
TOTAL	Municipal	56477	80531	203294	132339	125	0	22326	36	115	315	380	849	5853	3051	1	0	448	0
	Privada	5733	11132	33277	28168	18334	16515	296	583	0	0	19	55	263	211	90	11	1	2
	Total	62290	91716	279237	237124	136430	29446	38536	25040	3645	4512	399	906	7435	4359	927	38	682	91

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - GOIÁS																				
Município		Dependência	Matrícula Inicial																	
			Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)																	
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)									
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>	
TOTAL	Estadual		0	183	33177	221925	215045	1565	9916	24343	0	0	0	1	1286	4245	2177	1	134	137
	Federal		35	0	266	240	4293	2282	0	879	0	0	0	0	2	0	16	4	0	2
	Municipal		37978	81569	363301	116396	532	0	22836	662	45	24	218	763	9338	2216	0	0	824	2
	Privada		14259	39070	91742	68586	39957	14277	293	1192	3	646	159	263	870	554	148	78	115	26
	Total		52272	120822	488486	407147	259827	18124	33045	27076	48	670	377	1027	11496	7015	2341	83	1073	167

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>



Número de Alunos Matriculados - MARANHÃO																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais														
TOTAL	Estadual	0	149	31766	90213	271448	36	9535	24620	1444	162	14	7	958	858	1314	0	337	155
	Federal	0	0	82	283	5289	3366	0	1289	0	40	0	0	2	8	37	20	0	3
	Municipal	49076	218596	617313	441470	7347	76	131847	342	1075	0	105	991	10531	4669	18	0	2378	2
	Privada	19309	41104	66964	38297	22930	7267	1538	4053	89	45	58	311	2019	289	57	35	733	19
	Total	68385	259849	716125	570263	307014	10745	142920	30304	2608	247	177	1309	13510	5824	1426	55	3448	179

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - MATO GROSSO																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
	Estadual	158	303	76864	132775	142994	2114	45176	40965	1023	0	13	19	996	772	325	5	619	33
	Federal	0	0	0	0	3549	1847	0	302	0	0	0	0	0	0	4	3	0	2
	Municipal	34809	67380	153011	64880	81	128	9883	0	256	0	178	431	3336	987	0	0	226	0
TOTAL	Privada	6786	12413	25175	19326	12684	2726	33	188	966	1819	173	298	950	167	27	225	1595	0
	Total	41753	80096	255050	216981	159308	6815	55092	41455	2245	1819	364	748	5282	1926	356	233	2440	35

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - MATO GROSSO DO SUL																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
Estadual		212	118	57588	84734	86386	4885	11480	17157	0	0	2	2	2715	1429	611	10	152	125
Federal		0	0	0	556	1729	0	0	164	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0
Municipal		34278	44569	147410	76229	126	0	10313	135	0	0	92	266	3488	1146	1	0	193	0
Privada		9250	10770	22937	14652	11605	7032	371	3814	0	0	302	350	3866	60	24	8	84	13
Total		43740	55457	227935	176171	99846	11917	22164	21270	0	0	396	618	10069	2635	642	18	429	138

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - MINAS GERAIS																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais														
TOTAL	Estadual	0	153	433564	836634	733904	3854	48777	96180	38734	49420	77	75	13004	9075	2605	2	1079	311
	Federal	0	149	1123	1788	15216	14982	366	1112	31	0	0	1	34	9	39	26	3	2
	Municipal	125523	324988	837428	372756	8211	3220	86583	3020	5630	6252	785	2649	22183	5641	31	3	2022	11
	Privada	103163	102480	155868	125604	88649	113252	2058	6098	320	781	1941	2508	15280	1012	328	105	12771	13
	Total	228686	427770	1427983	1336782	845980	135308	137784	106410	44715	56453	2803	5233	50501	15737	3003	136	15875	337

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Município		Dependência	Número de Alunos Matriculados - PARA																	
			Matrícula Inicial																	
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Médio	(Nível Técnico)	Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>			
TOTAL	Estadual		121	488	77679	159776	318015	4629	47292	48868	260	1002	0	4	2189	1186	1165	9	879	203
	Federal		0	81	814	1153	3806	5041	76	298	0	0	0	4	5	6	13	6	3	1
	Municipal		34803	201135	748997	393702	184	99	145414	213	2928	0	97	931	12540	2835	3	0	1578	0
	Privada		6075	29240	65923	51804	33284	9670	1453	3972	82	2965	71	192	760	256	84	5	22	10
	Total		40999	230944	893413	606435	355289	19439	194235	53351	3270	3967	168	1131	15494	4283	1265	20	2482	214

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - PARAIBA																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	1679	1333	58707	103038	113366	809	37525	27733	2382	3893	3	5	1882	1037	582	0	628	84
	Federal	118	146	53	0	3390	2302	103	314	228	107	0	0	3	0	27	12	2	2
	Municipal	21801	66556	215738	132469	3047	0	65992	1149	143	568	53	478	5954	1533	23	0	1664	22
	Privada	9226	28686	62059	37039	21850	3208	589	1292	18	0	25	165	723	124	41	13	111	3
	Total	32824	96721	336557	272546	141653	6319	104209	30488	2771	4568	81	648	8562	2694	673	25	2405	111

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - PARANÁ																					
Município		Dependência	Matrícula Inicial															Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)			
			Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)										
									Funda-mental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>											
TOTAL	Estadual		1	459	4932	631775	412652	30765	65413	58944	0	0	3	4	211	14839	3647	74	906	409	
	Federal		68	32	0	474	4211	3463	0	296	0	0	2	0	0	0	0	10	15	0	
	Municipal		117282	143321	676118	165000	0	0	18076	0	0	0	613	810	21922	334	0	0	1585	0	
	Privada		42687	56103	103927	76236	63902	20221	470	1220	0	0	2552	2131	12178	374	211	36	16440	2	
	Total		160038	199915	784977	724985	480765	54449	83959	60460	0	0	3170	2945	34311	15547	3868	125	18931	412	

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - PERNAMBUCO																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial												Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						EJA Médio <sup>1,2</sup>
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)									
									Funda-mental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Funda-mental	Médio								
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais															
TOTAL	Estadual	327	1832	31473	266269	333456	9933	56362	43924	174	33	4	148	3172	1870	994	6	881	184	
	Federal	0	0	0	755	5911	7177	0	1013	0	0	0	0	0	1	49	21	0	11	
	Municipal	37523	142762	557710	278850	3364	0	123379	602	367	47	90	998	11669	1940	5	0	2504	1	
	Privada	34171	97143	184917	109142	48518	18066	1764	1655	49	92	103	777	1680	386	102	8	158	4	
	Total	72021	241737	774100	655016	391249	35176	181505	47194	590	172	197	1923	16521	4197	1150	35	3543	200	

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>



Número de Alunos Matriculados - PIAUI																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial										Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Profissional al (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)									
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª Anos Iniciais	5ª a 8ª Anos Finais	Médio	Técnico	Fundamental²	Médio²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund³,²	EJA Médio¹,²
	Estadual	66	5	27256	59919	131983	5179	21743	15294	4189	9935	0	0	790	494	509	5	322	55
	Federal	0	78	20	0	4116	4165	150	261	0	0	0	1	0	0	9	21	0	0
TOTAL	Municipal	30642	79477	239095	152054	1166	310	42057	185	530	0	81	550	5236	1290	5	1	1077	0
	Privada	3652	17600	35957	27633	18185	3239	1170	1246	0	22	13	117	426	72	25	11	60	9
	Total	34360	97160	302328	239606	155450	12893	65120	16986	4719	9957	94	668	6452	1856	548	38	1459	64

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - RIO DE JANEIRO																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>1</sup> ²	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
	Estadual	81	529	27176	284114	449339	29202	33589	56113	43266	43693	0	1	1095	1877	2575	50	194	257
	Federal	331	260	3600	7026	15906	8932	44	1451	0	0	4	70	366	297	205	27	0	5
	Municipal	106449	195053	813030	476091	5896	1724	105473	1321	1658	725	574	1724	24260	3884	44	3	2905	10
	Privada	81956	137390	340574	256489	128983	71027	8670	14878	186	2020	371	964	4305	879	250	135	786	40
	Total	188817	333232	1184380	1023720	600124	110885	147776	73763	45110	46438	949	2759	30026	6937	3074	215	3885	312

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - RIO GRANDE DO NORTE																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial																		
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)								
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais															
TOTAL	Estadual	0	0	49208	74133	118623	829	26055	11940	528	1131	0	0	1535	1134	708	0	545	52	
	Federal	69	58	157	0	6494	4505	35	1475	0	0	4	5	16	0	15	7	0	4	
	Municipal	36521	62872	180102	105729	33	0	39085	0	28	0	158	525	4400	1461	0	0	568	0	
	Privada	11139	25447	55496	36183	19964	7578	2324	2253	640	1434	34	153	572	249	106	5	14	4	
	Total	47729	88377	284963	216045	145114	12912	67499	15668	1196	2565	196	683	6523	2844	829	12	1127	60	

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - RIO GRANDE DO SUL																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	218	9606	291835	305105	340236	29281	36537	30805	6196	12507	1	103	12294	5200	2426	71	1111	189
	Federal	131	138	133	1195	9175	8126	78	1220	0	0	0	0	0	2	27	33	2	13
	Municipal	74303	114038	396544	276046	5926	1499	43118	191	2021	690	546	1446	19163	6956	77	4	1891	1
	Privada	56184	54099	87404	54825	44302	42095	3313	7314	30	1437	485	961	5865	673	337	111	4759	27
	Total	130836	177881	775916	637171	399639	81001	83046	39530	8247	14634	1032	2510	37322	12831	2867	219	7763	230

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - RONDÔNIA																				
Município		Dependência	Matrícula Inicial																	
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
					1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Funda-mental¹	Médio²	Funda-mental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund¹²	EJA Médio¹²
TOTAL	Estadual	Federal	665	703	50928	81588	57761	219	14435	19880	9528	7598	15	7	1607	1259	325	0	147	36
			0	0	0	0	2483	490	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1	0
	Municipal		8697	30529	92702	35627	129	0	13155	169	297	62	23	180	2185	384	0	0	184	0
	Privada		2991	6059	10969	7824	5032	2684	1017	533	38	117	149	175	401	57	20	3	1290	2
	Total		12353	37291	154599	125039	65405	3393	28607	20582	9863	7777	187	362	4193	1700	357	4	1621	38

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - RORAIMA																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
	Estadual	0	0	15687	36620	18474	130	4123	5508	4	0	0	0	174	553	123	0	40	28
	Federal	0	0	126	208	1207	566	0	335	0	0	0	0	0	0	4	0	0	2
	Municipal	2107	12961	31418	1739	19	0	719	13	0	0	9	85	550	15	0	0	3	0
	Privada	1564	2232	3249	2174	1221	176	248	46	0	0	7	15	37	14	7	0	8	0
TOTAL	Total	3671	15193	50480	40741	20921	872	5090	5902	4	0	16	100	761	582	134	0	51	30

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - SANTA CATARINA																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>1</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
TOTAL	Estadual	61	73	131005	188545	209958	7805	5066	7058	10319	22257	1	0	2235	3119	1403	6	215	28
	Federal	131	100	339	288	4987	7386	11	135	0	0	1	3	14	13	15	26	1	0
	Municipal	104002	127649	269807	156075	1244	0	13940	2412	2950	0	543	1279	6100	3547	11	0	336	19
	Privada	26382	26302	49925	39695	36944	25905	1188	3447	1219	3893	424	251	510	153	168	55	299	219
	Total	130576	154124	451076	384603	253133	41096	20205	13052	14488	26150	969	1533	8859	6832	1597	87	851	266

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - SÃO PAULO																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial										Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional al (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio								
	Estadual Federal	789	406	653436	1752649	1578408	151274	34756	177756	32371	42328	4	2	10994	30814	10411	246	736	1162
		222	136	202	0	1212	5955	126	147	0	0	2	0	1	0	5	18	9	3
TOTAL	Municipal	443724	798877	1669832	616001	23395	12861	159807	8089	6085	6504	1951	6440	41179	14318	288	17	5893	150
	Privada	389892	208470	531928	446617	270697	186292	2114	3596	0	0	2052	2513	34357	3262	960	299	4843	40
	Total	834627	1007889	2855398	2815267	1873712	356382	196803	189588	38456	48832	4009	8955	86531	48394	11664	580	11481	1355

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>



Número de Alunos Matriculados - SERGIPE																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial																		
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)								
								Fundamental <sup>3</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>	
	Estadual	0	0	36731	61242	65514	1286	12952	11991	75	48	0	71	871	407	174	6	385	47	
	Federal	0	0	0	240	1809	2170	0	395	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
TOTAL	Municipal	9087	43660	123813	74357	167	0	27407	70	7	0	21	167	2170	452	0	0	234	0	0
	Privada	3390	19596	36358	26210	14045	725	809	1601	77	113	11	129	454	97	53	0	228	5	5
	Total	12477	63256	196902	162049	81535	4181	41168	14057	159	161	32	367	3495	956	228	9	847	52	52

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Número de Alunos Matriculados - TOCANTINS																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
								Fundamental <sup>2</sup>	Médio <sup>2</sup>	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fundamental <sup>1,2</sup>	EJA Médio <sup>1,2</sup>
	Estadual	0	0	43140	79196	63001	413	4183	10736	50	84	91	106	3493	1795	506	0	340	51
	Federal	0	0	0	0	1311	1359	0	197	0	0	0	0	0	0	0	4	5	0
TOTAL	Municipal	13050	29878	81190	30128	100	0	6781	24	71	0	65	203	2447	557	0	0	152	0
	Privada	3216	6633	11308	6628	4367	4064	153	1122	0	0	10	42	173	28	21	3	15	5
	Total	16266	36511	135638	115952	68779	5836	11117	12079	121	84	166	351	6113	2380	531	8	507	56

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>